

Número 249

ÍNDICE

Ministério das Finanças

Portaria n.º 275/2014:

Estabelece os critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e estabelece os elementos que devem constar do requerimento, a apresentar

Portaria n.º 276/2014:

Aprova os novos modelos de impressos da declaração Modelo 3 e respetivas instruções de

6268

Ministério da Economia

Decreto-Lei n.º 182/2014:

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos

6289

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Portaria n.º 277/2014:

Define o fator de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice para os anos de 2015 e 2016.

6290

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 275/2014

de 26 de dezembro

A Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que procedeu à reforma da tributação das sociedades, aditou ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) o artigo 75.º-A, o qual prevê, nos termos dos seus n.º 1 e n.º 2, a transmissibilidade dos benefícios fiscais, dos gastos de financiamento líquidos não deduzidos em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 67.º do Código do IRC e, bem assim, da parte não utilizada do limite a que se refere o n.º 3 deste artigo, das sociedades fundidas para a sociedade beneficiária numa operação de fusão a que seja aplicado o regime especial previsto no artigo 74.º desse Código.

Nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC, o regime previsto nos n.ºs 1 e 2 desse artigo é igualmente aplicável no caso de operações de cisão ou de entrada de ativos a que seja aplicado o regime especial previsto no artigo 74.º do Código do IRC, de acordo com os critérios definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, a qual define ainda os procedimentos de controlo aplicáveis, obtida autorização do membro do governo responsável pela área das finanças através de requerimento a apresentar à Autoridade Tributária e Aduaneira.

São ainda definidos os elementos que devem constar do requerimento a apresentar na Autoridade Tributária e Aduaneira para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

- 1 A presente portaria estabelece os critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais, do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos não deduzidos em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 67.º do Código do IRC e, bem assim, do direito a acrescer a parte não utilizada do limite previsto na alínea b) do n.º 1 deste artigo ao montante máximo dedutível, da sociedade cindida ou sociedade contribuidora para uma ou mais sociedades beneficiárias, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos a que seja aplicado o regime especial previsto no artigo 74.º do Código do IRC.
- 2 A presente portaria estabelece ainda os elementos que devem constar do requerimento, a apresentar junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC.

Artigo 2.º

Benefícios fiscais relacionados com o investimento

1 – Os benefícios fiscais relacionados com o investimento em ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos que não sejam consumíveis que ainda não tenham sido totalmente utilizados pela sociedade cindida ou contribuidora, são transmissíveis para a sociedade beneficiária para a qual

sejam destacados os ativos em que tenha sido concretizado o investimento, no âmbito de uma das operações referidas no n.º 1 do artigo anterior.

2 – Caso seja destacada apenas uma parte dos ativos em que tenha sido concretizado o investimento relevante para efeitos dos beneficios fiscais referidos no número anterior, ou caso estes ativos não sejam transferidos na totalidade para apenas uma das sociedades beneficiárias, é transmissível para a sociedade beneficiária, ou para cada uma das sociedades beneficiárias, o montante desses beneficios fiscais que corresponda à proporção entre o custo de aquisição dos ativos relevantes transferidos para cada sociedade beneficiária e o custo de aquisição da totalidade dos ativos relevantes.

Artigo 3.º

Benefícios fiscais à criação de emprego

- 1 Os benefícios fiscais relacionados com a criação de emprego que ainda não tenham sido totalmente utilizados pela sociedade cindida ou contribuidora são transmissíveis para a sociedade beneficiária para a qual sejam transferidos os postos de trabalho para o efeito relevantes, no âmbito de uma das operações referidas no n.º 1 do artigo 1.º
- 2 Caso seja transferida apenas uma parte dos postos de trabalho relevantes para efeitos dos benefícios fiscais referidos no número anterior, ou caso estes não sejam transferidos na totalidade para apenas uma das sociedades beneficiárias, é transmissível para a sociedade beneficiária, ou para cada uma das sociedades beneficiárias, o montante dos benefícios fiscais referidos no número anterior que corresponda à proporção entre os gastos anuais elegíveis relacionados com os postos de trabalho transferidos para cada sociedade beneficiária e os gastos anuais elegíveis relacionados com a totalidade dos postos de trabalho da sociedade cindida ou contribuidora.

Artigo 4.º

Benefícios fiscais relacionados com a atividade

- 1 Os benefícios fiscais não abrangidos pelos artigos anteriores que diretamente se relacionem com determinada atividade que ainda não tenham sido totalmente utilizados pela sociedade cindida ou contribuidora são transmissíveis para a sociedade beneficiária para a qual seja transferido um ou mais ramos de atividade da sociedade cindida ou contribuidora, no âmbito de uma das operações referidas no n.º 1 do artigo 1.º, desde que a sociedade beneficiária dê efetiva continuidade à atividade relevante para efeitos dos benefícios fiscais referidos no presente artigo.
- 2 No caso em que a sociedade cindida ou contribuidora mantém pelo menos um dos ramos de atividade relevante para efeitos dos beneficios fiscais referidos no número anterior, ou sejam transferidos ramos da mesma atividade para mais do que uma sociedade beneficiária, o montante dos beneficios fiscais transmissível deve ser determinado através de um critério adequado, que reflita a importância da atividade transmitida para a sociedade beneficiária, ou para cada uma das sociedades beneficiárias, sendo admissíveis um dos seguintes critérios de repartição:
- a) Valor líquido contabilístico dos ativos fixos tangíveis afetos àquela atividade;
- b) Gastos com o pessoal diretamente afeto àquela atividade;
- c) Valor de mercado dos elementos patrimoniais destacados para cada uma das sociedades beneficiárias.

Artigo 5.°

Outros benefícios fiscais

- 1 Os benefícios fiscais não abrangidos pelos artigos anteriores que ainda não tenham sido totalmente utilizados pela sociedade cindida ou contribuidora são transmissíveis para uma ou mais das sociedades beneficiárias das operações referidas no n.º 1 do artigo 1.º, correspondendo o montante dos benefícios fiscais transmissível à proporção entre o valor de mercado dos elementos patrimoniais destacados para a sociedade beneficiária, ou para cada uma das sociedades beneficiárias, e o valor de mercado da totalidade dos elementos patrimoniais da sociedade cindida ou contribuidora à data daquelas operações.
- 2 Em casos devidamente justificados, pode ser utilizado outro critério de repartição que, face à situação concreta de cada operação de cisão ou de entrada de ativos, se demonstre mais adequado a traduzir a relação existente entre cada ramo de atividade destacado e o âmbito e finalidade do concreto benefício fiscal.

Artigo 6.°

Gastos de financiamento líquidos

- 1 O direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos ainda não deduzidos pela sociedade cindida ou contribuidora em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 67.º do Código do IRC é transmissível para a sociedade beneficiária ou para cada uma das sociedades beneficiárias das operações referidas no n.º 1 do artigo 1.º, devendo ser utilizado um critério de repartição que, face à situação concreta de cada operação de cisão ou de entrada de ativos, se demonstre adequado a traduzir a relação entre os gastos de financiamento líquidos ainda não deduzidos e a globalidade dos empréstimos e outros capitais alheios remunerados transferidos ou, em alternativa, entre aqueles gastos e o valor de mercado dos elementos patrimoniais destacados.
- 2 O direito de acrescer a parte não utilizada do limite a que se refere o n.º 3 do artigo 67.º do Código do IRC é transmissível para a sociedade beneficiária ou para cada uma das sociedades beneficiárias das operações referidas no n.º 1 do artigo 1.º, na parte que corresponda à proporção entre o valor de mercado dos elementos patrimoniais destacados para cada sociedade beneficiária e o valor de mercado da totalidade dos elementos patrimoniais da sociedade cindida ou contribuidora à data da operação relevante, podendo ser utilizados, alternativamente, os critérios de repartição referidos no número anterior.

Artigo 7.º

Requerimento

- 1 O requerimento previsto no n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC deve ser apresentado no prazo de 30 dias a contar do pedido de registo na Conservatória do Registo Comercial das operações referidas no n.º 1 do artigo 1.º conjuntamente pelas sociedades beneficiárias das operações aí referidas que pretendam usufruir do presente regime e, ainda, pela sociedade contribuidora ou pela sociedade cindida, quando da operação de cisão não resulte a respetiva dissolução.
- 2 O requerimento referido no número anterior deve conter, designadamente:
- a) Descrição da operação de cisão, acompanhada do respetivo projeto, ou descrição da operação de entrada de ativos, consoante a operação subjacente à transmissão;

- b) Certidão do registo comercial das sociedades requerentes e, no caso da operação relevante ainda não se encontrar registada à data da apresentação do requerimento referido neste artigo, cópia do pedido de registo dessa operação na Conservatória do Registo Comercial;
- c) Relação descriminada e quantificada do montante dos benefícios fiscais ainda não utilizados, dos gastos de financiamento líquidos não deduzidos em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 67.º do Código do IRC ou da parte não utilizada pela sociedade cindida ou contribuidora do limite a que refere o n.º 3 desse artigo, transmissíveis para a sociedade beneficiária, ou para cada uma das sociedades beneficiárias;
- d) Descrição dos critérios para a repartição dos montantes referidos na alínea anterior entre a sociedade cindida ou contribuidora e a sociedade beneficiária, ou cada uma das sociedades beneficiárias da operação, bem como indicação do resultado da respetiva aplicação;
- e) Justificação dos critérios de repartição adotados nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, do n.º 2 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 6.º, quando aplicável.

Artigo 8.º

Verificação pela AT

- 1 Compete à AT verificar, no prazo de 120 dias contados a partir da data da apresentação do requerimento previsto no artigo anterior, designadamente:
- a) O cumprimento dos requisitos de que depende a aplicação do n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC;
- b) As condições para a aplicação dos critérios de repartição:
- c) A adequação dos critérios de repartição apresentados pelos requerentes nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, do n.º 2 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 6.º
- 2—Quando não se verifiquem as condições para a aplicação dos critérios de repartição ou estes não sejam considerados adequados, os requerentes são notificados para, no prazo de 30 dias, reformularem os elementos previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º de acordo com um critério adequado, nos termos da presente portaria.

Artigo 9.º

Controlo

- 1—As sociedades beneficiárias devem integrar no respetivo processo de documentação fiscal, a que se refere o artigo 130.º do Código do IRC, a lista descriminada dos beneficios fiscais, dos gastos de financiamento líquidos não deduzidos em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 67.º desse Código, ou da parte não utilizada do limite a que refere o n.º 3 deste artigo, que lhe tenham sido transmitidos pela sociedade cindida ou contribuidora, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC.
- 2—A utilização dos benefícios fiscais, dos gastos de financiamento líquidos não deduzidos ou da parte não utilizada do limite referido no número anterior pelas sociedades beneficiárias depende da verificação dos respetivos pressupostos nestas sociedades, sucedendo estas à sociedade cindida ou contribuidora em todas as obrigações, designadamente as atinentes ao respetivo controlo e comprovação, associadas aos benefícios fiscais que lhe tenham sido transmitidos nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-A do Código do IRC.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (por delegação de S.Exa. a MEF, Desp. 9783/2013, DR, 2.ª Série, n.º 142, de 25.07.2013), *Paulo de Faria Lince Núncio*, em 15 de dezembro de 2014.

Portaria n.º 276/2014

de 26 de dezembro

Nos termos do artigo 57.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, os sujeitos passivos devem apresentar anualmente uma declaração de modelo oficial relativa aos rendimentos do ano anterior.

Para o ano de 2015 mostra-se necessário proceder à atualização da declaração Modelo 3 e de alguns dos seus anexos, bem como atualizar as respetivas instruções de preenchimento, face às alterações legislativas resultantes, nomeadamente, da publicação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e à necessidade de efetuar alguns aperfeiçoamentos que facilitem o seu preenchimento.

Assim

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, e do n.º 1 do artigo 144.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

- 1—São aprovados os seguintes novos modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que se publicam em anexo à presente portaria:
- a) Declaração Modelo 3 e respetivas instruções de preenchimento;
- b) Anexo B—rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado ou que tenham praticado atos isolados—e respetivas instruções de preenchimento;
- c) Anexo C—rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos tributados com base na contabilidade organizada—e respetivas instruções de preenchimento;
- d) Anexo E—rendimentos de capitais—e respetivas instruções de preenchimento;
- e) Anexo F—rendimentos prediais—e respetivas instruções de preenchimento;
- f) Anexo H—beneficios fiscais e deduções—e respetivas instruções de preenchimento;
- g) Anexo I—rendimentos de herança indivisa—e respetivas instruções de preenchimento;
- h) Anexo J—rendimentos obtidos no estrangeiro—e respetivas instruções de preenchimento;
- i) Anexo L rendimentos obtidos por residentes não habituais e respetivas instruções de preenchimento.
- 2—Os impressos aprovados devem ser utilizados a partir de 1 de janeiro de 2015 e destinam-se a declarar os rendimentos dos anos 2001 e seguintes.

Artigo 2.º

Cumprimento da obrigação

- 1—Os impressos em suporte papel constituem modelo exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A., e integram original e duplicado, devendo este ser devolvido ao apresentante no momento da receção, depois de devidamente autenticado.
- 2—Os sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos a declarar nos anexos B, C, D, E, I e L estão obrigados a enviar a declaração de rendimentos dos anos de 2001 e seguintes por transmissão eletrónica de dados.
- 3—Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo e o técnico oficial de contas, nos casos em que a declaração deva por este ser assinada, serão identificados por senhas atribuídas pela Autoridade Tributária e Aduaneira.
- 4—Os sujeitos passivos não compreendidos no n.º 2 podem optar pelo envio da declaração Modelo 3 e respetivos anexos por transmissão eletrónica de dados.

Artigo 3.º

Procedimento

- 1—Os sujeitos passivos que utilizem a transmissão eletrónica de dados devem:
- a) Efetuar o registo, caso ainda não disponham de senha de acesso, através do Portal das Finanças, no endereço www.portaldasfinancas.gov.pt;
- b) Efetuar o envio de acordo com os procedimentos indicados no referido portal.
- 2—Quando for utilizada a transmissão eletrónica de dados, a declaração considera-se apresentada na data em que é submetida, sob condição de correção de eventuais erros no prazo de 30 dias.
- 3 Findo o prazo referido no número anterior sem que se mostrem corrigidos os erros detetados, a declaração é considerada sem efeito.

Artigo 4.º

Norma transitória

São mantidos em vigor os seguintes modelos de impressos e respetivas instruções de preenchimento:

- a) Anexo A—rendimentos do trabalho dependente e de pensões—e respetivas instruções de preenchimento, aprovado pela Portaria n.º 311-A/2011, de 27 de dezembro;
- b) Anexo D—imputação de rendimentos de entidades sujeitas ao regime de transparência fiscal e de heranças indivisas—e respetivas instruções de preenchimento, aprovado pela Portaria n.º 365/2013, de 23 de dezembro;
- c) Anexo G—mais-valias e outros incrementos patrimoniais—e respetivas instruções de preenchimento, aprovado pela Portaria n.º 421/2012, de 21 de dezembro;
- d) Anexo G1 mais-valias não tributáveis e respetivas instruções de preenchimento, aprovado pela Portaria n.º 421/2012, de 21 de dezembro.
- O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (por delegação de S. Exa. a MEF, Desp. 9783/2013, DR, 2.ª Série, n.º 142, de 25.07.2013), *Paulo de Faria Lince Núncio*, em 16 de dezembro de 2014.

	ANTES DE PREENCHER LEIA ATENTAMENTE TODO C					
2015	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS 1 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMICÍLIO FISCAL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)	2 ANO DOS RESERVADO À LEITURA ÓTICA				
씸	AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS Código do Serviço de Finanças					
JANEIRO	MODELO 3	02 2				
¥	3 COMPOSIÇÃO DO AGRE					
씸	A NOME(S) DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)	NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE DEFICIENTES GRAU F.A.				
PARTIR	Sujeito Passivo A	03				
∢	Sujeito Passivo B	04				
	B DEPENDENTES NÃO DEFICIENTES	C DEPENDENTES DEFICIENTES				
	D1 NF D3 NF					
MODELO EM VIGOR	D2 NIF D4 NIF	DD1 NF DD2 NF DD2 NF				
	D DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA-N.º 9 do art.º 78 do CIRS	4 NATUREZA DA DECLARAÇÃO				
빌	IDENTIFICAÇÃO DEFICENTES IDENTIFICAÇÃO	-				
-	DOS DEPENDENTES GRAU DO OUTRO PROGE	NITOR 1.ª declaração do ano 1				
ш	DG1 NIF NIF NIF					
	DG2 NIF NIF NIF	Declaração de substituição 2				
	5 RESIDÊNCIA F					
	A RESIDENTE					
_	Continente 1 R. A. Açores 2	R. A. Madeira 3				
DRIGINAL PARA AAT	B NÃO RESIDENTE 4 REPRESENTANTE NIF/NIPC 5 Se reside na União Europeia ou no Espaço Económico Europeu indíque:	RESIDÊNCIA EM PAÍS DA UE				
PAR		m dos regimes abaixo indicados 7				
NAL	Opção pelas taxas gerais do art. 68.º do CIRS - Relativamente aos rendimentos não suje retenção liberatória - Art. 72.º, n.º 9 do CIRS	Total dos rendimentos obtidos no estrangeiro ,				
RIGI	Opção pelas regras dos residentes - art. 17.ºA do CIRS 9					
٦	Regime não casados 10 Regime Tributação Conjunta 11	Pais 13				
	6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEI	FO(S) PASSIVO(S)				
	Casados 1 Solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente 2	Separado de facto 3 Unidos de facto 4				
	7 INFORMAÇÕES DIVERSAS	9 PRAZOS ESPECIAIS				
	A SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES					
4 0s	NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE DEFICIENTE GRAU F.A.	Prazo especial (n.º 2 art. 60.º 1 do CIRS)				
doffice the ser						
eta Geb		Prevo especial (n º 2 art 31 º A 2				
50	B ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM SUJEITO PASSIVO	Prazo especial (n.º 2 art. 31.º-A 2 do CIRS)				
as à admin solicitar a i	AS1 NIF DEFICIENTE	do CIRS) Data do facto que determinou Ano Més Día				
corretidas à admin sessam, solicitar a r	ASS MIE	do CIRS) Data do facto que determinou a Ano Més Dia o prazo especial				
mente corretidas à admin não possuam, solicitar a	ASI NIF DEFICIENTE GRAU AS2 NIF DEFICIENTE GRAU DEFICIENTE GRAU	do CIRS) Data do facto que determinou Ano Més Día				
s loga imente comedidas à administração fiscal. Os ainda não possuam, solici lar a respetiva semh ao	AST INF CHOCKET COMMAND COMMAN	do CIRS) Dala do facto que determinou 3 LI				
u jobs lega mente cometid as à admin caso aind a não possuam, solicitar a i	ASI NF CHARLES COLORES CONTROL OF	do CRS Data de facto que determinou 3 Anto Más Dia prazo especial 10 RESEXIADO AOS SERVIÇOS A dicinação de substituição de empregaráo placario ser enteringo processor a managina				
s atributobas loga brearte corretto as à admini endo, caso aind a não possuam, solicitar a i	AST INF GRANE GRAN	do Cificio que deferminou 3 Ano Més Dia prazo especial 10 RESERVADO AOS SERVIÇOS A dicinação do substituição 51 entequa dentre du prazo esta escuelação procesa e de entequação procesa e de entequação procesa e de entequação procesa e se enteregando procesa e de entequação procesa e enteregando procesa enteregando pr				
do d as afritu jobes lega hvente cornetid as à admin et d'evendo, caso aind a não possuam, solicitar a i	ASE INF OPENCIAL CONTROL OF THE CONTROL OF T	do CIRS) Data do facto que determinou 3 Anto. Más. Día prazo especial 10 RESEXVADO AOS SERVIÇOS A dicinação da substituição de increito prazo como de prazo especial en enteranção processos. Ser responso SEM: Vivia en cerendade em processo de inclamação SIM [3] NAO [4]				
vo see cução das atribuições loga brente correkti as à admin às internet d'evendo, caso aind a não possuam, solici far a l	ASS INF OPPOSED TO SECURITY OF THE PROPERTY OF	do Cificio que deferminou 3 Ano Més Dia prazo especial 10 RESERVADO AOS SERVIÇOS A dicinação do substituição 51 entequa dentre du prazo esta escuelação procesa e de entequação procesa e de entequação procesa e de entequação procesa e se enteregando procesa e de entequação procesa e enteregando procesa enteregando pr				
-se à pro sas cução das articulções legativente corredidas à adminitravés da internet d'evendo, caso ainda não possuam, solicitar a m. m.	ASS INF OPPORTURE OPPORTURE OF ASSENCE OF AS	do CIRS) Data de facto que determinou 3 Anto Más. Dia prazo especial 10 RESERVADO AOS SERVIÇOS A dicinação de substituição de empregaráo jacolor em certamição persona SIM. 14 to recreminate em processo de reclamação SIM 3 NAO 4 Paras especiales nº 7 de art 16 ° to ar 1 ° de consideração persona SIM. SIM 3 NAO 6 EM SESTE SESTE comprisões os ISIM 5 NAO 6 EM SESTE SESTE CONTRATA DE CIRS Esta comprisões os ISIM 5 NAO 6 EM SESTE SESTE CONTRATA DE CIRS Esta comprisões os ISIM 5 NAO 6 EM SESTE SESTE CONTRATA DE CIRS Esta comprisões os ISIM 5 NAO 6 EM SESTE SESTE CONTRATA DE CIRS Esta comprisões os ISIM 5 NAO 6 EM SESTE SESTE CONTRATA DE CIRS Esta comprisões os ISIM 5 NAO 6 EM SESTE SESTE CONTRATA DE CIRS Esta comprisões os ISIM 5 NAO 6 EM SESTE SESTE CONTRATA DE CIRC SEST				
ainto-se à pro sea cução das atribuições lega hinerte constitas à admini- la bitavies da internet devendo, caso ainta não possuam, solicitar a adminis.	AST NOT CONTROL CONTRO	do CIRS) Data de facto que determinou 3				
obsistva noto sea a pro sea cução d as atribu jobas loga hnesta comedidas à admin respa los através da internat devendo, caso ainda não possuam, solicitar a se tibularies.	AST INF ASS INF	do CIRS Date de facto cue determinou 3 MAG MSS Das parac especial 10 RESERVADO AS SERVIÇOS Adminus de subdituição te entrepa destre do parac especial en rectinição procesa de recognica placial 11 MS 1 NAO 2 SERVIÇOS ADMINISTRAÇÃO POR AS A CIRCO AS A CIR				
arte, deutvarbs se a pro sex cução des afribuições legativante comedidas à abhéri o diga respaño através da Internet devendo, caso ainda não possuam, solicitar a des less tribularies.	ASS INF CONTROL OF CON	Do CIRCA Data de facto que determinou 3				
t carrente, destinando se ápro sea cução das airbuições lega hinarte correitis as administrator de frestiga respaño através da internet devendo, caso ainda não possuam, solicitar a romo das leis tributarios.	AST INF AST	Do CIRS) Data do facto que determinou 3				
utornal carrenta, destiva nib-se a pro sea cupland es airbuições legal mente cornolid es à admini São que hi escliga respaño atmise de Internet devendo, caso ainda não posuuam, edidater ai cos termos das leis hibutárias.	AST INF CONCENTE COLLEGES AS EXPENSIVE CONOMIA COMUM ASS INF COLLEGES COLLEGES AS EXPENSIVE ECONOMIA COMUM ASC INF COLLEGES COLLEGES AS EXPENSIVE ECONOMIA COMUM ASC INF COLLEGES AS EXPENSIVE COLL	Do CIRCA Data de facto que determinou 3				
ados autorial camenta, destinando-se áproses cupito das articulções logalmenta cometidas a abriei Formonção par lescigia respina banvelo da internis devendo, caso ainda não possuan, sosiciar a i Tendoninos lomnos das les fibilidades.	AST INF AST INF AST INF CAPTURE OF THE OFFICE OF THE OF	Do CIRS) Data do facto que determinou 3				
processaba automá cementa, besthembbes á pro ses cupibol de afribujódes lega hiverte cometid se á abhier de de á hifomação de heológe pedado à atmés de internet devendo, caso abrilla não possuam, soliciter a la autimento destinada de las hidulates.	AST INF AST INF ORACLE ORACLE	do CIRS. Date de facto oue determinou o prazo especial 10 RESERVADO AOS SERVIÇOS de despecial 10 RESERVADO AOS SERVIÇOS de despecial de substitução te compan dere do prazo es reclamação prazos de de repropulso placidor se requesta SER 10 10 11 11 11 11 11 11 11 1				
bos aloprocesaba automá cemeta, destrunto-se áprose cuplos desérbuições logatmente cometidas à abrier este deservados de Mendralos que la celebra deservado de internet devendo, caso anda não possuam, solatar a i mação de alterneticinol termos destres Nitaldeses.	ASE INF CONCENTE COLLEGE ASE C	do CIRS Date de facto o us determinou 3				
coh kis alaprocessato autornal caresta, destrunto-se lano se cupical se atribuições logativente consistia a latrier Necessa prodes di Montalogo que fine di prespite atrivée da Internet dinered, coso sería mão possuam, solicite a l La compaño su altarresticinal termas data les Hubates.	ASS NOT OCCUPIED CONTINUE CONT	do CIRSO Des determinou 3				
dabba recelh bisa silaprocessaba automatemente, destinanche a proses cupilot des artibulgos legativente corredit es à abrier serecesso describe se sobre à fromação par hestajo respita si presenta serecesto, caso anda não posuam, exister a sind a lasa comingo au attermeto industrimo, dals est futulares.	ASE INF CONCENTE COLLEGE ASE C	do CIRSO Des determinou 3				

	ANTES DE PREENCHER LEIA ATENTAMENTE TODO O	IMPRESSO E CONSULTE AS INSTRUCÕES				
MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2015	MINISTÉRIO DÁS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA CÓDIGO dO SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMICÍLIO FISCAL DO(S) SUJELITO(S) PASSIVO(S) CÓDIGO dO SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMICÍLIO FISCAL DO(S) SUJELITO(S) PASSIVO(S)	2 ANO DOS RESERVADO À LEITURA ÓTICA				
8	DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS MODELO 3 01	02 2				
NE.	3 COMPOSIÇÃO DO AGREG.	ADO FAMILIAR				
E)	A NOME(S) DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)	NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE GRAU F.A.				
볼	Sujeito Passivo A					
AR	Suielto Passivo B	03				
\ <u>\</u>	Sujeno Passivo B	_ 04				
9	B DEPENDENTES NÃO DEFICIENTES	C DEPENDENTES DEFICIENTES				
O EM V	D1 NIF D3 NIF D4 NIF D4 NIF D4 NIF D5 NIF D6 NIF D7	DD1 NF				
DEL	D DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA-N.º 9 do art.º 78 do CIRS	4 NATUREZA DA DECLARAÇÃO				
M	DESTIFICAÇÃO DEPICIENTES GRAU DO OUTRO PROGEN	ITOR 1.ª declaração do ano 1				
쁘	DG2 NIF NIF	Declaração de substituição 2				
5	5 RESIDÊNCIA FIS	CAL				
Ē	A RESIDENTES					
8	Continente 1 R. A. Açores 2	R. A. Madeira 3				
8	B NÃO RESIDENTE 4 REPRESENTANTE NIFINIPC 5 Se reside na União Europeia ou no Espaço Económico Europeu indique:	RESIDÊNCIA EM PAÍS DA UE				
PA		n dos regimes abaixo indicados 7				
ÕES	Opção pelas taxas gerais do art. 68.º do CIRS - Relativamente aos rendimentos não sujeito retenção liberatória - Art. 72.º, n.º 9 do CIRS					
RUÇ	Opção pelas regras dos residentes - art. 17.ºA do CIRS 9	obtidos no estrangeiro				
INST	Regime não casados 10 Regime Tributação Conjunta 11	Pais 13				
DUPLICADO E INSTRUÇÕES PARA O CONTRIBUINTE	6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO	TO(S) PASSIVO(S)				
CAL	Casados 1 Solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente 2	Separado de facto 3 Unidos de facto 4				
질	7 INFORMAÇÕES DIVERSAS	9 PRAZOS ESPECIAIS				
- 1	A SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÓNJUGES NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE DEFICIENTE	Prazo especial (n.º 2 art. 60.º 1				
fiscal. C	1	do CIRS)				
stração e spethy	B ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM SUJEITO PASSIVO	Prazo especial (n.º 2 art. 31.º-A 2 do CIRS)				
admin otar a	AS1 NIF DEFICIENTE GRAU	Date de feate que determineu Ano Més Dia				
setidas am. sol	ASZ NIF GRAU	o prazo especial 3				
le gairren le corretidas à administração fiscal. Os inda não possuam, solicitar a respetiva senha o	E ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ 3° GRAU EM ECONOMIA COMUM AC1 NIF AC2 NIF	10 RESERVADO AOS SERVIÇOS				
ile galm ainda ni	C AFILHADOS CIVIS EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM SUJEITO PASSIVO	A declaração de substituição foi entregue dentro do prazo de reclamação praciosa ou de impugnação judicia? SIM 1 NÃO 2				
Bulge Caso	AF1 NIF AF2 NIF	de reclamação graciosa ou de impugnação judicial? SIM 1 NÃO 2				
das atribu devendo, o	D REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NIB - O número de identificação bancária deve pertencer ao sujeito passivo A e/ou B	- Vai ser convolada em processo de reclamação SIM 3 NÃO 4				
rossecução da internet		Prazos especiais: n.º 2 do art.º 60.º ou n.º 2 do art.º 31.º-A do CIRS. Estão cumpridos os requisitos:				
de da	8 ANEXOS Quantidade ANEXOS Quantidade 1 Anexo A 8 Anexo G1	nequality.				
ando-se ito atra utinias.	2 Anexo B 9 Anexo H	O Chefe do Serviço:				
destribition of the strip	4 Anexo D 11 Anexo J	DATAS: Ano Més Dia				
Pes dgr ros dass	5 Anexo E 12 Anexo L 6 Anexo F 13 Outros documentos	Da receção 7				
automati apilo que o nos len	7 Anexo G	Limite do prazo de entrega 8				
eados a informa armento	A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITE QUALQUER INFORMAÇÃO Data O(s) Declarante(s)	Número de lote 9				
process coder à la cu adta	Data O(s) Declarante(s) Assinatura A)	Número da declaração 10				
idos são iderão ac comição	Assinatura B)	AUTENTICAÇÃO DA RECEÇÃO				
da dos necoli ressados po cader à sua	Quando a declaração for entregue por um representante ou gestor de negócios: Assinatura NIF					
988						

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO ROSTO DA DECLARAÇÃO MODELO 3

A declaração modelo 3 destina-se à apresentação anual dos rendimentos respeitantes ao ano anterior e de outros elementos informativos relevantes para a concreta situação tributária dos sujeitos passivos, tal como se encontra previsto no art. 57.º do Código do IRS.

Os impressos que constituem a presente declaração entram em vigor no início do mês de janeiro de 2015, estando a sua utilização circunscrita aos rendimentos dos anos de 2001 e seguintes.

A declaração modelo 3 pode ser entregue em papel ou via internet, devendo ter-se em atenção as seguintes especificações:

Entrega em papel:

Podem ser entregues em papel as declarações que apenas incluam os anexos A, F, G, G1, H e J.

A declaração é apresentada em duplicado, destinando-se este a ser devolvido ao apresentante no momento da entrega, com a autenticação da receção efetuada pelo serviço recetor.

O original e duplicado do rosto da declaração e dos seus anexos devem pertencer ao mesmo conjunto, de forma a garantir que para cada impresso o código de barras do original e duplicado seja o mesmo.

Sempre que o número de ocorrências a declarar for superior ao número de campos existentes, deve utilizar-se uma folha adicional ao modelo em causa, indicando-se os elementos respeitantes aos campos dos quadros 2 e 3 e preenchendo-se os dos quadros que se pretendem acrescentar.

No ato de entrega é obrigatório apresentar o cartão de contribuinte ou de cidadão dos sujeitos passivos (quadro 3A), dos dependentes (quadros 3B e 3C), dos dependentes em guarda conjunta (quadro 3D), dos ascendentes em comunhão de habitação (quadro 7B), dos afilhados civis (quadro 7C), dos ascendentes e colaterais até ao 3.º grau em economia comum com os sujeitos passivos (quadro 7E).

Entrega via internet:

O cumprimento da obrigação de entrega da declaração por via eletrónica é efetuado através do Portal das Finanças em www.portaldasfinancas.gov.pt

Imediatamente após a submissão da declaração pode visualizar e imprimir a prova de entrega, que é um documento equivalente ao duplicado da declaração entregue em papel, o qual pode ser obtido em www.portaldasfinancas.gov.ploblete/comprovativo/IRS

O comprovativo da declaração entregue fica disponível para consulta e impressão, depois da declaração ser validada e considerada certa, no endereço atrás indicado.

Posteriormente à data de entrega via internet, pode a Autoridade Tributária e Aduaneira solicitar a apresentação dos documentos comprovativos da composição do agregado familiar, bem como das restantes pessoas identificadas no Rosto da declaração, ou de quaisquer outros elementos mencionados na declaração.

QUEM DEVE APRESENTAR A DECLARAÇÃO

Os sujeitos passivos residentes quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar tenham auferido rendimentos sujeitos a IRS que obriguem à sua apresentação (art. 57º do Código do IRS).

Em caso de falecimento, se houver sociedade conjugal, no ano do óbito, compete ao cônjuge sobrevivo declarar os rendimentos do falecido, identificando-o no quadro 7A. Não havendo sociedade conjugal, compete ao cabeça de casal cumprir ao sofrigações do falecido.

O cabeça de casal de herança indivisa quando esta integre rendimentos empresariais (categoria B).

Os sujeitos passivos não residentes, relativamente a rendimentos obtidos no território português (art. 18º do Código do IRS), não sujeitos a retenção a taxas liberatórias (rendimentos prediais e mais-valias).

QUEM ESTÁ DISPENSADO DE APRESENTAR A DECLARAÇÃO

Estão dispensados da apresentação da declaração modelo 3 os sujeitos passivos que, durante o ano, apenas tenham auferido, isolada ou cumulativamente, os seguintes rendimentos (art. 58º do Código do IRS):

- a) Rendimentos sujeitos a taxas liberatórias, quando não sejam objeto de opção pelo
- englobamento nos casos em que é legalmente permitido; b) Rendimentos de pensões pagas por regimes obrigatórios de proteção social, de montante inferior ao da dedução específica estabelecida no n.º 1 do art. 53.º do Código do IRS (€ 4 104,00);
- Rendimentos do trabalho dependente de montante inferior ao da dedução específica estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º do Código do IRS (4 104,00).

ONDE DEVE SER APRESENTADA A DECLARAÇÃO

A declaração poderá ser entregue:

Via Internet, devendo, se ainda não possuir, ser previamente solicitada a senha de acesso para cada um dos sujeitos passivos A e B, através do endereço eletrónico www.portaldasfinancas.gov.pt

- Em qualquer serviço de finanças ou posto de atendimento.
- Enviada pelo correio para o serviço de finanças ou direção de finanças da área do domicílio fiscal dos sujeitos passivos, acompanhada de fotocópia dos cartões de contribuínte ou de cidadão dos sujeitos passivos (quadro 3A) dos dependentes (quadro 3B e 3C), dos dependentes em guarda conjunta (quadro 3D), dos ascendentes em comunhão de habitação (quadro 7B), dos ascendentes e colaterais até 3.º grau em economia comum (quadro 7E) e dos affilhados civis (quadro 7C).

A declaração de substituição, quando entregue fora do prazo legal e em suporte de papel, deve ser entregue no serviço de finanças do domicílio fiscal do sujeito passivo.

QUANDO DEVE SER APRESENTADA A DECLARAÇÃO

Em suporte de papel

Durante o mês de março, se apenas tiverem sido recebidos ou colocados à disposição rendimentos do trabalho dependente (categoria A) ou pensões (categoria H).

Durante o mês de abril, se tiverem sido obtidos rendimentos de outras categorias ou for exigível a apresentação do anexo G1.

Via internet

Durante o mês de abril, se apenas tiverem sido recebidos ou colocados à disposição rendimentos do trabalho dependente (categoria A) ou pensões (categoria H).

Durante o mês de maio, se tiverem sido obtidos rendimentos de outras categorias ou for exigível a apresentação do anexo G1.

Em suporte de papel ou via internet

Nos 30 dias imediatos àquele em que se tornou definitivo o valor patrimonial de prédios alienados quando superior ao valor declarado no anexo G, à reposição de rendimento em ano diferente (n.º 2 do ant. 60.º do Código do IRS) ou reconhecimento de isenção (art. 39° n.º 3 do EBF) para além do prazo de entrega da

Durante o mês de janeiro do ano seguinte àquele em que se tiver tornado definitivo o valor patrimo dos imóveis alienados, no âmbito da categoria B, quando superior ao anteriormente declarado (n.º 2 art. 31.º A do Código do IRS), no anexo B ou C.

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A DECLARAÇÃO MODELO 3

A declaração modelo 3 deverá ser acompanhada dos anexos relativos aos rendimentos obtidos e, quando for caso disso, do anexo G1 (Mais-valias Não Tributadas), do anexo H (Beneficios Fiscais e Deduções) e do anexo I (Herança Indivisa), do anexo J quando for necessário declarar o número das contas de depósito ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português ou do anexo L quando o residente não habitual pretender identificar os rendimentos de elevado valor acrescentado.

A indicação do número de anexos será efectuada no quadro 8 do rosto da declaração

QUADROS 1 a 3 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE FINANÇAS, DO ANO A QUE RESPEITA A DECLARAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

QUADRO 3 - SUJEITOS PASSIVOS E DEPENDENTES

São sujeitos passivos de IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos.

São de considerar como dependentes:

- a) Os filhos, adoptados e enteados, menores não emancipados e menores sob tutela;
- b) Os filhos, adoptados, enteados e ex-tutelados, maiores, que, não tendo mais de 25 anos

nem tendo auferido anualmente rendimentos superiores ao valor da retribuição minima mensal garantida, tenham frequentado no ano a que o imposto respetta o 11.º ou 12.º anos de escolaridade, em estabelecimento de ensino médio ou superior;

Os filhos, adotados, enteados e tutelados, maiores, inaptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência, quando não aufiram rendimentos superiores ao valor da retribuição mínima mensal garantida.

Sem prejuízo do disposto no n.º 9 do art.78.º do CIRS, os dependentes não podem, simultaneamente, fazer parte de mais de um agregado familiar nem, integrando um agregado familiar, serem considerados sujeitos passivos autónomos, devendo a situação familiar reportar-se a 31 de dezembro do ano a que sujeitos passivos a respeita o imposto

Nos casos de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, sendo as responsabilidades parentais exercidas por ambos os progenitores, os dependentes (filhos, adoptados e enteados, menores não emancipados, bem como os menores sob tutela) integram o agregado familiar (n.º 8 art.º 13.º do Código do IRS):

- Do progenitor a que corresponder a residência determinada no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais
- Do progenitor com o qual o dependente tenha identidade de domicillo fiscal no último dia do ano a que o imposto respeite, quando, no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais, não tiver sido determinada a sua residência ou não tenha sido possível apurar a sua residência habitual.

QUADRO 3A - SUJEITOS PASSIVOS

A identificação dos sujeitos passivos deve efetuar-se no quadro 3A nos campos 03 e 04 onde, para além dos respetivos números de identificação fiscal, se deve indicar, sendo caso disso, o grau de incapacidade permanente quando igual ou superior a 60%, desde que devidamente comprovado através de atestado médico de incapacidade multiuso, e se é deficiente das Forças Armadas.

QUADRO 3 B - DEPENDENTES NÃO DEFICIENTES

A identificação dos dependentes não deficientes deve ser efetuada no quadro 3B através da indicação do respetivo número de identificação fiscal nos campos numerados com a letra D (D1).

Importa referir que, no preenchimento dos anexos que constituem a declaração modelo 3, sempre que se solicite a identificação do titular dos rendimentos, dos beneficios e das deduções e este for um dependente não deficiente, devem mencionar-se os códigos D1, D2, etc., consoante o caso, de acordo com a atribuição efetuada aquando do preenchimento do quadro 3 B.

Nas declarações em papel, se o número de dependentes não deficientes que se pretende identificar for superior a 4, deve utilizar-se uma folha adicional que seja fotocópia deste modelo, onde se acrescentarão as identificações dos dependentes que não couberem na 1ª folha, devendo considerar-se como código de identificação a numeração sequencial, ou seja D5, D6 etc.

QUADRO 3 C - DEPENDENTES DEFICIENTES

Os dependentes deficientes que sejam portadores de grau de incapacidade permanente, igual ou superior a 60%, quando devidamente comprovado através de atestado médico de incapacidade multiuso, devem ser identificados através da indicação dos respetivos números de identificação fiscal nos campos numerados com as letras DD (DD1).

Deve ser indicado o grau de incapacidade permanente constante do atestado médico de incapacidade

As regras de preenchimento que foram definidas para o quadro 3 B também se dependentes deficientes, com a diferença de que os respetivos códigos de identificaçã (QD) a que se seguirá o número de ordem respetivo.

No preenchimento dos anexos que constituem a declaração modelo 3, sempre que se solicite a identificação do titular dos rendimentos ou de deduções e este for um dependente deficiente, devem mencionar-se os códigos DD1 ou DD2, consoante o caso, de acordo com a atribuição efetuada aquando do preenchimento do quadro 3 C.

Nas declarações em papel, se o número de dependentes que se pretende identificar for superior a 2, deve utilizar-se uma folha adicional que seja fotocópia deste modelo, onde se acrescentarão as identificações dos dependentes que não couberem na 1ª folha, devendo considerar-se como código de identificação a numeração sequencial, ou seja DD3, DD4, etc.

QUADRO 3 D - DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA - N.º 9 DO ART. 78.º DO CIRS

Deve indicar o número de identificação fiscal do dependente e eventual grau de incapacidade, devidamente comprovado através de atestado médico de incapacidade multiuso, bem como o núr identificação fiscal do outro progenitor que partilha a responsabilidade parental com o sujeito passivo, na sequência de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do

casamento, tal como se encontra previsto pelo n.º 9 do art.º 78.º do código do IRS.

Os dependentes que se encontrem em guarda conjunta devem ser identificados apenas neste quadro

QUADRO 4 - NATUREZA DA DECLARAÇÃO

Deve ser assinalado este campo quando se tratar da 1ª declaração do ano

Campo 2

A declaração de substituição deve ser apresentada pelos sujeitos passivos que anteriormente tenham entregue, com referência ao mesmo ano, uma declaração de rendimentos com omissões ou inexatidões ou quando coorra qualquer facto que determine alteração de elementos já declarados.

As declarações de substituição devem conter todos os elementos, como se de uma primeira declaração se tratasse, não sendo acelles aquelas que se mostrem preenchidas apenas nos campos respeitantes às correções que justifiquem a sua apresentação. Quando apresentadas em suporte de papel devem ser entregues no serviço de finanças da área do domicilio fiscal.

A residência a indicar é a que respeitar ao ano a que se reporta a declaração de acordo com o dispos artigos 16.º e 17.º do Código do IRS.

O quadro 5A destina-se a ser preenchido pelos residentes em território português

O campo 1 (Continente) deve ser assinalado pelos sujeitos passivos residentes em território português, que, segundo as regras do artigo 17.º do Código do IRS, não podem ser considerados residentes nas Regiões Authónomas.

O campo 2 destina-se a ser assinalado por quem, no ano a que respeita o imposto, tenha sido residente na Região Autónoma dos Açores.

O campo 3 destina-se a ser assinalado por quem, no ano a que respeita o imposto, tenha sido re na Região Autónoma da Madeira.

O quadro 5B destina-se a ser preenchido pelos não residentes, os quais devem assinalar o campo 4 e indicar o número de identificação fiscal do respetivo representante no campo 5, nomeado nos termos do artigo 130.º do Código do IRS. Se reside na União Europeia e não tem representante indique o código do país da residência de acordo com a tabela disponível no fim destas instruções.

Os residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu podem optar pela aplicação das regras gerais (campo 6) ou por um dos regimes referidos nos campos 8 ou 9.

A opção pela aplicação das taxas previstas no art. 68.º do Código do IRS abrange apenas os rendimentos que não foram sujeitos a retenção na fonte a taxas liberatórias (n.º 9 do art. 72.º do Código do IRS). Esta opção não abrange as mais-valias de valores mobiliários e os rendimentos de capitais sujeitos a taxas liberatórias.

Campo 9

A opção pelas regras aplicáveis aos residentes pode ser exercida nos seguintes termos:

- Para declarações do ano de 2014 e seguintes:
- Se os rendimentos obtidos em território português representarem, pelo menos, 90% da totalidade dos rendimentos auteridos dentro e fora deste território (art. 17.º-A do Código do IRS, redação dada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12).
- Para declarações anteriores ao ano de 2014
- Se os rendimentos obtidos em território português das categorias A, B e H representarem, pelo nenos, 90% da totalidade dos rendimentos auferidos dentro e fora deste território (art. 17.º-A do Código

Em qualquer dos casos, os sujeitos passivos na situação de casados e não separados de pessoas e bens ou que se encontrem em união de facto, podem optar pelo regime de tributação conjunta dos rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar, aplicável aos sujeitos passivos residentes em território português casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, desde que:

- a) Ambos os sujeitos passivos sejam residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, com o qual exista intercâmbio de informações em matéria fiscal;
- b) Os rendimentos obtidos em território português correspondam a, pelo menos 90% da totalidade

dos rendimentos do agregado familiar;

c) A opção seja formulada por ambos os sujeitos passivos ou pelos respetivos representa

Campos 10 e 11

A opção pela tributação conjunta (campo 11) pode ser efetuada apenas nos casos em que o cônjuge reúna as condições referidas nas instruções do campo 9. Nos restantes casos será de assinalar o campo 10 (regime dos não casados).

Se for assinalado o campo 7, deve indicar-se no campo 12 a totalidade dos rendimentos auferidos fora do território português, devendo indicar-se no campo 13 o código do pais onde foram obtidos de acordo com a tabela disponível no fim destas instruções.

QUADRO 6 - ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Deve indicar-se o estado civil dos sujeitos passivos em 31 de Dezembro do ano a que re

No caso de separação de facto (n.º 2 do art. 59.º do Código do IRS), poderá cada um dos cônjuges apresentar declaração dos seus próprios rendimentos e dos rendimentos dos dependentes a seu cargo, assinalando-se então o campo 3.

Havendo união de facto (art. 14.º do Código do IRS e Lei nº 7/2001) há mais de dois anos, nos termos e condições previstos na lei, será assinalado o campo 4. A aplicação deste regime depende da identidade de domicilio fiscal dos sujeitos passivos há mais de dois anos e durante o período de tributação, bem como da assinatura, por ambos, da declaração de rendimentos.

QUADRO 7A - SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES

A identificação do cônjuge falecido só deve ser efetuada na declaração de rendimentos do ano em que ocorreu o óbito, indicando o grau de incapacidade permanente se superior ou igual a 60%, desde que devidamente comprovado através de atestado médico de incapacidade multiuso, e se era ou não deficiente das Forças Armadas.

QUADRO 7B - ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) Identificação dos ascendentes que vivam, efetivamente, em comunhão de habitação com os sujeitos passivos, desde que **não** aufiram rendimentos superiores à pensão mínima do regime geral, não podendo o mesmo ascendente ser incluido em mais de um agregado familiar.

Para além da identificação dos ascendentes deve indicar-se, se for caso disso, o respetivo grau de incapacidade permanente, quando igual ou superior a 60%, desde que devidamente comprovado através de atestado médico de incapacidade multiuso.

QUADRO 7C - AFILHADOS CIVIS EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Devem ser identificados, através da indicação do respetivo número de identificação fiscal, os afilhados civis que vivam em comunhão da habitação com os sujeitos passivos, nos termos da Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro.

QUADRO 7D - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

Para efeitos de reembolso, a efetuar por transferência bancária, deve ser indicado o número de identificação bancária (NIB), o qual deve, obrigatoriamente, corresponder a pelo menos um dos sujeitos passivos a quem a declaração de rendimentos respeita. Em caso de dúvida consulte o seu banco.

Não são admitidas emendas ou rasuras na indicação do NIB.

QUADRO 7E - ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ AO 3.º GRAU EM ECONOMIA COMUM

Identificação dos ascendentes que vivam em economia comum com os sujeitos passivos, desde que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal, não podendo o mesmo ascendente ou colateral até ao 3.º grau ser incluído em mais de um agregado familior.

QUADRO 8 - NÚMERO DE ANEXOS QUE ACOMPANHAM A DECLARAÇÃO

Indicação do número e tipo de anexos que acompanham a declaração e identificação de qualquer outro documento que o sujeito passivo deva juntar.

QUADRO 9 - PRAZOS ESPECIAIS

Este campo deve ser assinalado se, após o decurso do prazo normal de entrega das declarações, ocorrerem os seguintes factos:

- O valor patrimonial definitivo do imóvel alienado for superior ao valor declarado no anexo G;
- A concretização da reposição integral de rendimentos for efetuada em ano diferente ao do seu ecebimento e depois de decorrido o prazo de entrega da declaração desse ano;

- Reconhecimento de benefícios fiscais para além do prazo de entrega da declaração (n.º 3 do art. 39.º do EBF).

No ato de recebimento das declarações em papel, apresentadas nos termos do n.º 2 do art. 60.º, deve confirmado, através do respetivo documento, o facto que determinou a alteração dos rendimentos declarados ou a obrigação de os declarar. Quando for assinalado este prazo especial em declaraçõe ocuariatus du a congaças de us ocuaria; cuariant no assiniado este parte en recultações en enviadas pela Internet deverão os contribuintes enviar cópia do documento azá especial en rocultações de Finanças da área do seu domicilio fiscal, ao qual devem juntar o comprovativo de entrega da declaração.

Campo 2

Este campo deve ser assinalado quando, relativamente à alienação de imóveis, no âmbito do exercício de Este campo deve se assimilado quanto, telativalmente a alientação de infoveis, no aninoto de exercicio de uma atividade tributada na categoria B do IRS (rendimentos empresariais e profissionais), a declaração de substituição resultar do conhecimento do valor patrimonial definitivo posteriormente à data limite para a entrega da declaração de rendimentos e este for superior ao valor anteriormente declarado, devendo esta declaração ser apresentada em janeiro do ano seguinte.

Campo 3

Neste campo deve ser indicada a data que determinou a obrigação de entrega da declaração, tanto para as situações abrangidas pelo n.º 2 do art. 60.º, como pelo n.º 2 do art. 31.º-A do Código do IRS.

QUADRO 10 - RESERVADO AOS SERVIÇOS

Deve o funcionário recetor certificar-se de que o original e duplicado do rosto da declaração pertencem ao mesmo conjunto, ou seja, possuem o mesmo número de código de barras.

No caso de declarações entregues nos termos do n.º 2 do art. 60.º ou n.º 2 do art. 31.º-A do Código do IRS, deve proceder-se à verificação dos documentos que lhes estão subjacentes, de forma a comprovar a correta utilização destes prazos especiais, devendo assinalar, para este efeito o campo 5 ou 6, consoante

Para além dos quesitos que devem ser respondidos com referência às declarações de substituição, para efeitos da subalinea II) da alinea b) do n.º 3 do art. 53.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, deve proceder-se à indicação das datas da receção e do limite do prazo de entrega (lendo em consideração o disposto no art. 31.º-A e no n.º 2 do art. 60.º do Código do IRS), do número de lote e do número da declaração.

A certificação do ato de entrega da declaração em papel efetua-se através da aposição, no original e no duplicado do rosto, da respetiva vinheta comprovativa da entrega da declaração.

TABELA DOS PAÍSES QUE FAZEM PARTE DA UNIÃO EUROPEIA E DO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

Fazem parte do Espaço Económico Europeu os seguintes países

246

- a) Os membros da EFTA (com exceção da Suiça): Islândia, Liechtenstein e Noruega;
 b) Os Estados membros da União Europeia
- PAÍSES CÓDIGOS 276 Alemanha Áustria 040 056 Rélaica Bulgária 100 Chipre 196 Croácia 191 Dinamarca 208 Eslováquia República da 703 Felovánia 705 Espanha 724 Estónia

Finlândia

França	250
Grécia	300
Hungria	348
Irlanda	372
Islandia	352
Itália	380
Letónia	428
Liechtenstein	438
Lituânia	440
Luxemburgo	442
Malta	470
Noruega	578
Países Baixos	528
Polónia	616
Reino Unido	826
República Checa	203
Roménia	642
Suécia	752

ASSINATURA DA DECLARAÇÃO

Assinaturas dos sujeitos passivos ou do seu representante ou gestor de negócios, constituindo a falta de assinatura motivo de recusa da receção da declaração (art. 146.º do Código do IRS).

No caso da união de facto a declaração deve obrigatoriamente ser assinada por ambos os sujeitos passivos (art. 14.º, n.º 2 do Código do IRS).

OPÇAO PELA APLICA	C OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A								
A totalidade dos rendimentos auferidos resulta de serviços prestados a uma única entidade ?									
Em caso afirmativo, opta pela tributação segundo as regras estabeleci	idas para a categori	aA?		SI	м з[NĀ!			
D ALIENAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS									
Houve alienação de imóveis ? SIM 1 NÃO 2									
Se assinalou campo 1 identifique os imóveis:									
IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS PRÉDIOS ALIENADOS E RESPETIVOS VALORES									
Freguesia (código) Tipo Artigo Fração / Secção	Valor de Ve		ampo Q4	Valor D		Art.°	139.° CIRC		
430		,			. ,	SIM	NÃO		
431		,			. ,	SIM	NÃO		
432		,			. ,	SIM	NÃO		
E IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PAGARAM SUBSÍDIOS									
NIPC das Entidades Subsidios destinados			dios não d	estinados N-2	à exploraçã		N-4		
NIFC das Entidades à exploração	N	N-1	_	N-2	N	-3	N-4		
	,		, .	. ,	+ -	. ,	,		
	,		, I ·	. ,	<u> </u>	. ,	,		
5 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS A			S (ANO I		ANOS A	NTERIO	RES)		
RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ATIV	VIDADE DESPORT	ΓIVA		501			,		
6 ACRÉSCIMOS AO RI	ENDIMENTO A	rt 38°	n 0 3 da	CIRS					
Mais-Valias na alienação de parte social	LILDIMENTO - AI	30. , 1	3, 40	601					
Ganhos suspensos correspondentes à transmissão da totalidade do patrimón	nio maiorados em 15º	% nor cada	ano ou fra		<u> </u>		,		
	,,		SO		-		,		
7	- Dugăro l cou	ET 4		*****		_	,		
Rendimentos sujeitos a retenção Retenções na Fonte	DUÇÕES À COL		ntos por Co	nta	Cı	édito de Im	posto (2001)		
701 702	. 703				704				
IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE E	EFETUARAM AS RE	TENÇÕE	S E RESE	ETIVOS V	ALORES				
NIF 705	, NIF 711		111	111		VAL			
NUE TOO		\vdash	+++	+++	-		. ,		
	_	=	+++	+++	⊣⊢	÷	. ,		
NUC 700		\perp	+	+++	-	•			
		=	+++	+	⊣⊢	<u> </u>	. ,		
			+++	+++	⊣⊢	•	. ,		
NIF 710	, NIF 716			Ш		•	. ,		
	, NIF 716	DE SUC				HENTOS	. ,		
NIF 710	, NIF 716	DE SUC		AIS,		MENTOS			
NIF 710	NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808	DE SUC		AIS, US 814		MENTOS COLAS E	. ,		
NIF 710 PREJUIZOS FISCAIS A DEC 8 PREJUIZOS FISCAIS A DEC VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37° DO CHS, IDENTFIQUE O AUTOR DA MICESSÃO: 10 MITERIA DE 10 MITERI	NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 .	DE SUC		AIS, IIS 814 815		MENTOS COLAS E	. ,		
NIF 710	NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808	DE SUC		814 815 816		MENTOS COLAS E	. ,		
NIF 718	NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811	DE SUC		814 815 816 817		MENTOS COLAS E	. ,		
NIF 716	NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 812	DE SUC		AIS, 814 815 816 817 818		MENTOS E	. ,		
NIF 718	, NIF 718 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 812 813	DE SUC TOS PRO AIS E IN	OFISSION, NDUSTRIA	814 815 816 817		MENTOS DOLAS E	. ,		
NIF 718	, NIF 718 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 812 813 S GERAIS (vide	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	814 815 816 817 818 819	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
NIF 718	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 811 812 813 AS GERAIS (vide RENDIMENT COMERCI	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	814 815 816 817 818 819	RENDI		. ,		
NIF 718	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 811 812 813 S GERAIS (vide RENDIMENT COMERCIA 901	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	AIS, IS 814 815 816 817 818 819 910	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
NIF 718	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 812 813 AS GERAIS (vide RENDIMENT FORMERCI 901	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	AIS. 814 815 816 817 818 819	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
NIF 718	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 812 813 SGERAIS (vide RENDIMEN FERDIMEN FERDIMEN 902 903	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	AIS. 814 815 816 817 818 819 910 911 911	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
NIF 718	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDIMEN COMERCI 808 809 810 811 812 813 S GERAIS (vide RENDIMENT COMERCI 901 902 903	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	AIS. 814 815 816 817 818 819 910 911 912 913	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
NIF 718	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDMEN 808 809 110 1811 1812 1813 S. GERAIS (vide RENDIMENT 20MERCI 901 902 903 904 905	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	814 815 816 817 818 819 910 911 912 913	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
NIF	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDING REND	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	814 815 816 817 818 819 910 911 912 913 914 915	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
NIF 710	, NIF 716 DUZIR EM CASO RENDMEN 808 809 110 1811 1812 1813 S. GERAIS (vide RENDIMENT 20MERCI 901 902 903 904 905	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION ADUSTRIA	814 815 816 817 818 819 910 911 912 913 914 915	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
B PREJUIZOS FISCAIS A DEC B PREJUIZOS FISCAIS A DEC VERRICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37 ° DO ORS. DENTFIGUE AUTOR DA SUCEISÃO NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE 805 805 907 DESPESA Encargos com vialuras, motos e motocidos Despesas do valorização profissional Despesas do valorização profissional Contribulgões obrigalorias para a segurança social Quotizações Sindicais Oucitações Sindicais	NIF 714 NIF 715 NIF 71	DE SUC TOS PRO AIS E IN	DFISSION, NDUSTRIA	814 815 816 817 818 819 910 911 912 913 914 915	RENDI		AGRICOLAS, PECUÁRIOS . , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		

2015	* 🐠 *	1 REGIME SIMPLIFICADO / ATO ISOLADO	2 ANO DOS RENE	IMENTOS
삠	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	Regime Simplificado de Tributação 01		
18	AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA			
AN	DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS	Acto Isolado 02	05 2	
E I	MODELO 3	Profissionais, Comerciais e Industriais 03		
MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE	Anexo B	Agricolas, Silvícolas e Pecuários 04		
A PA	3	IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO	(S)	
GOR	Sujeito passivo A NIF 06	Sujeito passivo B N	F 07	
2	A	IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMEN	то	
0	NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE	Este anexo respeita à atividade de herança indivisa?	SIM 1 N	IÃO 2
DDE	08	Se assinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 08	NIPC 09	
ž	CÓDIGO DA TABELA DE ATIVIDADES ART. 151.º DO CIRS	CÓDIGO CAE	CÓDIGO CAE	
	0 1 1 0	IDIMENTOS PROFISSIONAIS, 11 (RENDI	MENTOS AGRICOLAS, DLAS E PECUÁRIOS)	
	В РО	SSUI ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? SIM 13	NÃO 14	
	4	RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO		(
	A RENDIMENTOS PRO Vendas de mercadorias e produtos	FISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTO	
	Prestações de serviços de atividades	hotalairee raetauranān a habirtae	401	
		s rendimentos (inclui Mais-Valias) - aplicável até 2013	402 -	,
	Rendimento de atividades profissiona	440 -	,	
	Propriedade intelectual (não abrangio			
	Propriedade intelectual (Rendimento	441 - 404	,	
	Saldo positivo das mais e menos-vali			
	Rendimentos de actividades financeir	442 - 405 -		
	Serviços prestados por sócios a socie	420 .	,	
		vidade geradora de rendimentos da Categoria B	421 .	
		atividade geradora de rendimentos da Categoria B	422 .	
open opo opo	Microprodução de eletricidade	annuace geradora de renumentos da dategora s	423	
intere	Subsidios à exploração		424 .	,
15 E	Outros subsidios		425	
clo for roce d	Rendimentos da Categoria B não incl	idos nos campos anteriores	443	. ,
hae			OMA .	,
Water		ENCARGOS	VALO	
appa podra	Custo das existências vendidas ou o		406	,
te our	Despesas gerais (Quadro 9 - vide inst		407	. ,
galma am, sol			OMA .	,
posen	B RENDIMEN	TOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS	RENDIMENTO) ILÍQUIDO
a ribo	Vendas de produtos		409 -	. ,
odes oo and		nentos (inclui Mais-Valias) - aplicável até 2013	410 .	. ,
do os	Prestações de serviços		444	
procession aufornitoremit, deal mento-seá pos secução des affauções logarente corretiste à astricistinção ficus O pósito por do prespoto attavéo de internet devento, calca intal não posuum, sabitar em queha semine procede à sua correção ou lates integrates.	Rendimentos de capitais e prediais in rendimentos da propriedade intelectu menos-valias e restantes incrementos	outáveis a atividades geradoras de rendimentos da Categoria B, I, industrial ou prestação de informações, saldo positivo das mais e patrimoniais	445	. ,
sdaint	Subsidios à exploração		411 .	. ,
ntit, de através	Outros subsidios		426 -	. ,
sperior sperior	Rendimentos da Categoria B não incl	idos nos campos anteriores	446	. ,
Utoma las.			OMA .	. ,
ados a albas c Yibida		ENCARGOS	VALO	OR
spoots spoots special	Custo das existências vendidas ou c	onsumidas (vide instruções)	413 .	. ,
a são pa forma do pos do pos pos do pos do pos pos pos do pos pos pos pos pos pos pos pos pos pos	Despesas gerais (Quadro 9 - vide ins	ruções)	414 .	. ,
or ain			OMA .	. ,
Os dados na cohidos são i podendo a ceder á informa ad ternento, nos termos d				

10				KIBUI	цÇАО	AUTONOMA		
Despesas não documentadas - art. 7	3.°, n.°	1 do CIRS					1001	
Importâncias pagas a não residentes	- art. 73	.°, n.°6do	CIRS				1002	,
	_					SON		
11 T	OTAL	DAS VE		STAÇÕ	ES DE	SERVIÇOS E OUTROS RE	NDIME	
			Do Ano N			Do Ano N-1		Do Ano N-2
Vendas	1101				1103		1105	l
Prestações de serviços e outros rendimentos	1102				1104	,	1106	
	-			-		,		
SOMA	1107			,	1108	,	1109	l ,
12		CECC	4 C Ã O D A A 3	TIVIDAD	T / NI	ÃO EXERCÍCIO DA ATIVIDA	DE	
		CLOS	AÇAO DA A	IVIDAL	LINA	O EXERCICIO DA ATIVIDA	DL	
Cessou a atividade ? SIM 1		NÃO	2			Em caso afirmativo, indique a da	ita: 3	Ano Mès Dia
No ano a que respeita	a declar	ração não e	exerceu ativida	de nem o	bteve re	endimentos da Categoria B 4		
l								
l								

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO ANEXO B

Destina-se a declarar rendimentos empresariais e profissionais (categoria B), ainda que sujeitos a tributação autónoma, tal como são definidos no art. 3.º do Código do IRS, que devam ser tributados segundo o regime simplificado, bem como os decorrentes de atos isolados e os referidos no n.º 3 do art. 38.º do mesmo diploma.

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO B

O titular de rendimentos tributados na categoria B (rendimentos empresariais e profissionais), o cabeça de casal ou administrador de herança indivisa que produza rendimentos dessa categoria, nas seguintes situações

- Quando se encontre abrangido pelo regime simplificado (inclui a opção de tributação pelas regras da categoria A);
- Quando os rendimentos resultem da prática de acto isolado tributado na categoria B:
- Quando forem obtidos ganhos resultantes da transmissão onerosa de partes de capital a que se refere o n.º 3 do art. 38.º do Código do IRS.

Este anexo é individual e, em cada um, apenas podem constar os elementos respeitantes a um titula qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos em território português. Quando rendimentos da categoria B forem obtidos fora do território português devem ser mencionados no an J. Nesta situação, o anexo B também deve ser apresentado com os quadros 1, 3, 11 e 12 preenchidos

A obrigação de apresentação deste anexo manter-se-á enquanto não for declarada a cessação de atividade ou não transitar para o regime de contabilidade organizada.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO B

A declaração que integre o anexo B deve ser enviada pela internet no prazo estabelecido na subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do art. 60.º do Código do IRS.

QUADRO 1 - REGIME SIMPLIFICADO / ATO ISOLADO

NATUREZA DOS RENDIMENTOS

Os campos 01 e 02 não podem ser assinalados simultaneamente

Campo 01 - É assinalado por quem exerce a atividade e está abrangido pelo regime simplificado, ainda que o titular dos rendimentos opte pela aplicação das regras da categoria A.

Campo 02 - É assinalado se a totalidade do rendimento declarado no quadro 4 for proveniente de ato

Campos 03 e 04 - Deve ser assinalado o campo correspondente à natureza dos rendimentos declarados. Se o titular dos rendimentos exercer simultaneamente as atividades agrupadas nos campos 03 e 04 deverá assinalar os dois campos, identificando as atividades, através dos respetivos códigos, nos campos 10, 11 e 12 do quadro 3A.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 06 e 07) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 3A - IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DOS RENDIMENTOS

Campo 08 - Destina-se à identificação fiscal do titular dos rendimentos declarados (sujeito passivo A, sujeito passivo B ou dependente).

Campo 09 – É reservado à identificação da herança indivisa, feita através da indicação do número de identificação equiparado a pessoa coletiva que lhe foi atribuído (NIPC), quando for assinalado o campo 1, não devendo ser preenchido o campo 08.

Campo 10 - Deve ser inscrito o código da Tabela de Atividades, a que se refere o art. 151.º do Código do IRS, publicada pela Portaria n.º 1011/2001, de 21 de agosto, correspondente à atividade exercida. Caso se trate de atividade não prevista nessa Tabela, deve ser preenchido o campo 11 ou 12 com a indicação do Código CAE que he corresponda.

Podem ser simultaneamente preenchidos os campos 10, 11 e 12 se forem exercidas, pelo titular dos rendimentos, as diferentes atividades neles referidas.

QUADRO 4 - RENDIMENTOS BRUTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

vem ser declarados os **rendimentos brutos**, quer sejam provenientes de atos isolados ou do exercício

de atividades profissionais ou empresariais, os quais serão indicados nos subquadros 4A ou 4B, conforme a sua natureza.

Os titulares **deficientes** com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60% deve igualimente, declarar o **total** dos rendimentos brutos auferidos, sendo a parte dos rendimentos is assumida automaticamente na liquidação do imposto.

A determinação do rendimento tributável cabe, exclusivamente, à Administração Tributária, a qual fará a aplicação dos coeficientes previstos no art. 31.º do Código do IRS. Estes não serão aplicados na determinação do rendimento líquido quando for refetuada a opção pelas regras da categoria A.

Se for efetuada a opção pelas regras da categoria A serão consideradas apenas as despesas declara no campo 407 com as limitações previstas no art. 25.º do Código do IRS, cuja discriminação deve no campo 407 com as efetuada no Quadro 9.

Consideram-se rendimentos provenientes de ato isolado os que não resultem de uma prática previsível ou reiterada. Na determinação do rendimento líquido proceder-se-á da seguinte forma

- Se o rendimento for igual ou inferior a € 200 000,00 será aplicado o coeficiente que lhe corresponder;
- Se o rendimento for superior a € 200 000,00 serão considerados os encargos comprovadame dispensáveis à sua obtenção de acordo com as regras aplicáveis no regime de contabilidade. nocargos devem ser indicados nos campos 406 ou 413 e 407 ou 414 sendo estes últimos discribidade. no quadro 9.

Na transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis o valor de realização a considerar será o valor de venda ou, se superior, o valor patrimonial definitivo que serviu de base para efeitos de IMT, ou que serviria no caso de não haver lugar a essa liquidação (art. 31.º-A do Código do IRS). Neste caso, o valor da transmissão a considerar nos campos 401, 403, 410 (para nos anteriores a 2014), 401, 442 ou 445 (para o ano de 2014 e seguintes) será o valor patrimonial definitivo, devendo ser prenenchido também o (para o ano Quadro 4D.

Se o referido valor patrimonial definitivo vier a ser conhecido após o decurso do prazo legal da entrega da declaração e se for superior ao valor nesta declarado, a declaração de substituição deve ser apresentada durante o mês de janeiro do ano seguinte (n.º 2 do art. 31.º-A do Código do IRS).

Quadro 4A - RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Devem ser incluídos os rendimentos brutos decorrentes do exercício de atividades profissionais, comerciais e industriais, ou de atos isolados dessa natureza, tal como são definidas nos art.s $3.^\circ$ e $4.^\circ$ do Código do IRS

Campo 403 – Este campo apenas deve ser preenchido para declarações relativas a anos anteriores a 2014. Destina-se à indicação dos valores respeitantes a prestações de serviços e outros rendimentos, tais

- Rendimentos da propriedade intelectual ou industrial ou da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, quando auferidos pelo seu titular originário, que não cumpram os requisitos previstos no art. 58.º do EBF;
- Mais-valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais, definidas nos termos do art. 46.º do Código do IRC, decorrentes da alienação onerosa e as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afetos ao ativo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no nº 1 do art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais;
- As importâncias auferidas, a título de indemnização, conexas com a atividade exercida, nomeadamente a sua redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respetivo exercício;
- As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelecimento;

Campo 404 – Destina-se à indicação da parte não isenta dos rendimentos provenientes da propriedi intelectual que cumpram os requisitos previstos no art. 58.º do EBF, a qual pode ser constituída pe sequintes valores:

- a) 50% dos rendimentos da propriedade literária, artística e científica, auferidos por autores residentes em território português que beneficiem da isenção prevista no art. 58.º do EBF;
- b) O excesso do valor declarado no quadro 5 do anexo H, cuja isenção não pode ultrapassar € 10 000,00, de acordo com o estabelecido com o n.º 3 do art. 58.º do EBF.

Exemplo de preenchimento

Rendimentos da propriedade intelectual - € 80.000, dos quais € 75.000 estão abrangidos pelo disposto no n.º 1 do art. 58.º do EBF.

Valores a declarar no anexo B - quadro 4:

Campo 403 ou 441 - € 5.000

Campo 404 - € 65.000 (correspondente ao total dos rendimentos previstos no nº 1 do art. 58° do EBF) => € 75.000 - € 10.000 (valor isento)

Valor a declarar no anexo H - quadro 5 / campo 501 - 10.000

Campo 405 - Deve ser preenchido se tiverem sido obtidos rendimentos decorrentes do exercício de atividades financeiras (CAE iniciado por 64, 65 ou 66) na Região Autónoma dos Açores, conforme Decisão da Comissão Europeia C(2002) 4487, de 11 de dezembro.

Campos 406 e 407 - Devem ser indicadas as despesas suportadas se os rendimentos forem provenientes de ato isolado de valor superior a $\in 200.000,00$

mpo 407 pode ainda ser preenchido para declarar as despesas suportadas nas prest cos, quando efetuadas a uma única entidade e for exercida a opção pelas regras da categor

Campo 420 - Destina-se à indicação dos rendimentos decorrentes de prestação de serviços efetuada pelo sócio a uma sociedade de profissionais abaragida pelo regime de transparência fiscal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 6.º do Código do IRC, como dispõe o n.º 2 do art. 31.º do Código do IRCs.

Campo 421 - Destina-se à indicação de rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS.

Para o ano de 2014 e seguintes o valor a indicar é o relativo ao resultado positivo de rendimentos prediais o qual corresponde ao resultado positivo que se apura mediante a dedução aos rendimentos prediais o qual corresponde ao resultado positivo que se apura mediante a dedução aos rendimentos prediais brutos das despesas e encargos previstos no art. 41.º do Código do IRS, nos termos e condições aí definidos.

Campo 422 – Destina-se à indicação de rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS.

Campo 43.7 Destina-se à indicação de rendimentos resultantes da atividade de produção de eletricidade por intermédio de unidades de microprodução, cujo regime jurídico se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, devendo ser declarada a totalidade do rendimento ainda que excluído de tributação em sede de IRS, por ser inferior a 5.000 euros, conforme dispõe o n.º 6 do art. 12.º do referido

Campo 424 – Destina-se à indicação de subsídios destinados à exploração. De acordo com o exemplo do Q4E, neste campo deve ser indicado o montante de € 2.000,00.

Campo 425 — Destina-se à indicação de subsídios ou subvenções não destinados à exploração. Neste campo deve ser indicado 1/5 do montante dos subsídios recebidos no ano a que a declaração respeita, bem como 1/5 dos montantes recebidos nos últimos quatro anos.

Neste campo, considerando o exemplo do Q4E, deve ser indicado o montante de € 3.800,00, assim

1/5 x 3.000,00 = 600,00 relativo ao subsidio recebido em N-4

1/5 x 4 000 00 = 800 00 relativo ao subsidio recebido em N-3 1/5 x 6.000,00 = 1.200,00 relativo ao subsidio recebido em N-2

1/5 x 1.000,00 = 200,00 relativo ao subsidio recebido em N-

1/5 x 5 000 00 = 1 000 00 relativo ao subsidio recebido em N

Campo 440 - Destina-se à indicação dos rendimentos auferidos no exercicio, por conta própria, de qualquer atividade de prestação de serviços que tenha enquadramento na alínea b) do n.º 1 do art. 3.º do CIRS, independentemente da atividade exercida estar classificada de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE), do Instituto Nacional de Estatística, ou de acordo com os códigos mencionados na tabela de atividades aprovada pela Portaria n.º 1011/2001, de 21 de agosto, incluindo a atividade com o código "1519 – Outros prestadores de serviços".

Campo 441 Destina-se à indicação dos valores respeitantes a rendimentos da cedência ou utilização temporária da propriedade intelectual ou industrial ou da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, quando auferidos pelo seu titular originário, que não cumpram os requisitos previstos no art. 58.º do EBF.

Campo 442 - Destina-se à indicação do saldo positivo das mais e menos valias apuradas no âmbito das ividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais, definidas nos termos do art. 46.º do ódigo do IRC, designadamente as resultantes da transferência para o património particular dos

empresários de quaisquer bens afetos ao ativo da empresa e, bem assim, do saldo positivo das m menos-valías que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no n.º art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresaria

Campo 443 — Destina-se à indicação dos restantes rendimentos da categoria B, designad prestações de serviços que por força do art. 4.º do Código do IRS sejam enquadráveis na alín 1 do art. 3.º do referido código, desde que não previstos nas alíneas a) a dy le primeira parte do n.º 2 do art. 31.º deste código e, assim, não incluidos nos campos anteriores deste quadro

Quadro 4B - RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS

Devem ser indicados os rendimentos brutos decorrentes do exercício de atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias ou de atos isolados dessa natureza, tal como são definidas no art. 4.º do Código do IRS.

Campo 411 - Devem indicar-se neste campo os montantes dos subsídios destinados à exploração

Campos 413 e 414 - Devem ser indicadas as despesas suportadas se os rendimentos forem provenientes de ato isolado de valor superior a € 200.000,00.

Campo 426 — Destina-se à indicação de subsídios ou subvenções não destinados à exploração. Neste campo deve ser indicado 1/5 do montante dos subsídios recebidos no ano a que a declaração respeita, bem como 1/5 dos montantes recebidos nos últimos quatro anos.

Neste campo, considerando o exemplo do quadro 4E, deve ser indicado o montante de € 3.800,00, assim

1/5 x 3.000,00 = 600,00 relativo ao subsidio recebido em N-4

1/5 x 4.000,00 = 800,00 relativo ao subsidio recebido em N-3

1/5 x 6.000.00 = 1.200.00 relativo ao subsidio recebido em N-2 1/5 x 1.000,00 = 200,00 relativo ao subsidio recebido em N-1

1/5 x 5.000,00 = 1.000,00 relativo ao subsidio recebido em N

Campo 445 - Deve ser preenchido tendo em consideração as instruções anteriormente referidas para os campos 422, 421, 404, 441 e 442.

na-se à indicação dos restantes rendimentos da categoria B, não incluídos nos

Quadro 4C - OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A

É permitida a opção de tributação pelas regras estabelecidas para a categoria A quando a totalidade dos rendimentos auferidos e declarados no quadro 4 resulte de serviços prestados a uma única entidade e o titular dos rendimentos não tenha optado pelo regime da contabilidade organizada ou não resultem da prática de ato isolado.

Este quadro destina-se à formalização dessa opção, a qual se manterá por um período de três anos caso m os respetivos pressupostos.

No campo 407 devem ser indicadas as despesas suportadas de acordo com o disposto no art. 25.º do Código do IRS que são discriminadas no Quadro 9.

Quadro 4D - ALIENAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS

Na primeira parte deste quadro deve indicar no campo 1 ou 2, respetivamente, se houve ou não alienação de direitos reais sobre bens imóveis. Em caso afirmativo deve identificar os prédios ou frações alienados.

Nos casos em que o valor de realização a considerar relativamente à alienação de direitos reais sobre bens imóveis nos quadros 4A ou 4B seja o valor patrimonial definitivo considerado para efeitos de IMT, por ser superior ao valor de venda, deve ser preenchida também a coluna "Valor Definitivo", devendo, ainda, assinalar-se a circunstância de ter havido ou não recurso nos termos do art. 139.º do Código do IRC.

Quadro 4E - IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PAGARAM SUBSÍDIOS

Devem ser identificadas as entidades que procederam ao pagamento de subsídios ou subvenções, bem como as respetivas importâncias, de acordo com a natureza do subsídio.

Na coluna "NIPC das entidades", deve ser indicado o NIPC (Número de Identificação de Pessoa Coletiva) da entidade que pagou o subsídio.

Na coluna "Subsidios destinados à exploração", deve ser indicado o montante do (s) subsidio (s) recebido (s), por entidade, durante o ano a que a declaração respeita.

Na coluna "Subsidios não destinados à exploração", deve ser indicado o montante do (s) subsidio (s) recebido (s), durante o ano a que a declaração respella (coluna N), bem como eventuais subsidios recebidos nos últimos quatro anos (colunas N-1 a N-4), por entidade.

Exemplo:

No ano a que a declaração respeita (ano N) foram recebidos os sequintes subsídios, da entidade A:

- Subsídios destinado à exploração: € 2.000,00
- Subsídios não destinado à exploração: € 5.000,00

Nos últimos quatro anos tinham sido recebidos os seguintes montantes, relativos a subsídios não destinados à exploração:

- N-1 entidade D: € 1.000.00
- N-2 entidade B: € 6.000,00
- N-3 entidade C: € 4.000,00
- N-4 entidade B: € 3.000,00

O preenchimento do Q 4E deve ser efetuado da seguinte forma:

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PAGARAM SUBSÍDIOS										
NIPC das entidades	Subsídios destinados à exploração		subsidios na	o destinados	a exploraça	0				
NIFC das entidades		N	N-1	N-2	N-3	N-4				
A	2.000,00									
A		5.000,00								
D			1.000,00							
В				6.000,00		3.000,00				
С					4.000,00					

QUADRO 5 - OPCÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS

Campo 501 - Devem ser declarados os rendimentos ilíquidos auferidos exclusivamente pela prática de atividade desportiva, pelos agentes desportivos que optem pela tributação autónoma, sendo aplicável aos anos de 2006 e anteriores.

Os rendimentos provenientes da atividade desportiva obtidos nos anos de 2007 e seguintes devem ser declarados no quadro 4

QUADRO 6 - ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO – art. 38.º, n.º 3, do Código do IRS

São declaradas neste quadro as mais-valias resultantes da alienação das partes de capital recebidas como contrapartida da transmissão do património profissional ou empresarial, nos termos do n.º 1 do art. 38º do Código do IRS, se a alienação ocorrer antes de decorridos 5 anos da data da referida transmissão. Neste caso também são de declarar os ganhos que ficaram suspensos de tributação, relativos à transmissão da totalidade do património afeto ao exercício da atividade empresarial e profissional, majorados em 15% por cada ano, ou fração, decorrido desde aquele em que se verificou a entrada do património para realização do capital da sociedade.

Os valores inscritos neste quadro não deverão ser mencionados no quadro 4

QUADRO 7 - DEDUÇÕES À COLETA

Campos 701 e 702 - Devem ser indicados os rendimentos ilíquidos (incluindo adiantamentos) que foram sujeitos a retenção, bem como as respetivas retenções na fonte que sobre eles foram efetuadas no ano a que respeita a declaração.

Campo 703 - Deve ser declarado o valor total dos pagamentos por conta efetuados durante o ano

Campos 705 a 716 - Sempre que se indiquem valores de retenções no campo 702, deve proceder-se à identificação das entidades que efetuaram as retenções através da indicação dos respetivos números de identificação fiscal e à indicação dos valores retidos.

QUADRO 8 - PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE

Serão de indicar, apenas, os prejuízos, gerados em vida do autor da herança, e ainda não deduzidos por este, os quais, uma vez declarados pelos sucessores no anexo respeitante ao ano do óbito, não deverão sê-lo em anos posteriores, salvo se for para declarar, no ano seguinte, os prejuízos do ano do óbito.

Para esse efeito é indispensável o preenchimento do campo 801, identificando o autor da sucessão e indicando, por anos, os montantes dos prejuízos apurados nos últimos cinco anos (ou quatro para os prejuízos apurados nos últimos cinco anos (ou quatro para os prejuízos apurados no ano de 2011 e seis anos para os apurados nos últimos cinco anos (ou quatro para os prejuízos apurados no ano de 2011 e seis anos para os apurados nos anos de 2010 e anteriores) que ainda não tiverem sido deduzidos, na respetiva categoria, pelo agregado familiar de que o autor da herança fazia parte.

QUADRO 9 - DESPESAS GERAIS

Destina-se à inscrição das despesas suportadas no exercício de atividades empresariais e profissionais, as quais só serão tomadas em consideração, na determinação do rendimento líquido, se respeitarem a opção pelas regras da categoria A<u>de acordo com o disposto no art. 25.º do Código do IRS</u>, ou à prática de ato isolado, de valor superior a € 200.000,00.

Os limites relativos aos campos 907 e 916 são assumidos automaticamente na liquidação

QUADRO 10 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA

São declarados neste quadro os montantes das despesas sujeitas a tributação autónoma, nos termos art. 73°, n.ºs 1 e 6 do Código do IRS, caso o titular dos rendimentos disponha de contabilida organizada.

QUADRO 11 - TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os rendimentos a mencionar são aqueles que foram indicados nos quadros 4, 5 e 6 deste anexo e os indicados com os códigos 403, 408 e 410 do quadro 4 do anexo H, os mencionados no aquedro 5 do anexo H, e ainda os que foram indicados no anexo 1 nos campos 403 a 406, 421 e 426. Se a declaração se reportar aos anos de 2006 e anteriores deve ainda ser incluido o rendimento indicado no campo 501 deste anexo.

O total das vendas, que deve incluir os rendimentos relativos à microprodução de electricidade, deve ser indicado separadamente do total das prestações de serviços e de outros rendimentos, sujeitos a imposto, incluindo os que se encontram isentos, obtidos no ano a que se refere a declaração, bem como nos dois anos imediatamente anteriores

Assim, nos campos 1102, 1104 ou 1106 devem ser indicados, para além dos rendinalíneas b) e c) do n.º 1 do art. 3.º do Código do IRS, também os referidos no seu n.º 2

- Rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais
- Rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais;
- Mais-valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais, definidas nos termos do art. 46.º do Código do IRC, decorrentes da alienação onerosa e as resultantes da ueminusa has terminus da int. 30. indicada promover, decumente a di amenação o fetos a cas redidantes transferência para o património particular dos empresarios de quaisquer bens afetos ao altivo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições decorram das operações referidas no n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais;
- As importâncias auferidas, a título de indemnização, conexas com a atividade exercida, nomear a sua redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respetivo exercício;
- As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelec
- Os subsídios ou subvenções no âmbito do exercício de atividade comercial, industrial, agrícola, silvícola
- Os subsídios ou subvenções no âmbito do exercício de atividade de prestação de serviços, ainda que conexa com qualquer atividade mencionada no ponto anterior.

QUADRO 12 - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE

Os campos 1ou 2 são de preenchimento obrigatório. Se for assinalado o campo 1 deverá ser indicada a data em que a cessação ocorreu no campo 3.

Esta informação não desobriga o titular dos rendimentos da apresentação da declaração de cessação a que se refere o art. 112.º do Código do IRS.

No caso de não ter exercido atividade, nem ter obtido quaisquer rendimentos da categoria B, no ano a que respeita a declaração, deve assinalar o campo 4.

	_			_			
2015			1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B REGIME CONTABILIDADE ORGANIZADA	2	ANODOS	RENDIMENT	os
MODELO EMVIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2015	,	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS UTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS-IRS	Profissionais, Comerciais e Industriais 01				
ANEIR		∑■● MODELO 3	Agricolas, Silvícolas e Pecuários 02		03 2		
교	L	■ C Anexo C					
2	3		IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)				
발		Sujeito passivo A NF 04	Sujeito passivo B	NIF	05		
AP/	_	.,,	IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO				
80 R	Ĺ	NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE	Este anexo respeita à atividade de herança indi	visa?	SIM 1	NÃO	2 🗆
EM	06	Se a	ssinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 06		07		H
E	A1	CÓDIGO DA TABELA DE IVIDADES ART. 151.º DO CIRS CÓD	IGO CAF CÓDIGO	CAE			
МОВ		08 (RENDIMENTO COMERCIAL	SENDUSTRIAIS) (RENDIMENTOS) SILVÍCOLAS E P	AGRÍCOL ECUÁRIO	AS, 10 DS)		
_	В	POSSU	ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? SIM 1 NÃO	2]		
	4	APURA	MENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (Obtido em Território F	ortugu	uês)		
		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			401		,
		Variações patrimoniais positivas não refle subsidio respeitante a ativos não corrente	tidas no resultado líquido do periodo (art.º 21.º do CIRC) e quota-parte es, não depreciáveis/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d) d	do o CIRC	402		,
			transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)		403		,
			etidas no resultado líquido do período (art.º 24.º do CIRC)		404		
			transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)		405	<u> </u>	
							,
		Alteração do regime fiscal dos contratos			406		,
		Alteração do regime fiscal dos contratos			407		,
		SOMA (campos 401 + 402 + 403 - 404 - 4	05 + 406 - 407)		408		,
		Correções relativas a períodos de tributa			409		,
		Vendas e prestações de serviços com pa justo valor (art.º 18.º, n.º 5 do CIRC)	gamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação	o e o	410		,
		Gastos referentes a inventários e a forne	cimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juro	s	464		,
			da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9 do CIRC)		411		,
		Provisões não dedutiveis ou para além de	os limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º do CIRC) e perdas por impario	dade	416		
fical		fiscalmente não dedutiveis de ativos fina IRS, incluindo as tributações autónomas,	e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	art.°	419		,
				_	412		,
mente cometdas à administração não possuam, solidar a respebva		Despesas não documentadas [art.º 23.º-/ Encargos evidenciados em documentos e	s, nr., al. b) do circoj smitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por s 3.°-A, n.º 1, al. c) do CIRC	uieitos			,
age of					420		,
opp v		Despesas ilicitas [art.º 23.º-A, n.º 1, al. d) do CIRC] ndo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º	22 0 A	465		,
Sau an		n.º 1, al. e) do CIRC]		23. ·M,	422		,
ab po		Impostos, taxas e outros tributos que inci autorizado a suportar [art.º 23.º-A, n.º 1 ,	dam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente al. f) do CIRC]		421		,
88	<u>۳</u>	Indemnizações por eventos seguráveis [a	art.º 23.º-A, n.º 1, al. g) do CIRC]		423		,
900	S	Ajudas de custo e encargos com compen al. h) do CIRC]	sação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º-A, i	n.º 1,	424		,
das arribuições devendo, caro a	ACRESCE	Encargos não devidamente documentado	is [art.º 23.º-A, n.º 1, al. c) do CIRC]		425		
88	ACI	Encargos com o aluguer de viaturas sem	condutor [art.º 23.º-A, n.º 1, al. I) do CIRC]		426		,
destinando-se à prossecução parespeito alravés da internet s less tributárias.	<	Encargos com combustiveis [art.º 23.º-A,			427		,
88			aeronaves de passageiros [art.º 23.º-A, n.º 1, al. k) do CIRC]		466		
o a to			es não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º23.º-A,	n ° 1			,
uthan sepa					435		,
de de de		dedutiveis ou para além dos limites lega	ra além dos limites legais (art.º 28.º do CIRC) e em créditos não fiscaln is (art.ºs 28.º-A a 28.º-C do CIRC) entes (art.º 31.º-B do CIRC) e depreciações e amortizações (art.º 34.º,	- 0.4	413		,
azonaticamente, de mação que lhes das no nos termos das		do CIRC), não aceites como gastos			414		,
and and		40% do aumento das depreciações dos a do D.R. 25/2009, de 14/9)	ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º	2	415		,
Sema forma		Créditos incobráveis não aceites como ga	astos (art.º 41.º do CIRC)		417		,
or 6 in		Realizações de utilidade social não dedut	iveis (art.º 43.º do CIRC)		418		,
aced about		Menos-valias contabilisticas			428		,
dos são oderão começão		Mais-valia fiscal resultante de mudanças	no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) do CIRC]		429		,
recohidos s sados poderá - a sua com-		Diferenca positiva entre as mais-valias e a	s menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º do CIR	C)	430		,
ados r teressa ceder a			valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestim		431		-,
224	II .	(art." 48.", n." 1 do CIRC)					,

4	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (Obtido em Território Português)	- Cont.		
	Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6 do CIRC)	432		,
	Mais-vaïas fiscais - regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	433		,
	Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato (art.º 31.º-A do CIRS)	434		,
	Transferência de residência ou cessação da atividade de estabelecimento estável: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE (art.º 83.º e 84.º do CIRC)	467		,
	Transferência de residência ou cessação da atividade de estabelecimento estável: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE (art.º 83.º e 84.º do CIRC)	468		,
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 63.º do EBF)	436		,
	Correção por excesso dos limites de encargos dedutiveis (art.º 33.º do CIRS)	437		,
		438		,
	SOMA (campos 408 a 438 + 464 a 468)	439		,
	Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do D.R 25/2009, de 14/9]	440		,
	Correções relativas a periodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2 do CIRC)	441		,
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: crédito de juros (art.º 18.º, n.º 5 do CIRC)	442		,
	Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5 do CIRC)	469		,
	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9 do CIRC)	443		,
	Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º-A, n.º 3 do CIRC)	444		,
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do D.R. 25/2009, de 14/9)	445		,
	Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º-A, n.º 1 e 31.º-B, n.º 7 do CIRC)	470		,
	Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4 do CIRC)	446		,
	Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	447		,
	Gasto fiscal relativo a ativos intangiveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumiveis (art.º 45,º-A do CIRC)	471		,
	Mais-valias contabilisticas	448		,
DEDOZI	50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização (set °48.º, n°5.º, at. b) e ex-art °45.º, n°3, parte final, do CIRC() e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital cu outras componentes do capital próprio (ex-art.º45.º, n°3, 1.º parte do CIRC)	449		,
2	Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais [art.º 46.º do CIRC]	450		,
	50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial [art.º 50.º-A do CIRC]	472		,
	Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b) do CIRC]	451		,
	Transferência de residência ou cessação da atividade de estabelecimento estável: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português (art.º 83.º e 84.º do CIRC)	473		
	Rendimentos auferidos por titulares deficientes - parte isenta	453		,
	Rendimentos da propriedade intelectual - parte isenta (art.º 58.º do EBF)	454		,
	Beneficios para a criação de emprego (Majoração - art.º 19.º do EBF)	455		,
	Rendimentos obtidos fora do território português liquidos do imposto pago (ver instruções)	456		,
	Atualização dos encargos plurianuais de explorações silvícolas (art.º 34.º do CIRS)	462		,
	Microprodução de eletricidade (n.º 6 do art.º 12.º, do DL n.º 363/2007 de 02/11	463		,
	Outros beneficios fiscais	452		,
		457		,
	SOMA (campos 440 a 457 + 462 a 463 + 469 a 473)	458		,
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 458 > 439)	459		,
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 439 > 458)	460		,
Ą	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL			
	Se preencheu o campo 454 indique a totalidade dos rendimentos da propriedade intelectual abrangidos pelo art. 58º do EBF (Parte isenta e parte não isenta) 46	31		_

5 DISCRIMINAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO												
				F	REJUÍ	ZO FI	SCAL			LU	CRO FISCA	
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INC			501				,	503				,
ATIVIDADES AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁR	RIAS		502				,	504				
ATIVIDADES FINANCEIRAS (CÓDIGOS CAE 65, 66	OU 67)		505				,	506				,
6 DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS - Art. 33.º , n.º 1, alíneas a) a c) do CIRS (SÓ PARA O ANO DE 2001)												
		TAL DAS DESF	PESAS	_	_	CI	DRREÇÕES				CUSTO FISC	CAL
Encargos suportados com viaturas	601 -			606	-		•	,	611	-		-,
Despesas de representação	602 -		-,	607	Η.		•	,	612	•		,
Despesas de valorização profissional	603	-	,	608	H		•	,	613	•	•	,
Deslocações, viagens e estadas Soma	604		,	610	<u> </u>			,	615	÷		
	PROVEITOS	SUJEITOS	A TRIBUT			O ISE			616			,
7 LUCROS REINVESTIDOS POR RESIDENTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA												
LUCROS REINVESTIDOS NOS TERMOS DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DA MADEIRA N.*5/2000 / M. DE 28 DE FEVEREIRO 701												
8		DE	DUÇÕE	e à Ci	N ET							
-	ões na Fonte		gamentos			_	rédito de Impo	sto (200	11)	Crédi	to fiscal ao in	vestimento
and and		803				804			-	(E 305	RReg. n.º 6/2	2007/M)
IDENTIFICAÇÃ	O DAS ENTIDA	-	FETUAR	M AS	RETEN		S E RESPETI	VOS VA	,		• •	-,
		LOR				,,					VALOR	
NIF 806		. ,		NF	312	П		11		-		,
NIF 807		. ,		NF	313		Ш	Π	ĭF	-		,
NIF 808			=	NF	314		Ш	Ħ	ī	-	-	
NF 809			=	NF	815			11	ᅚ	=		
NF 810		. , NF 816			٦H	=						
NF 811			=	NF		_		++	묶는	_		
						ш						,
9 PRE.	JUÍZOS FISC	AIS A DED	UZIREN	ICAS								
VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREV	/ISTA NO	,	ANO				NTOS PROFI				MENTOS AG	RÍCOLAS, CUÁRIOS
ART. 37.º DO CIRS, IDENTIFIQUE O	AUTOR	902	ш	91		•	•	,	91			,
		903	ш	90	-		•	,	91	_		,
NÚMERO FISCAL DE CONTRI	BUINTE	904	ш	91	-	•	•	,	91	_		,
901		905	ш	91		•	•	,	91	-		,
		906	шш	91	-	•	•	,	91			,
			<u> </u>		_	÷		,	91	19		,
Despesas não documentadas - art. 73.º. n.º		UTAÇÃO.	AUTONO	MAS	OBRE	DES	PESAS		_	_		
Despesas nao documentadas - art. 73, n Despesas de representação e encargos com v		de passagei	ros ou mis	tas, m	otos e n	notocio	los - art. 73.°.	n.º 2.	100	_		,
l alínea a) do CIRS (aplicável em anos anterior	es a 2014)								100	_		,
Despesas de representação e encargos com v euros, motos e motociclos - art. 73.º, n.º 2, a Encargos com automóveis ligeiros de passage	eiros ou mistos.	S com emisso	es de CO	2 inferi	ores ac	s limit	es - art. 73.°.	n.° 2.	100	-		,
alinea b) do CIRS (aplicável em anos anterior Encargos com automóveis ligeiros de passage	es a 2014)									-		,
alinea b) do CIRS						-			100	-		,
Importâncias pagas ou devidas, a qualquer						7	de CIBE		100	~		
Ajudas de custo e compensação pela desloc Soma (1001 + + 1007)	ayab em viátu	a propria de	uapaiha	uor - a	11. 73.	n 7 i	JU CIRS		100	10		
	NITACÃO AL	TÁNOMA	000 401	NITE	DEC	DODT	TIVOS (ANO	c 200c	FANT	FRIO	DEC)	,
11 OPÇÃO PELA TRIE	SUTAÇÃO AU	HONOMA	DUS AGI	:NTE	DES	PORT	IVOS (ANO	S 2006	EANT	EKIO	KES)	
RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROV	ENIENTES D	A ATIVIDA	DE DES	PORTI	VA		1101				,	

12	TOT	AL DAS VENDA		ESTAÇÕ	ES DE	SERVI			RENDIN	IENTOS		
Vendas		Do A	no N				Do Ano	N -1			Do A	Ano N-2
Vendas Subsidios	1201				1203					205		
	1210				1211					212		
Prestações de serviços e outros rendimentos	1202				1204					206		
Soma	1207				1208					209		
12A	_	IDENTIFIC		DASEN	IIDAD	ESQUE						
NIPC das Entidades	- 1	Subsidios destinad à exploração	los _	N			Subsidios N-1	nao de	stinados à N-2	exploraç	N-3	N-4
1 1 1 1 1 1 1	_		,		,		. ,			١.		,
111111	†		,		,	Ė	. ,	<u> </u>	. ,			,
13	_	MAIC VALUAC	DEIN	VECTIME	NTO	. DOC 1	(ALODEC	. DE D	FAL 1740	ž o		
13 MAIS VALIAS - REINVESTIMENTOS DOS VALORES DE REALIZAÇÃO INTENÇÃO DE REINVESTIMENTO 4												
Tipo de investimento	1	11911	2	DEKEN	VESTIN	3				oncretiza	eção do Rei	nvestimento
	An	o da Mais-Valia	Va	lor de Real	ização	Sald	o entre as	mais e	A	10		Valor
											1303	
		N	130	I	,	1302			N	_	1304	
Ativos fixos tangiveis	Т	N-1					<u> </u>	,	- "		1305	,
		N-2									1306	
											1309	· · ·
Partes de capital		N	1307	'l	,	1308		,	N		1310	,
(aplicável a anos anteriores a 2014)		N-1		_							1311	
a 2014)	-	N-2							1	ı	1312	,
				_		_					1315	,
		N	1313	3	,	1314		,	N		1316	,
Ativos intangiveis	_	N-1							<u> </u>		1317	,
	\vdash	N-2				_					1318	,
	_		_					,		_		· · ,
14		ALIENA	ÇAO	DEDIRE	ros R	EAISSC	BRE BEN	ISIMO	VEIS			
Houve alienação de imóveis ?		Sim 1	Nă	0 2	s	e assina	lou campo	1 ident	tifique os i	móveis:		
IDE	NTIF	ICAÇÃO MATRIO	CIAL D	OS PRÉ	DIOS	ALIENA	DOSERE	SPETI	VOS VAL	ORES		
Freguesia (código) Tipo	A	rtigo Fraçã	io/Se	cção	V	alor de V	enda		Valor Defi	nitivo	Art	° 139.° CIRC
1401			\perp				,			,	SIM	NÃO
1402	-1		1.1	1.1			,			,	SIM [NÃO
1403	i		1.1	1.1			,			,	SIM [NÃO
1404	_		++	11			<u>.</u>	<u> </u>			SIM [NÃO
15 RENDIMENTOS IMPI	IT ÁND	TIC A ATIMIDADI	- 0	ADODA	חר חר	NDIME	NTOC DA	CATE	CODIA	A-10*	30 - 02 -	() - b)
Dos rendimentos indicados no can			E GER	KADUKA	DE RE	NDIME	NIOS DA	CATE	GURIA D	- Art.	5, n 2, a	iineas a) e b)
Rendimentos Prediais 1501			_			_	ndimentos			i02		
Rendimentos Prediais 1501	•	. ,				Re	indimentos	de Capi	itals 1	102		,
16		CESSAÇÃO	DA	ATIVIDAD	DE / NA	ÃO EXE	RCÍCIO E	DA ATI	VIDADE			
											Ano	Měs Dia
Cessou a atividade ? SIM	1	NÃO 2				Em cas	o afirmativ	o, indiqu	ue a data:	3	Ш	
No ano a que respeita a declaração não exerceu atividade nem obteve rendimentos da Categoria B 4]			
No ano a que respeita a declaração												
No ano a que respeita a declaraçã			ICAC	ÃO DO	TÉCN	ICO OI	ICIAL DE	CON	TAS			
		IDENTIF					FICIAL DE	CON	TAS			
		IDENTIF		ÃO DO				CON	TAS			
	40	IDENTIF						CON	TAS			
		IDENTIF						CON	TAS			

INSTRUCÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO C

Destina-se a declarar os rendimentos empresariais e profissionais (categoria B), tal como são definidos no art. 3.º do Código do IRS, que devam ser tributados segundo o regime da contabilidade.

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO C

O titular de rendimentos tributados na categoria B (rendimentos empresariais e profissionais) ou o cabeça-de-casal ou administrador de herança indivisa que produza rendimentos dessa categoria, abrangidos pelo regime de contabilidade organizada.

Este anexo é individual e em cada um apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos em território português. Quando os rendimentos da categoria B forem obtidos fora do território português devem ser mencionados no anexo J, devendo também ser apresentado o anexo C com os quadros 1, 3, 12, 14, 16 e 17 preenchidos.

A obrigação de apresentação deste anexo manter-se-á enquanto não for declarada a cessação de atividade ou não transitar para o regime simplificado.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO C

A declaração que integre o anexo C deve ser enviada pela internet no prazo estabelecido na subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do art. 60.º do Código do IRS.

QUADRO 1 – REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA

NATUREZA DOS RENDIMENTOS

Deve ser assinalado o campo correspondente à natureza dos rendimentos declarados. Se o titular dos rendimentos exercer simultaneamente as atividades agrupadas nos campos 01 e 02, deve assinalar os dois campos, identificando as atividades, através dos respetivos códigos, nos campos 08, 09 e 10 do quadro 3A.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 04 e 05) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 3A - IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DOS RENDIMENTOS

Campo 06 - Destina-se a identificar fiscalmente o titular dos rendimentos a incluir neste anexo (sujeito passivo A, sujeito passivo B ou dependente).

Campo 07 – É reservado à identificação da herança indivisa, feita através da indicação do número de identificação equiparado a pessoa coletiva que lhe foi atribuído (NIPC), quando for assinalado o campo 1, não devendo ser preenchido o campo 06.

ampo 08 - Deve ser inscrito o código da Tabela de Atividades publicada na Portaria n.º 1011/2001, de I de agosto, correspondente à atividade exercida. Caso se trate de atividade não prevista nessa Tabela, ves ser preenchido o campo 95 ou 10 com a indicação do Código CAE que he corresponda.

Podem ser simultaneamente preenchidos os campos 08, 09 e 10 se forem exercidas, pelo titular dos rendimentos, as diferentes atividades neles referidas.

Nos campos 11 e 12 deve indicar se a atividade é exercida ou não através de estabelecimento estável.

QUADRO 4 - APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (Obtido em Território Português)

Destina-se ao apuramento do rendimento líquido da categoria B.

Deve ser sempre preenchido, independentemente de haver ou não correções a efetuar ao "RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO" apurado na contabilidade, o qual, quando negativo, deve ser indicado com o

De acordo com o disposto no n.º 1 do art. 33.º do Código do IRS, na determinação do rendimento líquido da categoria B para além dos limites ai referidos, são também de aplicar as limitações previstas no Código do IRC.

Campo 430 – Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art 46.º do Código do IRC).

Destina-se a indicar o saldo positivo apurado entre as mais-valias e as menos-valias fiscais de que não foi declarada a intenção de reinvestir no quadro 13.

Campo 431 – 50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art. 48.º, nº 1 do Código do IRC).

Este campo só deve ser preenchido no caso de ter sido declarada, no Quadro 13, a intenção de reinvestir os valores de realização correspondentes à alienação de ativos fixos tangiveis, ativos biológicos não consumíveis o

O valor a inscrever deve corresponder a metade da diferença positiva apurada entre as mais-valias e as menos-valias realizadas que proporcionalmente corresponda aos valores de realização a reinvestir

Campo 433 – Mais-Valias fiscais – regime transitório (Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art 32.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro).

Destina-se a indicar 1/10 da mais-valia não tributada por aplicação do disposto no n.º 6 do art. 44.º do Código do IRC, na redação anterior à Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro, ou seja, a que vigorou até 31 de dezembro de 2000, cujo reinvestimento foi concretizado em bens não reintegráveis. De acordo com o estabelecido na alinea b) do n.º 7 do art. 7.º da referida Lei, a allenação destes bens determina a tributação de mais-valia em frações iguais durante 10 anos a contar da data da allenação.

Campo 434 - Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante

Tendo havido transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis, deve indicar-se a diferença positiva entre o valor definitivo que serviu de base à liquidação do IMT, ou que servirá no caso de não haver lugar a essa liquidação, e o valor de venda, de acordo com o estipulado no art. 31.º-A do Código do IRS.

Caso o valor patrimonial definitivo venha a ser conhecido após a entrega da declaração e seja superior ao valor anteriormente declarado, deverá apresentar declaração de substituição durante o mês de janeiro do ano seguinte (n.º 2 do art. 31.º-A do Código do IRS).

Todavia, importa referir que os valores contestados ao abrigo do disposto no art. 139.º do Código do IRC (Quadro 14), cujo pedido tem efeitos suspensivos da liquidação, não devem ser mencionados neste

Campo 435 – Pagamento a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado

Deve ser indicado o valor correspondente ao somatório dos encargos que, nos termos do art. 33.º do Código do IRS, não são dedutíveis. Contudo, se o anexo respeitar a 2001, há que ter em atenção os limites referidos no quadro f.

Campo 452 - Outros Beneficios Fiscais

A importância a inscrever neste campo deve respeitar a benefícios que não tenham sido mencionados nos campos 453, 454, 455 e 463.

Campo 453 - Rendimentos auferidos por titulares deficientes - parte isenta

Se o titular dos rendimentos for deficiente, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, deve inscrever, neste campo, a parte isenta, que não pode ultrapassar 10% do rendimento com limite de 2 500,00 euros.

Campo 454 – Rendimentos da propriedade intelectual – parte isenta

Deve ser indicada a parte que beneficia de isenção (50% dos rendimentos previstos no art. 58.º do EBF), com limite de 10.000 euros. Este valor deve ser também declarado no quadro 5 do anexo H. Excluem-se do beneficio da isenção parcial os rendimentos provenientes de obras escritas sem caráter literário, artístico ou científico, obras de arquitetura e obras publicitárias.

Se o titular dos rendimentos for deficiente deve ter-se em conta o valor isento que foi inscrito no campo 453. Nestes casos, a isenção prevista no art 58.º do EBF corresponderá a 50% dos rendimentos sujeitos e não isentos (rendimentos liguidos de outros beneficios).

Campo 455 – Benefícios para a criação de emprego

Destina-se a indicar o valor da majoração correspondente a 50% do montante contabilizado como gasto do exercício respeitante aos encargos correspondentes à criação líquida de postos de trabalho para jovens e para desempregados de longa duração, admitidos por contratos de trabalho por tempo indeterminado, com as limitações previstas no art. 19.º do EBF.

Campo 456 – Rendimentos obtidos fora do território português líquidos do imposto pago

Neste campo devem ser indicados, quando tenham influenciado o resultado líquido do exercício, os rendimentos obtidos no estrangeiro deduzidos do imposto pago. O rendimento e o imposto pago no estrangeiro devem ser declarados somente no anexo J.

Campo 463 - Microprodução de eletricidade

Se o valor anual do rendimento relativo à microprodução de eletricidade for inferior a 5.000,00 euros deve

esse valor ser inscrito neste campo (n.º 6 do art. 12.º do Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro). Campos 459 ou 460 - São de preenchimento obrigatório.

QUADRO 4A - PROPRIEDADE INTELECTUAL

Se preencheu o campo 454 indique o valor total dos rendimentos da propriedade intelectual que estejam abrangidos pelo art. 58.º do EBF, no campo 461, isto é, deve indicar-se a parte sujeita e não isenta adicionada da parte isenta

QUADRO 5 - DISCRIMINAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Este quadro só deve ser preenchido se tiverem sido exercidas simultaneamente atividades da categoria B que tenham regimes fiscais diferentes, como é o caso das atividades agrícolas (n.º 4 do art. 4º do Código do IRS) e das atividades Inanceiras (CAE iniciado por 64, 65 ou 66) exercidas na Região Au*doo do Açores, conforme Decisão da Comissão Europeia C (2002) 4487, de 11 de dezembro de 2012.

O somatório dos valores inscritos neste quadro deve corresponder ao valor constante do campo 459 ou 460 do Quadro 4.

Campos 501 e 503 – Se os rendimentos declarados respeitarem simultaneamente a atividades profissionais, comerciais, industriais e a outros rendimentos da categoria B que devam ser indicados nos campos 502 a 506, deverá inscrever o prejuízo fiscal (campo 501) ou o lucro fiscal (campo 503) obtido no exercício das atividades profissionais, comerciais e industriais.

Campos 502 e 504 - Se os rendimentos declarados respeitarem, simultaneamente, a atividade agricolas, silvicolas ou pecuárias e a outros rendimentos da categoria B, deve inscrever o prejuízo fisca (campo 502) ou o lucro fiscal (campo 504) obtido no exercício da atividade agricola, silvicola ou pecuária

Campos 505 e 506 — Se os rendimentos declarados respeitarem, simultaneamente, a atividades financeiras (CAE iniciado por 64, 65 ou 66) exercidas na Região Autónoma dos Açores e a outros rendimentos da categoria 6, deverá inscrever o prejuízo fiscal (campo 505) ou o lucro fiscal (campo 506) obtido no exercicio da atividade financeira.

QUADRO 6 - DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS - ART. 33.º, n.º 1 alíneas a) a c) do Código do IRS (SÓ PARA O ANO DE 2001)

Este quadro destina-se a discriminar os encargos previstos nas alineas a) a c do n.º 1, do art. 33.º do Código do IRS, na redação em vigor em 2001, nas declarações respeitantes a esse ano.

QUADRO 8 – DEDUÇÕES À COLETA

Campos 801 a 802 - Devem ser indicados os rendimentos ilíquidos (incluindo adiantamentos) que foram sujeitos a retenção, bem como as retenções que sobre eles foram efetuadas.

Campo 803 - Deve ser declarado o valor total dos pagamentos por conta efetuados durante o ano

Campo 804 - Se a declaração respeitar ao ano de 2001, será de indicar o crédito de imposto a que o titular dos rendimentos tenha direito, de acordo com o que dispunha o art. 80.º do Código do IRS, revogado pela Lei n.º 109-8/2/001, de 27 de dezembro.

Campo 805 – Deve ser declarado o valor do investimento realizado no âmbito do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2007/M, de 22 de agosto, da Região Autónoma da Madeira.

Campos 806 e seguintes – Deve proceder-se à discriminação das entidades que efetuaram as rel identificando-as através dos respetivos números de identificação fiscal e indicando os correspon

QUADRO 9 - PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE

São de indicar, apenas, os prejuízos, gerados em vida do autor da herança, e ainda não deduzidos, os quais, uma vez declarados pelos sucessores no anexo respeitante ao ano do óbito, não deverão sê-lo em anos posteriores, salvo se for para declariar, no ano seguinte, os prejuízos do ano do óbito.

Para esse efeito é indispensável o preenchimento do campo 901, identificando o autor da sucessão e indicando, por anos, os montantes dos prejuízos apurados nos últimos cinco anos (ou quatro para os prejuízos apurados nos anos de 2011 e este sis anos para os apurados nos anos de 2010 e anteriores) que ainda não tiverem sido deduzidos, na respetiva categoria, pelo agregado familiar de que o autor da herança fazia parte.

QUADRO 10 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS

São declarados neste quadro os montantes das despesas sujeitas a tributação autónoma, nos termos do art. 73.º do Código do IRS, de acordo com o seguinte elenco:

Campo 1001 – Despesas não documentadas, suportadas no âmbito do exercício de atividades empresarias e profissionais (art. 73.º, n.º 1, do Código do IRS);

Campo 1002 – Encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motociclos (art. 73.º, n.º 2, alínea a), do Código do IRS) – anos anteriores a 2014

Campo 1006 – Encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e encargos com viatuligeiras de passageiros ou mistas cujo custo de aquisição seja inferior a € 20 000, motos e motociclos i 73,9, n.º 2, alinea a), do Código do IRS);

Campo 1003 – Encargos dedutíveis relativos a automóveis ligeiros de passageiros ou mistos cujos níveis homologados de emissão de CO2 sejam inferiores a 120 g/km, no caso de serem movidos a gasolina, e inferiores a 90g/km, no caso de serem movidos a gasolio, desde que, em ambos os casos, tenha sido emitido certificado de conformidade (art. 73.º, n.º 2, alínea b), do Código do IRS) - aplicável em anos

Campo 1007 – Encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujo custo de aquisição seja igual ou superior a € 20 000 (art. 73.º, n.º 2, alínea a), do Código do IRS);

Campo 1004 - Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas ulares ou coletivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime amente mais favorável, tal como definido para efeitos de IRC (art. 73.º, n.º 6, do Código do IRS)

Campo 1005 – Encargos dedutíveis relativos a despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não faturadas a clientes, escrituradas a qualquer titulo, exceto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respetivo beneficiário, bem como os encargos da mesma natureza, que não sejam dedutíveis nos termos da alinea f) do n.º 1 do art. 45.º do Código do IRC, suportados por sujeitos passivos que apresentem prejuizo fiscal no exercício a que os mesmos respeitam (art. 73.º, n.º 7, do Código do IRS).

QUADRO 11 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS

No campo 1101 devem ser declarados os rendimentos ilíquidos auferidos, exclusivamente pela prática de atividade desportiva, pelos agentes desportivos que optem pela tributação autônoma relativamente aos anos de 2006 e anteriores.

QUADRO 12 - TOTAL DAS VENDAS/PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS/OUTROS RENDIMENTOS

Os rendimentos a mencionar devem abranger todos os que estiveram na base do resultado líquido do período, incluindo os indicados nos campos 403, 408 e 410 no quadro 4 do anexo H, no quadro 5 do anexo H, bem como aqueles que foram indicados nos campos 403 a 406 e 421 do anexo J. Quando a declaração de rendimentos se reportar aos anos de 2001 a 2006, deve ainda ser incluido o rendimento declaração de rendiment indicado no campo 1101.

Nos campos 1210, 1211 e 1212 devem ser mencionados os valores respeitantes a subsídios à exploração e subsídios não destinados á exploração que tenham influenciado o resultado líquido do

Nos campos 1202, 1204 ou 1206 devem ser indicados, para além dos previstos nas alíneas b) e c) do $n.^\circ$ 1 do art. $3.^\circ$ do Código do IRS, também os referidos no seu $n.^\circ$ 2:

- Rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- Rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais;
- Mais-valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais; Mais-valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais, definidas nos termos do art. 46.º do Código do IRC, designadamente as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afetos ao ativo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais;
- As importâncias auferidas, a título de indemnização, conexas com a atividade exercida, nomea a sua redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respetivo exercício
- As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelecimento

QUADRO 12A - IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PAGARAM SUBSÍDIOS

Devem ser identificadas as entidades que procederam a pagamentos de subsídios ou subvenções bem

Na coluna "NIPC das entidades", deve ser indicado o NIPC da entidade que pagou o subsídio

Na coluna "Subsidios destinados à exploração", deve ser indicado o montante do (s) subsidio (s) recebido (s), por entidade, durante o ano a que a declaração respeita.

Na coluna "Subsidios não destinados à exploração", deve ser indicado o montante do (s) subsidio (s) recebido (s), durante o ano a que a declaração respelta (coluna N), bem como eventuais subsidios recebidos nos últimos quatro anos (colunas N-1 a N-4), por entidade.

QUADRO 13 - MAIS - VALIAS - REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO

Destina-se a dar cumprimento ao nº 5 do art. 48.º do Código do IRC, pelo que o seu preenchimento apenas é obrigatório quando haja intenção de efectuar o reinvestimento do valor de realização de ativos fixos tangíveis, ativos biológicos não consumiveis ou attivos intangíveis.

Coluna 2 - Valor de realização

Campo 1301 – Deve ser inscrito o somatório dos valores de realização resultante da transmissão onerosa de ativos fixos tangíveis ou de ativos biológicos não consumíveis correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias (campo 1302) realizadas no ano N (ano da declaração), relativamente ao qual se pretende beneficiar do reinvestimento (n.º 1 do art. 48.º do Código do IRC).

Campo 1307 – Deve ser inscrito o somatório dos valores de realização resultante da transmissão onerosa de partes de capital correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias (campo 1308) realizadas no ano N (ano da declaração), relativamente ao qual se pretende beneficiar do reinvestimento (n.º 4 do art. 48.º do Código do IRC). Este campo só pode ser preenchido para anos anteriores a 2014.

Campo 1313 - Deve ser inscrito o somatório dos valores de realização resultante da transmissão onerosa vos intangiveis correspondente ao saido apurado entre as mais-vallas e as menos-vallas (carpo realizadas no ano N (ano da declaração), relativamente ao qual se pretende beneficiar do stimento (n.º 1 do art. 48.º do Código do IRC).

Coluna 3 - Saldo entre as mais-valias e as menos-valias

Campo 1302 - Deve ser inscrito o valor do saldo apurado, no ano N, entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a alienação de ativos fixos tangiveis ou de ativos biológicos de que se pretende beneficiar do reinvestimento.

Campo 1308 - Deve ser inscrito o valor do saldo apurado, no ano N, entre as mais-valias e as menos valias realizadas com a alienação de partes de capital de que se pretende beneficiar do reinvestimento Este campo só pode ser preenchido para anos anteriores a 2014.

Campo 1314 - Deve ser inscrito o valor do saldo apurado, no ano N, entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a alienação de ativos intangíveis de que se pretende beneficiar do reinvestimento.

Coluna 4 - Reinvestimento

Campo 1303 — Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado nesse mesmo ano relativo a ativos fixos tangiveis ou ativos biológicos.

Campo 1304 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano anterior a que respeita a declaração (N-1), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado no ano da declaração (N) relativo a ativos fixos tangliveis ou ativos biológicos.

Impo 1305 - Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração respondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a ativos fi glyeis ou ativos biológicos apurado no ano anterior (N-1), no qual foi declarada a interção.

Campo 1306 — Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a ativos fixos tangíveis ou ativos biológicos apurado no penúltimo ano (N-2), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

Campo 1309 — Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saido positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscacias apurado nesses mesmo ano relativo a partes de capital. Este campo só pode ser preenchido para anos anteriores a 2014

Campo 1310 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano anterior ao da declaração (N-1), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado no ano da declaração (N) relativo a partes de capital. Este campo só pode ser preenchido para anos anteriores a

Campo 1311 — Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a partes de capital apurado no ano anterior (N-1), no qual foi declarada a intenção de reinvestir. Este campo só pode ser preenchido para anos anteriores a 2014

Campo 1312 — Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a partes de capital apurado no penúltimo ano (N-2), no qual foi declarada a intenção de reinvestir. Este campo só pode ser preenchido para anos anteriores a 2014

. Campo 1315 — Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado nesse mesmo ano relativo a ativos intangíveis.

Campo 1316 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano anterior a que respeita a declaração (N-1), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado no ano da declaração (N) relativo a ativos intangliveis.

Campo 1317 — Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menor-valias fiscais relativo a ativos intangíveis apurado no ano anterior (N-1), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

Campo 1306 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a ativos intangíveis correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado no penúltimo ano (N-2), no qual foi declarada a intenção de reinvestir

Exemplo

No ano a que respeita a declaração

- saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias relativo a elementos do ativo fixo tangível: $\leqslant 4.000,00$
 - valor de realização dos elementos que geraram aquele saldo positivo: €10.000,00
- intenção de reinvestimento: € 10.000,00
- valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N): € 3.000,00
- valor reinvestido no ano anterior ao da declaração (N-1); € 2.000.00

MAIS-VALIAS - REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO											
	Ano da	Valor de realização	Saldo entre as mais-valias e	Reinvestimento							
Tipo de investimento	Mais-valia	realização	as menos- valias	Ano	Valor						
				N	3.000,00						
Ativos fixos tangíveis	N	10.000,00	4.000,00	N-1	2.000,00						
Auvos iikos tarigiveis	N-1			N							
	N-2			N							

No ano seguinte reinveste € 2.200,00 pelo que, nesse ano, deverá preencher o quadro da seguinte forma:

MAIS-V	ALIAS – REINVES	STIMENTO DOS	VALORES DE RE	ALIZAÇÃO			
	Ano da	Valor de realização	Saldo entra as mais-valias e	Reinvestimento			
Tipo de investimento	Mais-valia	realização	as menos- valias	Ano	Valor		
				N			
Ativos fixos tangíveis	N			N-1			
Alivos lixos taligiveis	N-1			N	2.200,00		
	N-2			N			

No segundo ano seguinte reinveste € 1.000,00, pelo que, nesse ano, deverá preencher o quadro da seguinte forma:

MAIS-V	'ALIAS – REINVE	STIMENTO DOS	VALORES DE RE	ALIZAÇÃO	
	Ano da	Valor de	Saldo entra as mais-valias e	Reir	rvestimento
Tipo de investimento	Mais-valia	realização	as menos- valias	Ano	Valor
				N	
Adina - Francisco I	N			N-1	
Ativos fixos tangíveis	N-1			N	
	N-2			N	1.000,00

No final do segundo ano seguinte ao do apuramento do saldo positivo entre as mais-valias e as menosvalias haverá que proceder à seguinte correção a efetuar no quadro 4:

Total do reinvestimento = 3.000,00 + 2.000,00 + 2.200,00 + 1.000,00 = 8.200,00

Valor de realização não reinvestido = 10.000,00 - 8.200,00 = 1.800,00

Nesse ano deverá também inscrever, no campo 432 do quadro 4, o valor de €414,00 que corresponde ao acréscimo por não reinvestimento majorado em 15%, ou seja:

1800,00 / 10.000,00 x 4.000,00 x 50% x 1.15 = 414,00

QUADRO 14 - ALIENAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS

Nos casos em que o valor de realização a considerar relativamente à alienação de direitos reais sol bens imóveis no quadro 4 seja o valor patrimonial definitivo considerado para efeitos de IMT, por superior ao valor de venda, deve ser preenchida também a coluna "Valor Definitivo", devendo, ain assinalar-se a circunstância de ter havido ou não recurso nos termos do art. 139.º do Código do IRC.

QUADRO 15 - RENDIMENTOS IMPUTÁVEIS A ATIVIDADE GERADORA DE RENDIMENTOS DA CATEGORIA B

O campo 1501 destina-se à indicação de rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS;

O campo 1502 destina-se à indicação de rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alinea b) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS.

QUADRO 16 - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE

Os campos 1ou 2 são de preenchimento obrigatório. Se for assinalado o campo 1 deverá ser indicada a data em que a cessação ocorreu no campo 3.

Esta informação não desobriga o titular dos rendimentos da apresentação da declaração de cessação a que se refere o art. 112.º do Código do IRS.

No caso de não ter exercido atividade, nem ter obtido quaisquer rendimentos da categoria B, no ano a que respeita a declaração, deve assinalar o campo 4.

QUADRO 17 - IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

No campo 1701 deverá ser indicado o número fiscal de contribuinte do técnico oficial de contas

2	_										
DE 2015		r 🔘 r		1		CATEGORIA E			2	ANO DOS REN	IDIMENTOS
MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE	II AUT	DINISTÉRIO DAS FINA DRIDADE TRIBUTÁRIA E A LARAÇÃO DE RENDIMEN MODELO Anexo	DUANEIRA ITOS - IRS 3			DIMENT CAPITA				01 2	
E.	3				IDENTIFICAÇĂ	O DO(S) SUJEIT	O(S) PASSIVO(S	3)			
TIRD		Sujeito passivo A	NIF (12			Sujeito passivo B	NIF 03	П	Тиц	П
A	4				RENDIMENTOS OB	TIDOS EM TERE	RITÓRIO PORTU	GUÊS			
8	A				RENDIMENTOS	COM ENGLOBAMEN	NTO OBRIGATÓRIO				
Š	Н	NIF DA ENTIDADE D	EVEDORA		CÓDIGOS DOS RENDIMENTOS	TITULAR	RENDIN	MENTOS	Т	RETENÇÔ)ES
Σ	401	I I I I	I I	1 1	RENDIMENTOS			. ,	$^{+}$,
입	402	1111	ii	1 1				. ,	\top		,
8	403	iiii	īΪ	1 1				. ,			,
Σ	404	1111	i i	1 1				. ,	\top		,
	405	iiii	i İ	1 1				. ,	Т		,
	406							. ,			,
	407	1111		LI				. ,			,
	408							. ,			,
	409		$\perp \perp$. ,			,
	410							. ,			,
	411		$\perp \perp$	$\perp \perp$. ,			,
	412		$\perp \perp$	\perp			•	. ,	\perp		,
	413							. ,	\perp		,
	414		$\perp \perp$. ,			,
	415		$\perp \perp$. ,	\perp		,
	L				SOMA	DE CONTROLO		. ,			,
	В	NIF DA ENTIDADE D	T FRODA		OPÇÃO DE E CÓDIGOS DOS	NGLOBAMENTO DE			_		
	L	REGISTADORA OU D	EPOSITÁR	iA .	RENDIMENTOS	TITULAR	RENDIA	IENTOS	4	RETENÇÔ	DES
no reco	450			Ш				. ,	+		,
200	451		4	\perp				. ,	\perp		,
1 8 E	452		4	ш				. ,	+		,
en e	453		4	ш				. ,	+		,
a não	454 455		4	ш	-	-		. ,	+		,
SO SEX	455 456			щ				. ,	+		,
do o	457		1 1			-		. ,	+		,
0.00	457			! !				. ,	+		,
irrema	458		++					. ,	+	· ·	,
vis da	460		++	++				. ,	+		,
tributa	461			++	1			. ,	+	· ·	,
das los	462		 	++	1			. ,	+	· ·	,
es dga amos	463		++						+	· ·	,
and a	464		++	++				. , . ,	+		,
ament.	1				SOMA	DE CONTROLO		. ,			,
ang. oradi	\vdash										,
erito a cader ua começão	Ten se r	do optado pelo engloba refere o art. 119.º, n.º 3,	mento (re do CIRS (ndimenti para ani	os do quadro 4B), enviou par os anteriores a 2014)?	a o serviço de fina	ınças os document	los a que	S	im 1 N	ão 2
So alos foot not sep foresolos autoritariente, personale de procesolos de afritações legimente constatas a anmentado leisa. Se literaresolos pobrão acobar a hibraregão que has aga repato ahavies de informet devenda, caso ahata não possuam, adicidar a respetiva sertiva procedar à sua começão ou adiamento, nos leimos das lestributérias.											

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO E

Destina-se a declarar os rendimentos de aplicação de capitais

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO E

Os sujeitos passivos quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar tenham auferido rendimentos de aplicação de capitais, tal como são definidos no art. 5.º do Código do IRS. Este anexo não é individual, pelo que deverá incluir os rendimentos de capitais auferidos por todos os membros do agregado.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO E

A declaração que integre o anexo E deve ser enviada pela internet no prazo estabelecido na subalinea ii) da alínea b) do n.º 1 do art. 60.º do Código do IRS.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no que da declaração modelo 3

QUADRO 4 - RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Em cada um dos campos do quadro 4 deve ser inscrito o total dos rendimentos **Iliquidos** auferidos pelos sujeitos passivos e seus dependentes, segundo a sua natureza, bem como o valor das respetivas retenções de IRS.

QUADRO 4A - RENDIMENTOS COM ENGLOBAMENTO OBRIGATÓRIO

Na 1.ª coluna deve ser identificada a entidade devedora dos rendimentos sujeitos a retenção ou as entidades registadoras ou depositárias, consoante o caso.

Os rendimentos ilíquidos a inscrever são os previstos no art. 5.º do Código do IRS não sujeitos a taxa liberatória. Os rendimentos devem ser identificados através dos sequintes códigos:

CÓDIGO E DESIGNAÇÃO DO RENDIMENTO

- Juros decorrentes de contratos de mútuos e aberturas de crédito.
 Saído dos juros apurados em contrato ou lançados em conta corrente.
 Juros resultantes da dilação do vencimento ou mora no pagamento de uma prestação.
 Rendimentos decorrentes da cessão temporária de direitos da propriedade intelectual, industrial, experiência adquirda, assistência técnica e cedência de equipamentos e redes informáticas, auferidos por titular não originário.
- originario.
 Outros rendimentos de aplicação de capitais não sujeitos a taxa liberatória.
 Juros de suprimentos, de abonos ou de adiantamentos de capitais, bem como os juros pelo não levantamento dos lucros ao utros rendimentos (endimentos obtidos nos anos de 2010 e antieriores).

Identificação do titular

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3B ou 3C do rosto da declaração modelo 3:

D1 = Dependente não deficiente DD1 = Dependente deficiente D2 = Dependente não deficiente DD2 = Dependente deficiente

F = Falecido (no ano do óbito, caso exista sociedade conjugal, havendo rendimentos auferidos em vida pelo falecido, deve o titular desses rendimentos ser identificado com a letra "F", cujo número fiscal deve constar no quadro 7A do rosto da

QUADRO 4B - OPÇÃO DE ENGLOBAMENTO DE RENDIMENTOS

O preenchimento deste quadro (C4B) consubstancia o exercício da opção pelo englobamento dos rendimentos de capitais que foram sujeitos a retenção na fonte a taxas liberatórias e para os quais se encontra prevista a referida opção no n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS, e nos art. 22, 23, 24.º 69.º 40 Estatudo dos Beneficios Fiscado.

A opção pelo englobamento implica que sejam também englobados os rendimentos prediais, as mais-valias respeitantes a valores mobiliários, os rendimentos liquidos das categorias A e B de atividades de elevado valor acrescentado e os rendimentos oblidos no estrangeiro auferidos por residentes não habituais, bem como outors rendimentos de legislação preveja o direito de opção de englobamento, tal como dispõe o n.º 5 do art. 22.º do Código do IRS.

Para os anos anteriores a 2014, o exercício da opção pelo englobamento só é válido se para além do Q4B também estiver prepublido o campo 1

Para efeitos do preenchimento deste quadro, os valores dos rendimentos e das respetivas retenções de IRS, devem ser indicados mediante a utilização de códigos identificadores, de acordo com a tabela seguinte:

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO RENDIMENTO
E1	- Lucros e adiantamentos por conta de lucros devidos por entidades residentes (incluindo dividendos);
	- Rendimentos resultantes de partilha ou amortização de partes sociais sem redução de capital (aplicável a
	2013 e anos anteriores);
	 Rendimentos que o associado aufira da associação à quota e da associação em participação;.
	- Rendimentos resultantes da amortização de partes sociais sem redução de capital.
E3	- Rendimentos de títulos de dívida, de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com
	garantias de preço e operações similares;
	- Juros de depósito à ordem ou a prazo e de certificados de depósito;
	- Ganhos decorrentes das operações de swaps ou operações cambiais a prazo;
	- Diferença positiva referente a seguros e operações no ramo «Vida»;
	- Juros e outras formas de remuneração de suprimentos, abonos ou adiantamentos de capital feitos pelos sócios à sociedade (rendimentos obtidos nos anos de 2011 e seguintes);
	- Juros e outras formas de remuneração devidos pelo facto de os sócios não levantarem os lucros ou
	remunerações colocados à sua disposição (rendimentos obtidos nos anos de 2011 e seguintes)
E4	- Rendimentos respeitantes a unidades de participação em FIM e FII.
E6	- Rendimentos de fundos de capital de risco, fundos de investimento imobiliário em recursos florestais e fundos
	de investimento imobiliário de reabilitação urbana.
E7	- Rendimentos dos baldios

NOTAS SOBRE OS CÓDIGOS E1, E4, E6 e E7

Código E1 - Os lucros e adiantamentos por conta de lucros, os rendimentos que o associado aufira da associação à que da associação em participação e o valor atribuido aos associados na amortização de partes sociais sem redução de cas do declarados em 50 % do seu valor lituldo se a entidade devedora dos rendimentos tiver a sua sede ou direção defeiva território português, for sujeita e não isenta de IRC e os respetivos beneficiários residirem neste território, nos termos de 40-% Ad OcCidigo do IRS.

Código E6 – Os lucros eventualmente incluídos nos rendimentos respeitantes a unidades de participação em Fundos de Capital de Risco (art. 23º do Estatuto dos Beneficios Fiscais), Fundos de Investimento Imobiliário em Recursos Florestais (art. 24º do Estatuto dos Beneficios Fiscais) e em Enudos de Investimento Imobiliário de Reabilitação Uhana (n.º 2 do art. 71.º do EBF), que cumpram os requisitos referidos no art. 40.º-A do Código do IRS são declarados por 50%.

Código E7 – Os rendimentos dos baldios diretamente distribuídos aos compartes (nº 4 do art. 59.º do EBF), que cumpram os requisitos referidos no art. 40.º-A do Código do IRS são declarados por 50%.

IF	R.	.	1	CATEGO	RESERVADO À LI	RESERVADO À LEITURA ÓTICA						
44444	MINISTÉRIO AUTORIDADE TRI DECLARAÇÃO DI	BUTÁRIA E ADI	UANEIRA 'OS - IRS 3	RENDIMEN PREDIA		01 2						
	3			IDENTIF	FICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) P.	ASSIVO(S)					
	Sujeite	passivo A	NIF 02		11	Sujeito p	assivo B NIF	03	Tit			
╠	4				DENDINE	NTOS OBTIDOS	_					
IH		VTIFICAÇÃO I	MATRICIAL DOS	PRÉDIOS	I	RENDAS	RETENÇÕES NA	NIF	T			
	Freguesia (r	oódigo) Tipo	Artigo	Fração/Secção	TITULAR Parte	(Rendimento iliquido)	FONTE DE IRS	DO ARRENDATÁRIO	DESPESAS			
4	01			111111		,	,		,			
4	02	11	1111			,	,	1111111	,			
4	03	11	1111	111111		,	,	1111111	Ī ,			
4	04	Li	1111	111111		,	,	1111111	l ,			
4	05		1111	11111					1			
4	06	Li	1111	111111					1			
4	07	11	1111	11111				111111	1			
4	08		1111						1			
4	09	11	1111	111111		,	,	1111111	1			
4	10	111		111111		,	,	1111111	1 ,			
4	11		1111	11111		,	,		1 ,			
4	12					,	,		,			
Н	13					,	,		,			
4	14					,	,		ļ.,,			
H				TOTAL (ou s	a transportar)	,	,		,			
H	5					COMPLEMENT	,		,			
	5A		IDENTIFICA	ÇÃO DOS IMÓVEI				REABILITAÇÃO				
Ī	Mencione os ca	ampos do qua	adro 4 respeitan	-				ovação emitida por entidad	le competente, nos			
ľ	termos dos n.ºº		_	. —					_			
L	1	\Box		2	3		4	5				
⊢	5B			OPÇAO	PELA TRIBUT	AÇÃO DOS REN	DIMENTOS					
ľ	Para 2013 e an Opta pelo e			s relativos aos imóve	is identificados	no quadro 5A?	SIM 6	NÃO 7				
	Opta pelo e	nglobamento	dos restantes n	endimentos não meno tro 6 (opção válida pa	cionados no qua	edro 5A, bem	SIM 8	NÃO 9				
١.	Para 2014 e an			no o (upyao vanda pa	-u zoro e anos	umuliules):						
ľ				s indicados no quadro	o 4 e quadro 6?		SIM 10	NÃO 11				
F	6				SUB	LOCAÇÃO						
H	TITULAR	RENDA (valo	(RECEBIDA rriliquido)	RETENÇÕES D		SUBLOCATÁRIO (NIF.) RENDA PAG	GAAO SENHORIO S	SENHORIO (NIF)			
6	01			l	, 1	HILL	1 .	. , 11	Tirlii			
6	02					111111	1 .		Tiilii			
6	03			l	, 1	Hilli	il .	. , 11	Tiilii			
Ē	7			RENDIMENTOS D	E ANOS ANT	ERIORES INCLU	ÍDOS NO QUADE	RO 4				
T	CAMPO	Q4	RENDI		N.º ANOS	CAMPO C		RENDIMENTO	N.º ANOS			
$\overline{}$	1					111	1.1					
ĺ				. ,	O(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS							
L	DATA			O(S) DECLARAN	ITE(S), REPR	ESENTANTE LEG	SAL OU GESTOR	R DE NEGÓCIOS				
	DATA	Assinatu	ras	O(S) DECLARAN	ITE(S), REPR	ESENTANTE LEG	SAL OU GESTOR	R DE NEGÓCIOS				
	DATA	Assinatu	ras	O(S) DECLARAN	ITE(S), REPR	ESENTANTE LEG	GAL OU GESTOR	R DE NEGÓCIOS				

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2015			0 ·	L	1 CA	TEGO	RIA F		2	ANO DO	S REN	DIMENT	os	R	ESER	VADO	ÀLE	ITURA	ÓTICA
<u>ا</u> ۵	AUTO	DRIDADE TR	DAS FINAL BUTÁRIA E AL	UANEIRA	REND	IME	NTOS												
8	DEC	LARAÇÃO D	E RENDIMEN MODELO	TOS - IRS		EDIA				01 2	\perp	Ш							
¥.	_	15	Anexo	F					┸				<u> </u> _						
	3					IDENTIF	FICAÇÃO	DO(S) SUJ	IEITO(S) P	ASSI	'O(S)		_					
<u></u>		Sujeit	o passivo A	NIF 02	$\perp \perp \perp \perp$	\perp	\perp			Sujeito p	assivo	B NIF	03	Ш	\perp	Ш		Ш	
PAR	4						RENE	IME	NTOS	OBTIDOS									
A				MATRICIAL D	_		TITULAR	Parte %	Ri	ENDAS nento iliquido)		NÇÕES N TE DE IRS		DO 4	NIF		eio.	DI	ESPESAS
8	401	Freguesia	código) Tipo	Artigo	Fração/Si	noção		-	(remain	and inquido)		TE DE INC	+.	1	1 .	. 1			
	402					ш.			-	٠,	ŀ	٠,	+	+	Н.	Щ		٠.	٠,
ي	403						\vdash	_	·	٠,	÷	٠.,	+:	+	Н	Н		÷	. ,
;∥	404					щ			-	٠,	÷	٠,	+	+	Н.	Н			٠,
-1	405			1111				_	·	٠,	ŀ	٠.,	+:	+	ш	Н			٠.,
	406							_	i -	. ,	÷	. ,	+:	+	-	Н	++	·	. ,
	407							_	-	٠,	-	٠.,	+:	+	ш	Н			٠.,
	408						+-	_	·	٠,	÷	. ,	+:	+	-	Н	++	·	. ,
	409					ш				٠,	ŀ	٠,	+	+	Н.	щ		٠.	٠,
	410							_	-	٠,	·	٠,	+:	+	ш.	Н			٠,
	411					Щ.			·	٠,	ŀ	٠,	+	+	Ц.	Н	++		. ,
	412							_	-	٠,	·	٠.,	+:	+	ш	Н			٠.,
	413					Щ.	-	_	÷	٠,	÷	. ,	+:	+	-	Н	++	·	. ,
	414							_	·	٠,	÷	٠.,	+	+	ш	Н			٠,
	***	ш		ш	TO:	FAL /our	a transport	95)	•	· ,	Ė	• •	+	_	ш	ш	ш	÷	. ,
	5								COM	PLEMENT	ΔP	٠,	_						. ,
DOTEICADO E INSTRUÇÕES PARA O CONTRIBUINTE	5A			IDENTIF	ICAÇÃO DOS							AÇÕES I	DE RE	ABII	ITAÇ	ÃO			
	Mer	ncione os c	ampos do qu	adro 4 respei	itantes a imóveis	recuper	rados ou o	bjeto	de açõ	es de reabil	itação	com com	provaç	ão er	nitida p	or e	ntidade	comp	etente, nos
	tern	nos dos n.º		t. 71.º do ÉBI	F:	_	3			7	4		$\overline{}$			5	_	$\overline{}$	
	5B		ш					_		DOS REN			ш			٦ _	_	ш	
	_	a 2013 e ar	nos anteriore	8.		РСАО	PELAIR	IBUI	АÇАО	DUS REN	DIME	NIUS							
1					entos relativos ad	s imóve	is identific	ados	no qua	dro 5A?	SII	4 6		NÃC	7]		
					es rendimentos r juadro 6 (opção v						SII	4 8		NÃC	9]		
			nos seguintes																
		Opta pelo e	englobament	o dos rendime	entos indicados r	o quadr	o 4 e quad	ro 6?			SII	1 10		NÃC	11	L			
	6							SUB	LOCA	ÇÃO									
thrias.		TITULAR	REND (val	A RECEBIDA or iliquido)	RETE	NÇÕES D	E IRS		SUBLO	CATÁRIO (NIF)	RENDA	PAGAA	O SEN	HORIO	Ţ	SI	NHORK	(NIF)
als tribu	601			. ,			,	Ш	Ш	шП	1				,	1	Ш	Ш	Ш
diga respekto atraves da marmit, nos das leis tributárias.	602			. ,			,	Ш	Ш	шП	L				,	1	Ш	Ш	\perp
as terms	603			. ,	<u> </u>		,	L	Ш	ш					,	1	Ш	Ш	<u> 111</u>
ou adlamento, nos terr	7				RENDIME	NTOS D			ERIOR			NO QUA							
uagen	_	CAMPO	04	RE	NDIMENTO	+	N.º ANOS	_	Η.	CAMPO	14	+		RENDI	MENTO	_	-	N	° ANOS
o ogćew	L	<u>Ц</u>		<u> </u>	. ,	\perp		_	L		Ш	\perp	_	_					
		DATA			O(S) DEC	LARAN	ITE(S), R	EPRI	ESENT	ANTE LEC	SAL O	U GEST	OR DI	NE	SÓCIO	os			
rocedar à sua o			Assinat	uras															
6 B		, ,	A)							B)									

4					RENDIN	IENT	OS ENGLOBADO	os		
	IDENTIFICA	ÇÃO	MATRICIAL DOS						NIE	
	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração/Secção	TITULAR	%	RENDAS (Rendimento Iliquido)	RETENÇÕES NA FONTE DE IRS	NIF DO ARRENDATÁRIO	DESPESAS
				Transport			,	,		ļ., ,
415							,	,		,
416	11111						,	,		,
417			1111	111111			,	,	1111111	,
418			1111	111111			,	,	1111111	,
419	11111		1111	11111			,	,	1111111	,
420	11111						,	,		
421	11111		1111	111111			,			
422	11111									
423	11111		1111	11111			,			
424			IIII				,	,		,
425	11111		hiii							
426							,	,		
427	11111		Liii							
428	11111		liiii				,	,		
429			HIII							
430	11111		1111	11111					1111111	
431	11111		1111	11111			,	,	1111111	
432	11111						,	,		
433							,	,		
434							,	,		
435	\perp			шш			,	,		
436	$\perp \perp \perp \perp \perp \perp$,	,		
437							,	,		
438	$\perp \perp \perp \perp \perp \perp$,	,		
439			ш				,	,		
440							,	,		
441							,	,		
442							,	,		
443			шш	шш			,	,		
444			ш			_	,	,		,
445			шш	шш			,	,		
446			ш	шш			,	,		
447			ш			_	,	,	шшш	
448			ш				,	,	шішіш	
449	шш		ш			_	,	,	шішіш	
450	шш		ш	шш			,	,	шішіш	
451 452			1111			_	,	,		
\rightarrow		_				\vdash	,	,		
453 454						\vdash	,	,		
434		_	шШ	Sama (401		E4)	,	,		
				Soma (401	+ + 4:	54)	,	,		

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO ANEXO F

Destina-se a declarar os rendimentos prediais, tal como são definidos no art. 8.º do Código do IRS.

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO F

Os sujeitos passivos quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar tenham auferido rendimentos prediais.

Este anexo não é individual, pelo que deverá ser apresentado apenas um anexo por agregado, no qual são de incluir todos os rendimentos prediais sujeitos a imposto.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO F

Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 4 - RENDIMENTOS OBTIDOS

Destina-se este quadro a inscrever os rendimentos prediais obtidos, independentemente da área fiscal (continente ou Regiões Autónomas) em que os prédios se situem. Não devem ser referenciados prédios ou frações que não produziram rendimentos.

Em cada linha será inscrito apenas um prédio, observando-se o seguinte, quanto à sua identificação

- A identificação da freguesia deve ser efetuada através da inscrição do respetivo código composto por seis dígitos. Este código consta nos Documentos de Cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, podendo também ser obtido em qualquer serviço de finanças ou através da internet na consulta à identificação do património, para a qual terá que dispor de senha pessoal de acesso à consulta de qualquer informação tributária, podendo a mesma ser solicitada no endereço www.portaldasfinancas.gov.pt;
- A identificação do **tipo** de prédio deverá efetuar-se através da inscrição das seguintes letras:

 - U urbano R rústico O omisso
- A identificação do artigo deve efetuar-se através da inscrição do respetivo número, devendo ter-se em atenção que a aposição dos respetivos algarismos se deve efetuar da esquerda para a direita, de modo que, existindo casas vazias, estas estejam colocadas sempre à direita do número inscrito, exceto no envio pela internet onde esta regra não tem aplicação;
- Na coluna destinada à identificação da fração/secção não pode ser indicada, por cada na coluna destinada a identificação da traçãosecção nao pode ser indicada, por cada campo, mais do que uma fração ou secção, mesmo que respeitem ao mesmo contrato e ao mesmo artigo matricial, devendo, neste caso, proceder-se à sua discriminação, indicando por cada fração/secção o valor da renda que lhe é imputável. O seu preenchimento deverá ser feito da esquerda para a direita, de modo que, existindo casas vazias, estas fiquem situadas sempre à direita dos carateres inscritos, exceto no envio pela internet onde esta regra não tem aplicação.

Exemplo:

4			RENDIMEN	ITOS OBTIDOS		
	IDENTIF	ICAÇÃO MAT	RICIAL DOS F	PRÉDIOS	Titular	Quota-
F	reguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração/ Secção		parte %
401	040810	R	155	G	Α	100%
402	040810	U	3850	M	В	50%

Na coluna destinada à indicação do **titular** dos rendimentos devem utilizar-se os códigos abaixo definidos, conforme se indica:

- A = Sujeito Passivo A (incluindo os casos de compropriedade dos dois cônjuges no ano do óbito de
- B = Sujeito Passivo B
- C = Se o bem arrendado pertencer em comum aos sujeitos passivos A e B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3 B ou 3 C da declaração modelo 3 de IRS (rosto):

D1 = Dependente não deficiente

DD1 = Dependente deficiente

D2 = Dependente não deficiente

DD2 = Dependente deficiente

F = Falecido (no ano do óbito, caso exista sociedade conjugal, havendo rendimentos auferidos em vida pelo falecido, deve o titular desses rendimentos ser identificado com a letra "F", cujo número fiscal deve constar no quadro 7A do rosto da declaração).

Na coluna destinada à indicação da quota/parte, nos casos de **contitularidade** (art. 19.º do Código do IRS), deve ser indicada a percentagem que, na propriedade, pertence ao titular dos rendimentos.

Na coluna das **rendas recebidas** serão indicados os rendimentos prediais ilíquidos que, tendo a natureza de rendimentos prediais, foram pagos ou colocados à disposição, durante o ano a que o imposto respeita, excetuando-se os rendimentos resultantes da sublocação, os quais serão, exclusivamente declarados no quadro 6. Consideram-se colocadas à disposição dos titulares dos rendimentos as rendas depositadas nos termos legais.

Na coluna das **retenções na fonte** serão indicados os valores correspondentes às retenções de IRS efetuadas sobre os rendimentos prediais, exceto as respeitantes às sublocações que serão de indicar no

Na coluna respeitante ao **NIF do arrendatário** devem indicar-se os números de identificação fiscal (NIF ou NIFC) dos arrendatários.

Na coluna destinada às **despesas** suportadas durante o ano a que respeita a declaração, devem indicar-se, por cada imbvel, os valores despendidos com o imposto municipal sobre imbveis e o imposto de selo que incide sobre o valor dos prédios ou parte dos prédios, taxas autárquicas, despesas de manutenção e de conservação dos prédios, bem como as despesas de condominio dos prédios ou parte de prédios, quando devidamente documentadas.

QUADRO 5 - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Quadro 5A – Identificação dos Imóveis Recuperados ou Obieto de Ações de Reabilitação

Devem ser identificados nos campos 1 a 5 através da indicação dos códigos dos campos do Quadro 4 onde foram identificados imóveis arrendados situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação ou passiveis de atualização faseada das rendas nos termos dos arts 27.º e seguintes do Novo Regime do Arrendamento Urbano, que sejam objeto de ações de reabilitação (alíneas a) e b) do n.º 6 do art. 71.º do Estatuto dos Beneficios Fiscais).

A opção pelo englobamento dos rendimentos relativos a estes imóveis deve ser formalizada nos sequintes termos:

- Para declarações de 2013 e anos anteriores, assinalando o campo 6 ou 7 do quadro 5B;
 Para declarações do ano de 2014 e seguintes, assinalando um dos campos (campo 10 ou 11) do quadro 5B.

Quadro 5B - Opção pela Tributação dos Rendimentos

Os rendimentos prediais obtidos nos anos de 2013 e seguintes respeitantes a imóveis arrendados ou sublocados são tributados autonomamente à taxa de 28%, nos termos do n.º 7 do art. 72º do Código do IRS. Todavia, por opção dos respetivos titulares residentes em território português, tais rendimentos podem ser englobados para efeitos de tributação, como dispõe o n.º 8 do referido art. 72.º.

A opção pelo englobamento dos rendimentos prediais deve ser formalizada nos seguintes termos:

- Para declarações de 2013 e anos anteriores, assinalando o campo 6 ou 7 do quadro 5B, relativamente aos rendimentos dos imóveis recuperados ou objeto de ações de reabilitação e/ou o campo 8 ou 9, deste quadro (Q5B), para os restantes rendimentos mencionados nos Q4 e Q6;
- Para declarações do ano de 2014 e seguintes, assinalando o campo 10 ou 11 deste quadro (Q5B), relativamente à totalidade dos rendimentos mencionados nos quadros 4 e 6;

A opção pelo englobamento implica que seiam também englobados os rendimentos de capitais, as mais-A opçad pero eligiocamento impira que sejam animento liquidos das categorias A e B de atividades de elevado valor acrescentado e rendimentos obtidos no estrangeiro auferidos por residentes não habituais, bem como outros rendimentos em que demais legislação preveja o direito de opção de englobamento, tal como dispõe o n.º 5 do art. 22.º do Código do IRS.

QUADRO 6 - SUBLOCAÇÃO

A diferença entre a renda recebida pelo sublocador e aquela que foi paga ao senhorio, correspondente ao imóvel (ou parte) sublocado, constitui o valor do rendimento a tributa

Cada uma das colunas deve ser preenchida da seguinte forma:

- Na primeira coluna deve indicar o titular do rendimento, conforme instruções do quadro 4;
- Na segunda coluna deve indicar o valor da renda recebida do sublocatário;
- Na terceira coluna deve indicar o valor das retenções de IRS efetuadas pelo sublocatário;
- Na quarta coluna deve identificar o sublocatário indicando o respetivo número de identificação fiscal:
- Na quinta coluna deve indicar o valor da renda paga ao senhorio, correspondente à parte sublocada;
- exta coluna deve identificar o senhorio indicando o respetivo número de identificação fiscal

QUADRO 7 - RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUÍDOS NO QUADRO 4

Os sujeitos passivos que tenham auferido rendimentos prediais relativos a anos anteriores e pretendam beneficiar do desagravamento de taxa previsto no art. 74.º do Código do IRS, deverão indicar o campo do quadro 4 onde tais valores foram indicados, o valor dos rendimentos e o n.º de anos a que respeitam

Assinaturas

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2015	AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS-IRS MODELO 3	BENEFÍCIOS FISCAIS E DEDUÇÕES	2 ANODOS RENDIMENTOS RESERVADO À LEITURA ÓTICA 01 2
R DE J	2 Anexo H	IDENTIFICA	IÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
ARTI		IDE. IIII	
JR A I	Sujeito passivo A NF 02		Sujeito passivo B NF 03
N VIG	4		ISENTOS SUJEITOS A ENGLOBAMENTO
LOE	CÓDIGO TITULAR RENDIMENTOS RENDIMENTO	RETENÇÃO DE IRS	NIF DA ENTIDADE PAGADORA / RETENTORA DE IRS NIF/NIPC PORTUGUÊS PAÍS NÚMERO FISCAL (UE ou EEE)
HODE	LLL	,	,
녜	LLL	,	,
		,	,
	LLL	,	,
		,	,
A AT		,	, [
ORIGINAL PARA A AT	LLL	,	,
AL P		,	,
RIGII	SOMA	,	,
٦			INTELECTUAL ISENTOS PARCIALMENTE - Art.º 58.º do EBF
	TITULAR MONTANTE DO REN	DIMENTO TITULAI	R MONTANTE DO RENDIMENTO TITULAR MONTANTE DO RENDIMENTO 505
	502	, 504	, 506
		, 504	,
fiscal. serth a	6	ABATIN	SUMA , MENTOS / DEDUÇÕES À COLETA
statedo espetiva		VALOR	NIF DOS BENEFICIÁRIOS DAS PENSÕES VALOR
legalmente cometdas à administração fiscal ainda não possuam, soliciar a respetus senha	Pensões	601	, 604
suam so	Rendas recebidas (ano 2001)	602	, 605
mente o	Aquisição ou construção de imóveis sem recurso ao crédito (ano 2001)	603	, 606
des lega eo ainda	sc	MA	, 607
das atribuíções devendo, caso a	7	DEDUÇÕE	S À COLETA E BENEFÍCIOS FISCAIS
met dev	CÓDIGO TITULAR IMPO	ORTÂNCIA APLICADA	ENTIDADE GESTORA / DONATÁRIA / SENHORIO / LOCADOR NIFINIPCPORTUGUÊS PAÍS NÚMERO FISCAL (UE ou EEE)
destinando-se à prossecução ga respato através da Internet as leis tributárias.		. , _	
do strav to strav butinas.	. البيا	. , L	
destina ga nepi se lefe tr	. البيا	. , L	
carrente, se this d termos d.	. البيا	. ,	
processados automaticamente, de coder à informação que lhas diga o ou adfamento nos termos das l		. , [
er à info		. , [
888	. السا	. , L	
sados poder à sua con		. , [
dados re interessa o ce der d		- '-	

8				р	DESPESAS DE SA	AÚDE E DE EC	UCAC	ÃO						
BENEFICIÁRIO	801 SAÚ	IDE.	802 SAÚI		803 EDUCAÇÃO	BENEFICIÁRIO		SAÚDE		802 SAÚD		803	DUCAC	10
DA DESPESA	(isento IVA ou tax		(c/IVA a taxa n		EDUCAÇÃO	DA DESPESA	_	o IVA ou taxa n	iduzida)	(c/IVA a taxa n		۲	DUCAÇ	, AO
	l		l									Ι.		
								-	_,			Ė		
	ļ			-			Η.		_,			H		_
	ļ			_,	,		<u> </u>	-	,		,		•	,
	ļ			_,	,		<u> </u>		,		٠.	-		_
	ļ			_,			-		,		٠.	ŀ	-	,
		,		,	,				,		,			,
		,		,	,		<u> </u>		٠,		,	<u>.</u>		,
		,			,		<u> </u>		_,		,			,
		,		,	,						,			,
		,		,	,		١.		,		,			,
814 Se ind	icou encarges o	om imásei	s (código 731	1 736	ou 741 do quadro	7) identifique o	s imóv	nis:						
Código	Freguesia	Tipo	Artigo	., , , 56	Fração		itação ianente	Arrendad	NIF	Arrendatário	/I ocad	for C	Classifica	sção. ^A
-		+		+		Pem	anente							7
\vdash	\perp	+	+-	+	ш	++-	=	=	₩	ш	ш	-	=	=
				Ш	шш					шш	ш	Ш		_
Se o imóvel o	que constitui a su	a habitaçi	io permanente	e se si	itua na União Europ	eia ou no Espac	o Econ	ómico Europ	eu indic	que o código (do nais	. 1	- 1	
Se pre			dro 7 e benefi	ciou de	e apoio financeiro ind			01		. ,			o valor	iliquio
da ren	da paga ao senh	orio 02			e apoio financeiro ind	ique o seu valor	anual	01	_	. ,	e inc		o valor	iliquid
Se pre	da paga ao senh	orio 02	ÃO DE 0,5%	% DO	a apoio financeiro ind	ique o seu valor	anual	01	_	. ,	e inc			
Se pre- da ren	da paga ao sent	orio 02	ÃO DE 0,5%	% DO ES BE	e apoio financeiro ind	ique o seu valor	anual	01 IO DE 15%	_	. ,	e inc		o valor	
9 Instituições F Instituições P (art. 32.º n.º l	CON	ISIGNAÇ	ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho)	% DO ES B8 5/2001, 3550as	e apoio financeiro ind g IRS / CONSIGN / ENEFICIÁRIAS , de 22 de junho) Coletivas de Utilida	AÇÃO DO BE	anual	01 IO DE 15%	DO IV	. ,	e inc			
Se pre- da ren 9	CON	ISIGNAÇ	ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho)	% DO ES B8 5/2001, 3550as	e apoio financeiro ind J IRS / CONSIGN/ ENEFICIÁRIAS , de 22 de junho)	AÇÃO DO BE	anual	01 IO DE 15%	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV.
9 Instituições F Instituições P Inst	da paga ao sent CON Religiosas (art. : articulares de Sc 6 da Lei n.º 16/2)	ISIGNAÇ 32.º n.º 4 lidariedade 901, de 22	ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho)	% DO ES B8 5/2001, 5/2001, 5/2001	e apoio financeiro ind JIRS / CONSIGNA ENEFICIÁRIAS de 22 de junho) Coletivas de Utilida CIMOS POR INC	AÇÃO DO BE	anual NEFÍC	01 ODE 15%	DO IV	. ,	e inc	dique		IV.
9 Instituições F (art. 32.* n.*) Pelo pagame n.* 5 do artigi	da paga ao sent CON Religiosas (art. : articulares de Sc 6 da Lei n.º 16/2) ento por empresa o 86.º do CIRS	OSIGNAÇ OSIGNAÇ 32.º n.º 4 Idariedade 001, de 22	ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho) AC	% DO DES BB 4/2001, essoas RÉS4	IRS / CONSIGN, IRS / CONSIGN, ENEFICIÁRIAS de 22 de junho) Coletivas de Utilida CIMOS PORINC	ação do BE	anual NEFÍC	01 IO DE 15%	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV
Se presida ren Instituições R Instituições R Instituições P (art. 32.* n.* i 10 Pelo pagame n.* 5 do artigio poupança-edu	da paga ao sent CON Religiosas (art. : articulares de Scé da Lei n. * 16/2) Into por empresa de Scé do CIRS de rendimentos o ucação (PPE) ou pura de Scé do CIRS	ISIGNAÇ 32.º n.º 4 Idariedade 3001, de 22 s de segur u reembols ooupança-e	ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho) AC os de quaisqu so de certificad- eforma / educa	% DO DES BI 5/2001, sssoas RÉSi der imp	e apoio financeiro ind graphic individualis de percentario individualis de percentario das colanos individualis de percentario das colanos individualis de percentario das colanos individualis de	AÇÃO DO BEI de Pública JUMPRIMENT ondições previs poupança-reform je Art. 21.*, n.*4,	anual NEFÍC D DE R tas no na (PPR do E.B.f	01 IO DE 15% 901 1001 1001	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV
9 Instituições Pinstituições P	da paga ao sent CON Religiosas (art. : articulares de Scé da Lei n. * 16/2) Into por empresa de Scé do CIRS de rendimentos o ucação (PPE) ou pura de Scé do CIRS	SIGNAC 32.° n.° 4 Ilidariedade 301, de 22 s de segur u reembols oupança «	ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho) AC os de quaisqu so de certificad eforma / educa	% DO DES BI 5/2001, sssoas RÉSi der imp	pa apoio financeiro ind J IRS / CONSIGN. ENEFICIÁRIAS de 22 de jumbo) Coletivas de Utilida CIMOS POR INC cortâncias fora das contactos de contactos fora das c	AÇÃO DO BEI de Pública JUMPRIMENT ondições previs poupança-reform je Art. 21.*, n.*4,	anual NEFÍC D DE R tas no na (PPR do E.B.f	01 IO DE 15% 901 1001 1001	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV
Se pre da ren Instituições P (art. 32.* n.*) Pelo pagame n.* 5 do artigi Poratribuição pouparque-ed. Pelo levantand. 4, do E. B. F.	da paga ao sent CON Religiosas (art. : arriculares de Sc. de da Lei n.º 16/2 Into por empresa o 86.º do CIRS de rendimo caração (PPE) ou prento antecipade e n.º 7 do Art. 3/ mento das condiinento accordinento accordinento accordinento accordinento accordinento accordinento das condiinento das con	SIGNAC 32.º n.º 4 32.º 1 ENTIDAD da Lei n.º 18 Social ou Pe de junho) AC AC AC AC AC AC AC AC AC A	DES BI 2001, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2	e apoio financeiro ind graphic individualis de percentario individualis de percentario das colanos individualis de percentario das colanos individualis de percentario das colanos individualis de	AÇÃO DO BEI de Pública UMPRIMENT ondições previs poupança-reform is Art. 21.7,n-4, ações (PPA) - Au ações (PPA) - Au	NEFÍC	01 DE 15% 901 1001 1001 1001 1002	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV.	
9 Instituições P (art. 32** n.**) Pelo pagame n.* 6 do artigições P Porartibuições Porartibuiçõ	da paga ao sent CON Religiosas (art.: articulares de Sc 6 da Lei n.º 16/20 rnto por empresa e 86.º do CIRS 6 da Lei n.º 16/20 rnto por empresa concação (PPE) ou prento antecipado e n.º 7 do Art. 3 mentro das condiciones de conceptos (PPE) ou prento antecipado e n.º 7 do Art. 3 c.º 7, do G.E.B. 1.º da salloso de conceptos Art. 11º 1.º da s	SIGNAC 32.º n.º 4 lidariedade s de segur u reembols oupança-e do valor c 9.º de le i obe sestat tas poupa n º 2 de le i n · 2 de le i n	AO DE 0,5% ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho) AC os de quaisqu so de certificad efforma / educa apitalizado de n.º 55-B/2004 popular signa per lei	DES BIE SI/2001, SI/2001	IRS / CONSIGN. COEditivas de Utilid. COEditivas de Utilid. COEDITIVA / COEDITI	AÇÃO DO BEI de Pública de Pública JUMPRIMENT ondições previs poupança -reform le Art. 21. n4. ações (PPA) - Au oupança em açõe	anual NEFÍC DD DE R Las no (PPR do E.B.º n ess (PP)	01 901 901 1001 1001 1003 1004	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV
Se pre- da ren 9 Instituições P (art. 32* n.* 1 10 Pelo pagamen.* 6 de artigi poruariança-ed. 4, do E. B. F. Pelo incumpri - 4.7 d. 8.* n. Pelo (part. 1 - 7.47 d. 8.* n. Pelo (part. 1	CON Religiosas (art articulares de Science de Colores de Col	SIGNAC 2.º n.º 4 lidariedade 001, de 22 s de segur u reembols oupança e do valor c 9.º da Lei o 0.º 2, do f 9.º da Lei o 0.º 2, do f 9.º da Lei o 0.º 2, do f 9.º da Lei o 0.º 3, da Lei o 0	AO DE 0,5% ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho) AC Os de quaisqu so de certificad efforma / oduca apitalizado de n.º 56-8/2004 de lecidas para : n.º 16 n.º 56-8/2004 n.º 56-8	PES BI BI/2001,	inspio financeiro indi inspio financeiro indi inspio (CONSIGN) ENEFICIARIAS con 22 de junho Coletivas de Utilida CIMOS POR INC CIMOS P	AÇÃO DO BEI de Pública UMPRIMENT: ondições previso 16 Art. 21	anual NEFÍC Las no	01 01 01 01 01 01 01 01	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV.
Se pre- da ren 9 Instituições P In	da paga ao sentre de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del compa	SIGNAC ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de junho) AC Social ou Pe de junho) AC AC AC AC AC AC AC AC AC A	ES BI FRÉSI FR	inspire financeiro indi JIRS / CONSIGN. IRS / CONSIGN. IRS / CONSIGN. Ge 22 de jumbo. Coletivas de Utilida CIMOS POR INC. CIMOS POR INC	de Pública UMPRIMENT UMPRIMENT Ondições previs pouparça reform de Art. 21", n. *4, de Art. 21", n. *4. de Art. 21" and	anual NEFÍC DDE R DDE R Las no La	01 01 00 00	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV.	
Se pre- da ren 9 Instituições P Ins	da paga ao senir da senir da paga ao sen	orio 022 n.º 4 d. 10 d.	ENTIDAD da Lei n.º 16 Social ou Pe de jumbo) AC Social ou Pe de jumbo) AC so de certificad entidade entidad	DES BI SIZO01, SIZO01, SIZO01, SIZO01, SIZO01, SIZO01, SIZO00, SIZO	a apolo financeiro indi " IRS / CONSIGN. IRS / CONSIGN. INSPICAMAS 6.6 22 de junho) Coletivas de Utilid COMOS PORTINC	AÇÃO DO BEI MENTE DE LA COMPANIA DEL COMPANIA DEL COMPANIA DE LA COMPANIA DEL CO	anual NEFÍC D DE R Las no na (PPR de E.B. # de C.B. # de Corrier de C.B. # perativ	901 100 DE 15% 901 1001 1002 1003 A) 1004 35, 1005 1006 1006	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV.
9 Instituições P (ar. 32.º n.º 1 Pelo pagamen, ° 5 do artiguições P (ar. 32.º n.º 1 Pelo pagamen, ° 5 do artiguições P (ar. 43.º n.º 1 Pelo peraparente (ar. 40.º n.º 1 Pelo peraparente (revogado po prazo estato por utilização prazo estabel por utilização prazo estabel pelo incumpri	da paga ao sen'el CON Celejoras (art articulares de Sc. de Lei n.º 16/2 de Lei n.º 16/2 de Lei n.º 16/2 de la Lei n.	ocio 028 SIGNAÇ SIGNAÇ 12.º n.º 4 dildariedadea u reembols u reembols n.º 3 de Lei n.º 3 de Lei n.º 3 de Lei 7.º 3 de Lei 7.º 4 de Estatura l'ara l'insaina poposa relati 7.º 4 de Estatura l'ara l'insaina poposa relati 7.º 4 de Estatura l'ara l'insaina poposa relati 18.º 4 de Lei 18.º 4 de	ENTIDAD da Lei n.º 16 de junito) da Lei n.º 16 de junito) da Lei n.º 16 de junito) ACO de de junito) de de junito de deforma / educa apitalizado de eforma / educa /	DO DES BIS BIS BIS BIS BIS BIS BIS BIS BIS BI	a apolo financeiro indi " IRS / CONSIGN. IRS / CONSIGN. INSPICAMAS 6.6 22 de junho) Coletivas de Utilid COMOS PORTINC	de Pública MAÇÃO DO BE de Pública UMPRIMENT ondições previs le Art. 21", n4, a ações (PA) - Ar coupança entire stos ou antes de a coupança entire coupança entire stos ou antes de a coupança entire stos ou antes de a coupança entire	anual NEFÍC Las no	01 01 00 01 15% 100 DE 15% 100 DE 15% 100 1 1	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV.
Se pre- da ren 9 Instituições P (art. 32* n.* 1 10 Pelo pagarmen, ** 5 do artibuições P (art. 32* n.* 1 Pelo pagarmen, ** 5 do artibuições P (art. 32* n.* 1 Pelo pagarmen, ** 5 do artibuições P (art. 32* n.* 1 Pelo pagarmen, ** 5 do artibuições P (art. 32* n.* 1 Pelo incumprii P P Pelo incumprii P P P P P P P P P P P P P P P P P P	da paga ao sen'el CON Celejoras (art articulares de Sc. de Lei n.º 16/2 de Lei n.º 16/2 de Lei n.º 16/2 de la Lei n.	ocio 028 SIGNAÇ SIGNAÇ 12.º n.º 4 dildariedadea u reembols u reembols n.º 3 de Lei n.º 3 de Lei n.º 3 de Lei 7.º 3 de Lei 7.º 4 de Estatura l'ara l'insaina poposa relati 7.º 4 de Estatura l'ara l'insaina poposa relati 7.º 4 de Estatura l'ara l'insaina poposa relati 18.º 4 de Lei 18.º 4 de	ENTIDAD da Lei nº 16 la Gre es punho so de qualisqu so de certificado de certificado so de qualisqu so de certificado de certi	PRÉSI PR	IRS / CONSIGN. 4 2 2 6 gintho) Celetivas de Utilida CEIMOS POR INC CEIMOS	AÇÃO DO BEI AÇÃO DO BEI de Pública UMPRIMENT ondições previs le Art. 21., n4, a copes (PPA) - A co	anual NEFÍC Las no	01 00 15%	DO IV	A SUPORT	e inc	dique	IRS	IV.

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRODE 2015		DASFINANÇ UTARIA EADUA	ANEIRA -IRS	FI	NEFÍC ISCAI DUÇĈ	SE	2	O1	2	DIMENT	OS	RESE	RVADO À	LEITUF	RA ÓTIO	A
E							J									_
불	3				IDE	NTIFICAÇ	AO DO	(S) SUJ	IEITO(S) P	PASSIV	O(S)					
RAPA	Sujeito passi	vo A NF	02	L	Ш			Suj	eito passivi	o B N	IF 0	3	Ш	П	П	
NGO	4				RENDIN	IENTOS IS	ENTO	SSUJE	TOS A EN	GLOBA	MENT	го				
OEM	CÓDIGO TITU RENDIMENTO	JLAR REN	DIMENTOS		RETENÇ	ÃO DE IRS		NIF/NIPCI	NIF DA	ENTIDAD	E PAGA	ADORA/RETE	NTORA DE I		ou EEE)	_
ODEL		١.		,		. ,	ш	ш	ш	IJL	LI	ننا ال	Ш	L	щ	J
Σ		١.		,		. ,	ш	Ш	Ш	ЦL	П	سا ال	Ш	Ш	ш	Ш
쁘							ш	ш	ш	IJL	ш	سا ال	Ш	Ш	ш	Ш
BOIN		Τ.		Ţ,		. ,	ш	ш	111	IJL	ш	ننا ال	Ш	Ш	ш	\Box
NT NC		١.		,		. ,	ш	ш		шί	ш	سا ال	Ш	L	ш	П
DUPLICADO E INSTRUÇÕES PARAO CONTRIBUINTE		Τ.		,		. ,	ш	ш	ш	IJL	LI	ننا ال	111	L	ш	\Box
3P AR	البيا	١.		,		. ,	L	ш	ш	IJL	П	ننا ال	Ш	Ш	ш	J
ÇĢE		١.				. ,	L	111	ı Lı	шL	1.1	سا ال	Ш	LL	ш	П
STRU	SOM	A .		,		. ,										
E I	5	REI	NDIMENT	ros D.	A PROPR	IEDADE II	TELE	CTUAL	ISENTOS	PARCIA	LME	NTE - Art.º	58.º do El	BF		
Q	TITULAR	MONTAN	NTE DO REN	DIMENT	го	TITULAR	N.	IONTANTE	DO RENDIME	ENTO		TITULAR	MONTA	NTE DO R	RENDIMEN	VTO
ä	501				503					,	505					,
ă	502				504		\top			,	506					-,
												SOMA				,
t series	6					ABATIME	NTOS	/ DEDU	ÇÕES À C	OLETA						
appara						VALOR		NIFDO	SBENEFIC	CIÁRIOS	DAS	PENSÕES		VALC	R	
atribujões logatmente cornebblas à administração fissal imbo, ceso ainda não possuam, solicitar a respebna semia	Pensões			601			,	604	ــــــا	Li	П	ш				,
suam sc	Rendas recebio	las (ano 2001	1)	602			,	605	ш	LL	ш	ш				,
rilo por	Aquisição ou o sem recurso ao	onstrução de crédito (ano	imóveis 2001)	603			,	606	ستا	Li	ш	لبب				,
de s pos pue o supp			SC	DMA			,	607	ш	LL	Ш	ш				,
antibus rodo, o	7				DE	DUÇÕES	ÀCOL	ETAEB	ENEFÍCIO	SFISC	AIS					
88	CÓDIGO TIT	ULAR	IMPO	ORTĀNO	CIA APLICADA							RIA / SENHOI				
prossecução s da Internet	BENEFICIO				,	١.,	NIF/NIF	CPORTUG	sués	PAR	5 . I	Lii	JMERO FISC	AL (UE ou	EEE)	1.1
a travel drins			-			-15	11				-		1			
destinando pa mapelo s bes tribut			•		,		11				Н		111			
hes do			·-		,		1.1					Li	1			_
adomatic apido que to nos te			•	<u> </u>	,	-15	- 1				_		111		+	
r à informada a				_			1.1		111	1		111	LLL		$\overline{}$	
são proce do aceder reção ou			-		,	- -							111		11	
s soppos s be pode el sua com					,								111			
dados re- interessad oceder à	SOMA DE CONT	ROLO	÷		,	1					اب					_
88.					,											

				_							
8				DESP	ESAS DE SA	ÚDEEDEED	UCAÇÃ	0			
BENEFICIÁRIO DA DESPESA	SAÚD (isento IVA ou taxa r		SAÚDE VA a taxa normal)	803	EDUCAÇÃO	BENEFICIÁRIO DA DESPESA	_	SAÚDE VA ou taxa reduz	SAÚDE (c/IVA a taxa nor	1803 (nal)	EDUCAÇÃ
		,	,		. ,				,	,	
		.		١.			١.			, ,	
				Ι.					,	,	
		Ţ,	,						,	, ,	
		,	,						,	, .	
		,	,		. ,				,	, .	
		,	,		. ,				,	<u>, </u>	
		,	,		. ,				,	<u>, </u>	
		, .	,		. ,		ļ.,			<u>, </u>	
814		,	,	1.	. ,		L.		,	<u>, ·</u>	
Se indi	icou encargos com	imóveis (có	idigo 731, 73	8 ou 74	11 do quadro						
Código	Freguesia	Tipo	Artigo		Fração	Titular Habi Perm	itação anente	Arrendada	NIF Arrendatário/L	ocador	Classificação
			ш	ш	ш			Щ	لتبليب	ш	
	11111			1.1							
	que constitui a sua	habitação pe	ermanente se	situa na	União Europ	eia ou no Espaç	o Econón	nico Europeu	indique o código do	país	ш
815											
	encheu o código 73		e beneficiou d	le apoio	financeiro ind	que o seu valor	anual	01 .	. ,	indique	o valor iliqui
da ren	da paga ao senhor	io 02		,							
9	CONS					AÇÃO DO BEN	NEFÍCIO	DE 15% D	O IVA SUPORTA	DO	
Instituições R	Religiosas (art. 32		ei n ° 16/200				_	1 -	NIPC		IRS I
	articulares de Solid 6 da Lei n.º 16/200					de Pública	Ē	901	<u> </u>	11	
10			ACRÉS	CIMO	SPORINC	UMPRIMENTO	DERE	QUISITOS			
									À COLETA	AO	RENDIMENT
Pelo pagame n.º 5 do artigi	nto por empresas o o 86.º do CIRS	e seguros de	e quaisquer im	portáno	ias fora das c	ondições previst	las no	1001	. ,		. ,
Por atribuição poupança-edu	de rendimentos ou r ucação (PPE) ou pou	eembolso de ipança-reforr	certificados ou na / educação	planos (PPR/E	individuais de) - Art. 16.°, n.°;	poupança-reform 8 e Art. 21.°, n.°4, e	na (PPR), do E.B.F.	1002	,		. ,
Pelo levantari 4, do E. B. F.	nento antecipado d e n.º 7 do Art. 39.º	valor capita da Lei n.º 5!	slizado de plan 5-B/2004	os de p	oupança em	ıções (PPA) - Ar	t. 26.º n.º	1003			
Pelo incumpri	mento das condiçõe ° 7, do E.B.F.	es estabeleció	das para subsc	rição d	os planos de p	oupança em açõ	es (PPA)	1004	,		
Porutilização	de saldos de conta selecido Art. 11.º, n slo n.º 1 do art.º 39.º	s poupança-l ° 2, do Dec	habitação (CP Lei 382 / 89. c	H) para le 6 de	fins não previ Novembro e r	stos ou antes de o	decorrido do E.B.F.	1005	. ,	Ė	. ,
Peloreembols	o ou utilização para	fins não previ	istos das impor	tâncias				1006	. ,	l ·	٠,
e construção	- Art. 17.°, n.° 3, do	Estatuto Fi	scal Coopera	tivo					. ,	ļ ·	. ,
previstas no	n.º 4 do artigo 17.	odo Estatut	o Fiscal Coop	erativo)			1007	. ,		. ,
prazo estabel	de saldos das cont lecido -Art. 3.º, n.º 4	, do DecLe	i 269 / 94, de	25 de C	Outubro			1008	. ,		. ,
Pelo incumpri 28 de Fevere	imento do disposto iro	na alinea b)	do art. 4.º do l	Decreto	Legislativo F	egional n.º 5/20	00/M, de	1009	,		
			SOMA D	E CON	NTROLO (1	001 + 1002 +	+ 10	009)	,		. ,
Di	ATA		O(S) DE	CLAF	RANTE(S), F	REPRESENTA	NTELE	GAL OU GE	ESTOR DE NEGÓ	cios	
		Assinatura	1								
		A)					В)				

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO H

Destina-se a declarar rendimentos total ou parcialmente isentos, abatimentos ao rendimento líquido total, deduções à coleta previstas no Código do IRS, no Estatuto dos Beneficios Fiscais (EBF) e em outros diplomas legais, bem como acréscimos à coleta ou ao rendimento por incumprimento de requisitos neles previstos.

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO H

Os sujeitos passivos, quando haja lugar à aplicação de benefícios fiscais, dedução de despesas ou à obrigatoriedade de declarar acréscimos à coleta ou ao rendimento.

Este anexo não é individual, pelo que deverá incluir os elementos respeitantes a todos os membros do agregado, ascendentes, colaterais até ao 3.º grau e afilhados civis.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO H

Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 4 RENDIMENTOS ISENTOS SUJEITOS A ENGLOBAMENTO

A primeira coluna (Código Rendimento) destina-se à identificação do rendimento, a qual se efetua através da indicação do respetivo código que lhe corresponde na tabela seguinte:

CÓDI	CATE	RENDIMENTOS
GOS	GORIAS	RENDIMENTOS
401	Α	Remunerações do pessoal das missões diplomáticas e consulares - (art 37.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, do EBF)
402	Α	Remunerações do pessoal ao serviço de organizações estrangeiras ou internacionais – (art. 37.º, nº 1, b), do EBF)
403	В	Lucros derivados de obras ou trabalhos das infra-estruturas comuns NATO, a realizar em território português nos termos do Decreto-Lei n.º 41 561, de 17 de Março de 1958, por empreiteiros ou arrematantes nacionais ou estrangeiros - (art. 40.º, n.º 1, do EBF)
404	Α	Recebimentos em capital de importâncias despendidas pelas entidades patronais para regimes de segurança social - (art. 18.º, n.º 3, do EBF)
405	А	Remunerações auferidas na qualidade de tripulante de navios registados no Registo Internacional de Navios (Zona Franca da Madeira) - (art. 33.º, n.º 8, do EBF)
406	Α	Remunerações auferidas ao abrigo de acordos de cooperação – (art. 39.º, n.ºs 1 e 2 do EBF) – isenção não dependente de reconhecimento prévio
407	Α	Remunerações auferidas ao abrigo de acordos de cooperação - (art. 39.º, n.º 3 do EBF) – isenção dependente de reconhecimento prévio - trabalho dependente
408	В	Remunerações auferidas ao abrigo de acordos de cooperação - (art. 39.°, n.º 3 e 5 do EBF) — isenção dependente de reconhecimento prévio — rendimentos profissionais
409	А	Remunerações auferidas no desempenho de funções integradas em missões de caráter militar, efetuadas no estrangeiro, com objetivos humanitários - (art. 38.º do EBF)
410	В	Remunerações auferidas ao abrigo de acordos de cooperação – (art. 39.º, n.ºs 1 e 2 do EBF) – isenção não dependente de reconhecimento prévio – rendimentos profissionais

A segunda coluna (Titular do Rendimento) destina-se à identificação dos titulares dos rendimentos, devendo esta identificação efetuar-se através da utilização dos códigos previamente definidos no rosto da declaração modelo 3, conforme a seguir se indica:

A = Sujeito Passivo A

B = Suieito Passivo B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3 B ou 3 C do rosto da declaração modelo 3 de IRS:

D1 = Dependente não deficiente DD1 = Dependente deficiente D2 = Dependente não deficiente DD2 = Dependente deficiente

F = Falecido (no ano do óbito, caso exista sociedade conjugal, havendo rendimentos auferidos em vida pelo falecido, deve o titular desses rendimentos ser identificado com a letra "F", cujo número fiscal deve constar no quadro 7A do rosto da declaração).

A quarta coluna (Retenção de IRS) destina-se à indicação do valor correspondente à retenção de IRS que, eventualmente, tenha sido praticada sobre os rendimentos isentos anteriormente mencionados.

A quinta coluna (NIF da Entidade Pagadora/Retentora de IRS) destina-se à identificação da entidade

QUADRO 5 - RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL ISENTOS PARCIALMENTE -ART. 58.º DO EBF

Campos 501 a 506 - Será inscrita, por cada titular, a importância correspondente a 50% dos rendimentos provenientes da propriedade literária, artística (de exemplar único) e científica, quando auferidos por autores (titular originário) residentes em território português, nos termos do art. 58.º do EBF, não podendo os rendimentos isentos de tributação superar o valor de € 10.000.

Excluem-se os rendimentos provenientes de obras escritas sem caráter literário, artístico ou científico, obras de arquitetura e obras publicitárias.

QUADRO 6 - ABATIMENTOS/DEDUÇÕES À COLETA

se a indicar as deduções ao rendimento líquido total do agregado ou à coleta, quando

Campo 601 – O valor das pensões a inscrever não poderá exceder o que resultar da respetiva sentença judicial ou acordo homologado, nos termos da lei civil, devendo o seu pagamento estar devidamente comprovado (art. 83.º A do Código do IRS). Excluemes-e as pensões pagas a beneficiários que façam parte do agregado ou relativamente aos quais estejam previstas deduções à coleta (art. 78.º do Código do IRS). Na líquidação do imposto as pensões são deduzidas ao rendimento nos anos de 2008 e anteriores, sendo deduzidas à coleta nos anos seguintes.

Campos 504 a 507 Devem indicar-se os números de identificação fiscal pertencentes aos beneficiários das pensões pagas no ano a que se refere a declaração, bem como o respetivo valor. De notar que, no caso de pensões de alimentos ainda que respetiem a menores, devem ser indicados os números de identificação fiscal destes.

QUADRO 7 - DEDUÇÕES À COLETA E BENEFÍCIOS FISCAIS

Destina-se à inscrição das importâncias a deduzir à coleta do IRS, previstas no Código do IRS, Estatuto dos Benefícios Fiscais e demais legislação.

O presente quadro encontra-se estruturado em quatro colunas, cujo preenchimento deve obedecer às seguintes regras:

A primeira coluna (Código Benefício) destina-se a indicar os códigos das despesas ou aplicações que podem ser deduzidas à coleta, elencados na tabela a seguir apresentada:

CÓDIGO DO BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO
701	(PPR) Planos individuais de poupança-reforma (artº 21.º, n.º 2, do EBF - não dedutível no ano de 2005)
702	(CPH) Contas de depósito poupança-habitação (artº 18.º, do EBF – revogado pela Lei n.º 55- B/2004, de 30 de dezembro - dedutível até 2004)
703	(OPV) Aquisição de ações no âmbito de operações de privatização (artº 60.º, n.º 1, do EBF - revogado pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro - dedutível até 2002)
704	(OPV) Aquisição de ações pelos próprios trabalhadores das empresas objeto de privatização (art. 60.º, n.º 2, do EBF – revogado pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro - dedutível até 2002)
705	(PPA) Planos de poupança em ações (art. 24.º, n.º 2, do EBF – revogado pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro - dedutível até 2004)
706	Despesas com a educação e reabilitação do sujeito passivo ou dependentes deficientes (art. 87.º, n.º 2 do Código do IRS)
707	Para os anos de 2010 e anteriores Prémios de seguros de vida ou contribuições pagas a associações mutualistas em que figurem como primeiros beneficiários sujeitos passivos ou dependentes deficientes (art. 87°, n.º 2 do Código do IRS; na redação anterior à da Lei n.º 55-A/2010, de 31/de dezembro) — ver códigos 742 e 743
708	Aquisição de computadores de uso pessoal e outros equipamentos informáticos, bem como de redes de banda larga de nova geração (art 68.º do EBF) – dedutível nos anos de 2001 a 2003, anos de 2006 a 2008 e ano de 2009
709	Entregas feitas a cooperativas de habitação e construção, em resultado de contratos para a aquisição, construção, recuperação ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente (art. 17.º, n.º1, da Lei n.º 85/98, de 16 de dezembro) – dedutivel até 2006
710	Entregas feitas pelos cooperadores para a realização do capital social das cooperativas, na parte que exceda o capital legal ou estatutariamente obrigatório, e para subscrição de títulos de investimento por elas emitidos (artº 17.º, n.º 4, da Lei n.º 85/98, de 16 de dezembro) – dedutível até 2006
711	Contribuições individuais para fundos de pensões, para associações mutualistas e outros regimes complementares de segurança social (artº 16º do EBF – não dedutível no ano de 2005)
712	IVA suportado com a aquisição de serviços de alimentação e bebidas, de reparações domésticas e de veículos, nas condições referidas no artº 66º do EBF – revogado pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro - dedutivel nos anos de 2003 e 2004
715	Donativos a igrejas e a instituições religiosas (n.º 2 do art. 63.º do EBF)
716	Donativos ao abrigo da Lei da Liberdade Religiosa (n.º 3 do art. 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)
717	Mecenato científico - Donativos a fundações, instituições de ensino superior, laboratórios, órgãos de comunicação social, etc., - de natureza científica – (art. 62.º-A do EBF)
718	Mecenato cultural - Donativos concedidos no âmbito do mecenato cultural, ambiental, desportivo e educacional (n.º 6 do art. 62.º do EBF)
719	Mecenato cultural - Contratos plurianuais - Donativos concedidos no âmbito do mecenato cultural, ambiental, desportivo e educacional, atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais (n.ºs 6 e 7 do art. 62.º do EBF)
720	Mecenato Social - Donativos atribuídos no âmbito do mecenato social (n.º 3 do art62.º do EBF)
721	Mecenato social de apoio especial - Donativos atribuídos no âmbito do mecenato social, para apoio à infância, tratamento de toxicodependentes, criação de oportunidades de trabalho, bem como creches, tactários e jardins de infância legalmente reconhecidos pelo ministério competente e organismos públicos de produção artística (n.ºs 4 e 6, alínea i) e n.º 7, alínea c) do art. 62.º do EBF)
722	Mecenato Familiar – Donativos concedidos no âmbito de mecenato familiar (n.º 5 do art. 62.º do EBF)
723	Mecenato para a sociedade de informação - Donativos no âmbito do mecenato para a sociedade de informação (n.º 1 do art. 62.º do EBF) – dedutível até 2006
724	Estado – mecenato científico - Donativos ao Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e fundações – (Estatuto do Mecenato Científico)
725	Estado – mecenato cultural - Donativos ao Estado, Regiões Autônomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e fundações – de natureza cultural, ambiental, desportiva e educacional (n.ºs 1 e 2 do art. 62.º do EBF)
726	Estado — mecenato cultural - contratos plurianuais - Donativos ao Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e fundações — de natureza cultural, ambiental, desportivo e educacional c/contratos plurianuais (n.ºs 1 e 2 do art. 62.º do EBF)
727	Estado — mecenato social - Donativos ao Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e Fundações, bem como creches, lactários, jardins-de- infância e organismos públicos de produção artística — de natureza social (n.ºs 1 e 2 e alínea c) do n.º 7 do art. 62.º de EB7.

728	Estado – mecenato familiar – Donativos ao Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e fundações (n.º 5 do art. 62.º do EBF)
729	Prémios de seguros de acidentes pessoais e de seguros de vida que garantam
	exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou de reforma por velhice (n.ºs 1 e 4 do art. 86.º do Código do IRS – dedutível até 2010)
700	Prémios de seguros de saúde ou contribuições pagas a associações mutualistas ou
730	instituições sem fins lucrativos que tenham por objeto a prestação de cuidados de
	saúde que, em qualquer dos casos, cubram exclusivamente os riscos de saúde
	relativamente ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como
	rendimento do sujeito passivo (art. 74.º do EBF)
731	Juros de dívidas com aquisição, construção, beneficiação de imóveis e prestações de
	contratos celebrados com cooperativas de habitação ou no regime de compras em grupo, com imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento para
	habitação permanente do arrendatário por contratos celebrados até 31.12.2011 (alíneas
	a) e b) do n.º 1 e n.º 4 do art. 85.º do Código do IRS)
732	Importâncias, líquidas de subsídios ou comparticipações oficiais, suportadas a título de
	renda pelo arrendatário de prédio urbano ou de fração autónoma para fins de habitação permanente, quando referentes a contratos de arrendamento celebrados a coberto do
	Regime do Arrendamento Urbano, Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, ou do
	Novo Regime de Arrendamento Urbano, Lei n.º 6/2006, de 27de fevereiro (alínea c) do
	n.º 1 do art. 85.º do Código do IRS). Ver nota explicativa deste código.
733	Regime Público de Capitalização – valores aplicados em contas individuais geridas em regime público de capitalização (art. 17.º do EBF)
	Comemorações do Centenário da República – donativos concedidos à entidade
734	incumbida legalmente da preparação e organização das comemorações (art. 80.º da Lei
	n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro – OE para 2008)
735	Comemorações do Centenário da República - (contratos plurianuais) - Donativos concedidos à entidade incumbida legalmente da preparação e organização das
	comemorações (art. 80.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro – OE para 2008)
736	Encargos suportados com a reabilitação de imóveis arrendados ou localizados em
730	áreas de reabilitação - (n.º 4 do art. 71.º do EBF)
737	Encargos com lares e apoio domiciliário - Encargos com apoio domiciliário, lares e instituições de apoio à terceira idade relativos aos sujeitos passivos, bem como dos
	encargos com lares e residências autónomas para pessoas com deficiência - (art. 84.º
	do Código do IRS)
738	Equipamentos para utilização de energias renováveis – Importâncias despendidas com
	a aquisição de equipamentos novos para utilização de energias renováveis e de equipamentos para a produção de energia elétrica ou térmica (cogeração), por
	microturbinas, com potência até 100 KW, que consumam gás natural, incluindo
	equipamentos complementares indispensáveis ao seu funcionamento, desde que afetos
	a utilização pessoal (alínea a) do n.º 1 do art. 73.º do EBF – dedutível até 2011)
739	Obras de melhoria de comportamento térmico – Importâncias despendidas com a aquisição de equipamentos e obras de melhoria das condições de comportamento
	térmico de edifícios, dos quais resulte diretamente o seu maior isolamento, desde que
	afetos a utilização pessoal (alínea b) do n.º 1 do art. 73.º do EBF – dedutível até 2011))
740	Veículos não poluentes - Importâncias despendidas com a aquisição de veículos
7-10	sujeitos a matrícula, exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis não
	combustíveis, desde que afetos a utilização pessoal (alínea c) do n.º 1 do art. 73.º do EBF – dedutível até 2011)
	Juros contidos nas rendas por contrato de locação financeira relativo a imóveis para
741	habitação própria e permanente efetuadas ao abrigo deste regime (não abrange a parte
	que constitui amortização de capital), bem como os juros suportadas pelos
	arrendatários de imóveis dos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional FIIAH (n.º 5 do art. 8.º do regime jurídico dos FIIAH – art. 104.º da Lei n.º
	64-A/2008, de 31 de Dezembro)
742	Para os anos de 2011 e seguintes
742	Prémios de seguros de vida despendidos por pessoas com deficiência, bem como as
	contribuições pagas a associações mutualistas que garantam exclusivamente os riscos de morte ou invalidez (n.º 2 do art. 87.º do Código do IRS)
	Para os anos de 2011 e seguintes
743	Contribuições, pagas por sujeitos passivos com deficiência, para reforma por velhice (n.º 3 do art. 87.º do Código do IRS)

Observação – A dedução à coleta do IRS de 15% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar constitui um beneficio instituido pelo art. 66.º B do EBF, cujo montante é calculado automaticamente pelo Autoridade Tributária e Aduaneira.

Relativamente a cada benefício ou dedução, serão utilizadas as linhas necessárias à identificação de cada um dos titulares que fizeram aplicações ou donativos, com direito a dedução, tendo-se presente que os códigos 701, 703, 704, 705, 711, 731, 732, 733, 738, 739, 740, 741 e 743 só admitem a titularidade dos sujeitos passivos.

Código 701 - Planos individuais de poupança-reforma (PPR)

São de indicar os valores aplicados em PPR pelos sujeitos passivos, com exclusão dos valores aplicados

Código 706 - Despesas com educação e reabilitação de pessoas com deficiência

São de indicar as despesas com a educação e reabilitação do sujeito passivo ou dependentes deficientes

Código 707 - Prémios de seguros de vida ou contribuições de pessoas com deficiência (anos de 2010 e

São de indicar os prémios de seguros de vida ou contribuições pagas a associações mutualistas em que figurem como primeiros beneficiários sujeitos passivos ou dependentes deficientes

Este código só deve ser utilizado se as despesas respeitarem aos anos de 2010 e anterio despesas efetuadas nos anos de 2011 e seguintes deverão utilizar-se os códigos 742 ou 743.

Código 708 - Aquisição de computadores

o de indicar os montantes utilizados com a aquisição de computadores de uso pessoal, incluindo tware e aparelhos de terminal, bem como equipamento relacionado com redes de banda larga de nova ração, podem ser deduzidos à coleta do IRS, dedução que só é aplicável uma vez, por cada membro agregado familiar, nos anos de 2001 a 2003, anos de 2006 a 2008 e ano de 2009, nos termos do n.º 2 do art. 68.º do EBF, desde que:

- a taxa normal aplicável ao sujeito passivo seja inferior a 42%;
- o equipamento tenha sido adquirido no estado de novo; o sujeito passivo ou qualquer membro do seu agregado familiar frequente qualquer nível
- de ensino; d) a factura de aquisição contenha o número de identificação fiscal do adquirente e a menção "uso pessoal".

Código 711 - Regimes complementares de segurança social

São de indicar as contribuições individuais para fundos de pensões, para associações mutualistas e outros regimes complementares de segurança social, que garantam exclusivamente o benefício de reforma, complemento de reforma, invalidez ou sobrevivência, incapacidade para o trabalho, desemprego e doença grave (n.º 3 do art. 1.6º do EBF). Excluem-se os valores aplicados após a passagem à reforma.

Código 715 - Mecenato Religioso

São de indicar os donativos devidamente comprovados, que foram atribuidos a igrejas e a instituições religiosas (n.º 2 do art. 63.º do EBF). A majoração será assumida automaticamente.

Código 716 - Mecenato no âmbito da Lei da Liberdade Religiosa

São de indicar os donativos devidamente comprovados concedidos nos anos de 2006 e anteriores ao abrigo da Lei da Liberdade Religiosa (n.º 3 do art. 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho). Os concedidos nos anos de 2007 e seguintes devem ser indicados no código 715.

São de indicar os donativos devidamente comprovados, para a realização de atividades de natureza científica, nos termos do art. 62.º-A do EBF.

Entidades beneficiárias de natureza privada

- Instituições de ensino superior, bibliotecas, mediatecas e centros de documentação; Laboratórios do Estado e laboratórios associados; Unidades de investigação e desenvolvimento, centros de transferência e centros tecnológicos; Orgãos de comunicação social, que se dediquem à divulgação científica; Empresas que desenvolvam ações de demonstração de resultados de investigação e desenvolvimento tecnológico (art. 62.º-A do EBF)

Código 718 - Mecenato cultural/ ambiental/ desportivo/ educacional

São de indicar os donativos devidamente comprovados, concedidos no âmbito do mecenato cultural, ambiental, desportivo e educacional (n.ºs 6 e 7 do art. 62.º do EBF) às entidades

- Cooperativas culturais, institutos, fundações e associações; Museus, bibliotecas, arquivos históricos e documentais; Organizações não governamentais do ambiente (ONGA);
- Pessoas coletivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva; INATEL:

- INATEL; Estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo Ministério da Educação; Comité Olímpico de Portugal, Confederação do Desporto de Portugal, pessoas coletivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva; Associações promotoras de desporto e associações de utilidade pública.

A majoração será assumida automaticamente.

Código 719 – Mecenato cultural/ambiental/desportivo/educacional (contratos plurianuais)

São de indicar os donativos devidamente comprovados, concedidos no âmbito do mecenato cultural, ambiental, desportivo e educacional, quando atribuídos às entidades referidas no código anterior, ao abrigo de contratos plurianuais celebrados para fins específicos que fixem os objetivos a prosseguir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos sujeitos passivos (n.ºs 6 e 7 do art. 62.º do EBF). A majoração será assumida automaticamente.

São de indicar os donativos devidamente comprovados, concedidos no âmbito do mecenato social (n.º 3 do art. 62.º do EBF), quando atribuídos às seguintes entidades:

- Instituições particulares de solidariedade social e equiparadas
- Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública que prossigam fins de caridade, assistência, beneficência e solidariedade social e cooperativas de solidariedade social;

 - Centros de cultura e desporto organizados nos termos dos Estatutos do INATEL, para o desenvolvimento de attividades de natureza social;

 - Organizações não governamentais para o desenvolvimento e outras entidades promotoras de auxilio a populações carecidas reconhecidas pelo Estado Português.

 ação será assumida automaticamente.

Código 721 - Mecenato social - Apoio especial

São de indicar os donativos devidamente comprovados, concedidos no âmbito do mecenato social, no caso de se destinarem a custear as seguintes medidas (n.ºs 4, 6, alinea i) e n.º 7, alinea c) do art. $62.^{\circ}$ do EBF):

- Apoio à infância ou à terceira idade; Apoio e tratamento de toxicodependentes ou de doentes com sida, com cancro ou diabéticos;
- diabéticos;

 Promoção de iniciativas dirigidas à criação de oportunidades de trabalho e de reinserção social de pessoas, familias ou grupos em situações de exclusão ou risco de exclusão social, designadamente no âmbito do rendimento minimo garantido, de programas de luta contra a pobreza ou de programas e medidas adotadas no contexto do mercado social de emprego;

 Creches, lactários e jardins de infância legalmente reconhecidas pelo ministério competente;

 Organismos públicos de produção artistica.

 A majoração será assumida automaticamente.

Código 722 - Mecenato familia

São de indicar os donativos devidamente comprovados, concedidos no âmbito do Mecenato Familiar (n.ºs 3 e 5 do art. 62.º do EBF), atribuídos às entidades referidas nos códigos 720 e 724, que se destinem a

- Apoio pré-natal a adolescentes e a mulheres em situação de risco e à promoção de iniciativas com
- Apoia, prentata a decessation de aconselhamento, encaminhamento e de ajuda a mulheres grávidas em situação social, psicológica ou economicamente difficil; Apoio, acolhimento, ajuda humana e social a mäes solteiras; Apoia, acolhimento, ajuda social e encaminhamento de crianças nascidas em situações de risco ou vítimas de abandono;

- Ajuda à instalação de centros de apojo à vida para adolescentes e mulheres grávidas cuia situação sócio - económica ou familiar as impeça de assegurar as condições de nascimento e educação da
- criança;
 f) Apoio à criação de infra-estruturas e serviços destinados a facilitar a conciliação da maternidade com
 a atividade profissional dos pais.
 A majoração será assumida automaticamente.

Código 723 – Mecenato para a sociedade de informação

São de indicar os donativos devidamente comprovados, nos anos de 2006 e anteriores, concedidos no âmbito do mecenato para a sociedade de informação (art. 3.º-A do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de março), relativos a donativos de equipamento informático, programas de computadores, formação e consultadoria na área de informática, desde que concedidos às seguintes entidades:

- as mencionadas no código 720; as mencionadas no código 724; as mencionadas no código 718, mas apenas com referência a museus e bibliotecas, Comité as mencionadas no código 718, mas apenas com referência a museus e bibliotecas, Comité Olimpico de Portugal, associações promotoras de desporto, centros de estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A maioração será assumida automaticamente

São de indicar os donativos devidamente comprovados, para a realização de atividades de natureza científica, atribuídos ao Estado, regiões autónomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e fundações, em que aquelas entidades participaram no património inicial, nos termos do n.º 2 do art. 62.º-A do EBF.

Código 725 - Estado - Mecenato cultural/ ambiental/ desportivo/ educacional

São de indicar os donativos devidamente comprovados, destinados exclusivamente à prossecução de fins de caráter cultural, ambiental, desportivo e educacional (n.ºs 1 e 2 do art. 62.º do EBF).

São de indicar, ainda, os apoios concedidos entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2013 para concretização do Plano Nacional de Leitura, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 86/2006, de 12 de julho. A maioração será assumida automaticamente.

Código 726 - Estado - Mecenato cultural/ ambiental/ desportivo/ educacional (contratos plurianuais)

São de indicar os donativos devidamente comprovados, destinados exclusivamente à prossecução de fins de caráter cultural, ambiental, desportivo e educacional, quando atribuidos ao abrigo de contratos pulrainausia so Estado, regiões autónomas, autarquias locais, associacões de municípios e de frequesias e fundações, em que aquelas entidades participaram no património inicial (n.ºs 1 e 2 do art. 62.º do EBF).

São de indicar, ainda, os apoios concedidos entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2013 para a concretização do Plano Nacional de Leitura, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho, os quais são considerados de interesse para a educação e podem usufruir dos

beneficios fiscais legalmente previstos. A majoração será assumida automaticar

Código 727- Estado - Mecenato socia

São de indicar os donativos devidamente comprovados, destinados exclusivamente à prossecução de fins de caráter social, atribuídos ao Estado, regiões autónomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e fundações, em que aquelas entidades participaram no património inicial (n.ºs 1 e 2 do art. 62.º do EBF).

São ainda de indicar os donativos atribuídos às creches, lactários e jardins-de-infância, bem como aos organismos públicos de produção artística responsáveis pela promoção de projetos relevan público nas áreas do teatro, música, ópera e bailado (alínea c) do n.º 7 do art. 62.º do EBF). A majoração será assumida automaticamente.

Código 728 - Estado - Mecenato familia:

Donativos concedidos ao Estado, regiões autónomas, autarquias locais, associações de municípios e de freguesias e fundações, que se destinem a custear as seguintes medidas

- Apoio pré-natal a adolescentes e a mulheres em situação de risco e à promoção de iniciativas com esse
-, Apoio a meios de informação, de aconselhamento, encaminhamento e de ajuda a mulheres grávidas em
- тиров и письо ве впитнаува, не акользенватненно, епсатпипателно е de ajuda a mulheres gravidas em situação social, psicológica ou economicamente difícil; Apoio, acolhimento, ajuda humana e social a mães solteiras; Apoio, acolhimento, ajuda social e encaminhamento de crianças nascidas em situações de risco ou vitimas de abandono;
- vítimas de abandono;

 Ajuda à instalação de centros de apoio à vida para adolescentes e mulheres grávidas cuja situação sócio-económica ou familiar as impeça de assegurar as condições de nascimento e educação da criança;

 Apoio à criação de infra-estruturas e serviços destinados a facilitar a conciliação da maternidade com a atividade profissional dos pais.

 (n.º 5 do art. 62.º do EBF)

 A majoração será assumida automaticamente.

Código 729 - Prémios de seguros de acidentes pessoais e de seguros de vida

São de indicar os prémios de seguros de acidentes pessoais e de seguros de vida que gara exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou de reforma por velhice e, neste último caso, desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade e cinco anos de duração do contrato. Excluem-se os prémios de seguros que permitam o pagamento, nomeadamente por resgate ou adiantament qualquer capital em vida fora das condições mencionadas (n.ºs 1 e 4 do art. 86.º do Código do IRS). ento, de

Dedutível nos anos de 2010 e anteriores (Revogação do art. $86.^{\circ}$ do Código do IRS pela Lei $\rm n.^{\circ}$ 55-A/2010, de 31 de dezembro – OE para 2011).

Código 730 - Prémios de seguros de saúde

São de indicar os prémios de seguros de saúde ou contribuições pagas a associações mutualistas ou instituições sem fins lucrativos que tenham por objeto a prestação de cuidados de saúde que, em insultuyees sen insultativos que teniante por logica a presupero de cudados de le sadore que, em qualquer dos casos, cubram exclusivamente os riscos de sadde relativamente ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo (art. 74, º do EBP).

Com referência aos anos de 2010 e anteriores, são de indicar os prémios de seguros ou contribuições pagas a associações mutualistas que, em qualquer dos casos, cubram exclusivamente riscos de saúde, relativos aos sujeitos passivos ou aos seus dependentes, pagos por aqueles ou por terceiros, desde que neste caso tenham sido comprovadamente tributados como rendimentos dos sujeitos passivos (n.º 3 do 45 8º 8 de Cédica de IRC). art. 86.º do Código do IRS

São de indicar os juros de dividas com imóveis situados no território português ou no território de outro Estado membro da União Europeia ou no espaço económico europeu desde que, neste último caso, exista intercâmbio de informações (alineas a) e b) do n.º 1 e n.º 4 do art. 85.º do Código do IRS):

- a) Juros de dividas contraídas com a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento para habitação permanente do arrendatário, devidamente comprovado, relativas a contratos celebrados até 31 de dezembro de 2011;
- b) Prestações devidas em resultado de contratos celebrados com cooperativas de habitação ou no âmbito do regime de compras em grupo, para a aquisição de imóveis destinados a habitação própria e permanente ou arrendamento para habitação permanente do arrendatário, devidamente comprovada, na parte que respeita a juros das correspondentes dividas, relativas a contratos celebrados até 31 de dezembro de 2011.

São de indicar as importâncias, líquidas de subsídios ou comparticipações oficiais, suportadas a título de renda pelo arrendatário de prédio urbano ou de fração autónoma para fins de habitação permanente, quando referentes a contratos de arrendamento celebrados a coberto do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, ou do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.

Se a declaração respeitar aos anos de 2010 e anteriores devem ser também indicadas neste código as Se a declaração respetar aos anos de 2010 e anteriores devem ser tambem indicadas neste codigo as rendas pagas por contrato de locação financeira relativo a imóveis para habitação própria e permanente, efetuado ao abrigo do referido regime, na parte em que não constituam amortização de capital, bem como as importâncias suportadas pelos arrendatários de imóveis dos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional – FIIAH (alínea c) do n.º 1 do art. 85.º do Código do IRS) na parte que não constitua amortização de capital. Caso a declaração respeite aos anos de 2011 e seguintes, estes encargos devem ser indicados no código 741.

São de indicar os valores aplicados, por sujeito passivo não casado, ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, em contas individuais geridas em regime público de capitalização (art. 17.º do EBF).

Código 734 – Comemorações do Centenário da República
São de indicar os donativos devidamente comprovados, concedidos à entidade incumbida legalmente de assegurar a preparação, organização e coordenação das comemorações do primeiro centenário da implantação da República, por pessoas singulares residentes em território nacional, desde que não tenham sido contabilizados como custo do exercício (art. 80.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro – OF para 2008)

Código 735 – Comemorações do Centenário da República (contratos plurians

São de indicar os donativos devidamente comprovados, concedidos à entidade incumbida legalmente de assegurar a preparação, organização e coordenação das comemorações do primeiro centenário da implantação da República, quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais, por pessoas singulares residentes em território nacional, desde que não tenham sido contabilizados como custo do exercício (art. 80.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro – OE para 2008).

Código 736 - Encargos com reabilitação urb

São de indicar os encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de:

- Imóveis localizados em áreas de reabilitação urbana e recuperados nos termos das respetivas
- estratégias de reabilitação urbana; ou Imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos art.s 27.º e se do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereis sejam objeto de ações de reabilitação (n.º 4 do art. 71.º do EBF incentivos à reabilitação urbana).

Os encargos com a reabilitação urbana devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou comissão arbitral municipal, consoante os casos (n.º 17 do art. 71.º do EBF).

Código 737 – Encargos com lares e apoio domiciliário

São de indicar os encargos com apoio domiciliário, lares e instituições de apoio à terceira idade relativos aos sujeitos passivos, ascendentes ou colaterais até ao 3.º grau que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal, bem como os encargos com lares e residências autónomas para pessoas com deficiência relativos aos seus dependentes (art. 84.º do Código do IRS).

Na coluna do titular deve ser indicado o código que corresponda à pessoa que se encontra no lar ou que tenha beneficiado de apoio familiar.

Código 738 - Equipamentos para utilização de energias renováveis

São de indicar as Importâncias despendidas com a aquisição de equipamentos novos para utilização de energias renováveis e de equipamentos para a produção de energia elétrica ou térmica (cogeração), por microturbinas, com potência até 100 KW, que consumam gás natural, incluindo equipamentos complementares indispensáveis ao seu funcionamento, desde que afetos a utilização pessoal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 73.º do EBF – dedutível até 2011.

Código 739 - Obras de melhoria de comportamento térmico

São de indicar as importâncias despendidas com a aquisição de equipamentos e obras de melhoria das condições de comportamento térnico de edificios, dos quais resulte diretamente o seu maior isolamento, desde que afetos a utilização pessoal, nos termos da alinea b) do n.º 1 do art. 73.º do EBF e anexo da Portaria n.º 303/2010, de 8 de junho – dedutivel até 2011.

São de indicar as importâncias despendidas com a aquisição de veículos sujeitos a matrícula, exclusivamente elétricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis, desde que afetos a utilização pessoal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art. 73.º do EBF – dedutível até 2011.

Código 741 - Rendas por contrato de locação financeira

São de indicar os juros incluídos nas rendas por contrato de locação financeira pagos relativamente a imóveis para habitação própria e permanente, bem como os juros suportados pelos arrendatários de imóveis dos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (n.º 5 do art. 8.º do regime jurídico dos FIIAH aprovado pelo art. 104.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 dezembro).

Em qualquer dos casos não pode ser considerada a parte que respeita à amortização de capital

Este código deve ser utilizado para os anos de 2011 e seguintes. Tratando-se de anos anteriores estas despesas são de indicar com o código 732.

Código 742 - Prémios de seguros de vida ou contribuições pagos por pessoas com deficiência (anos de 2011 e seguintes)

São de indicar os prémios de seguros de vida despendidos por pessoas com deficiência, bem como as contribuições pagas a associações mutualistas que garantam exclusivamente os riscos de morte ou invalidez, nos termos do n.º 2 do art. 87.º do Código do IRS.

Este código deve ser utilizado para os anos de 2011 e seguintes. Tratando-se de anos anteriores estas despesas são de indicar com o código 707.

Código 743 - Contribuições para reforma por velhice pagos por sujeitos passivos com deficiência

São de indicar as contribuições para reforma por velhice pagas por sujeitos passivos com deficiência, nos termos do n.º 3 do art. 87.º do Código do IRS.

Este código deve ser utilizado para os anos de 2011 e seguintes. Tratando-se de anos anteriores estas despesas são de indicar com o código 707.

Na segunda coluna (Titular) deve proceder-se à identificação do membro do agregado familiar que suportou o encargo, através da utilização dos códigos previamente definidos no rosto da declaração modelo 3, conforme consta nas instruções da primeira coluna, do Quadro 8, deste anexo, com exceção das despesas com lares em que deve ser identificada a pessoa que se encontra no lar (ver instruções do

Na **terceira coluna** (Importância Aplicada), devem ser indicadas as importâncias efetivamente despendidas ou aplicadas no ano a que respeita a declaração.

Na quarta coluna (Entidade Gestora/Donatária/Senhorio/Locador) devem ser identific quem foram pagas as importâncias declaradas, com exceção das despesas ind

códigos 706, 708 e 712. Esta coluna encontra-se subdividida em três sub-colunas, cada uma delas obedecendo a regras específicas de preenchimento:

NIF/NIPC Português - Deve ser indicado o número fiscal português pertencente às entidades gestoras dos planos, dos seguros ou fundos e equiparáveis, às entidades beneficiárias dos donativos (donatárias), bem como às instituições de crédito ou cooperativas;

País – Sempre que a entidade gestora ou instituição de crédito se encontre registada num dos países membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, deve indicar-se o código do país respetivo, de acordo com a tabela que se encontra na parte final do texto das instruções do rosto da declaração modelo 3;

Número Fiscal Estrangeiro (UE ou EEE) – Deve ser indicado o número fiscal estrangeiro das entidades que não disponham de NIPC português, não devendo utilizar-se as duas letras iniciais identificadoras dos respetivos países.

Fazem parte da União Europeia e do Espaço Económico Europeu os seguintes países:

- a) Os membros da EFTA (com exceção da Suiça): Islândia, Liechtenstein e Noruega;
 b) Os Estados membros da União Europeia

A lista dos países e respetivos códigos constam na tabela constante da parte final das instruções do

- Exemplos: A entidade com número fiscal português; B entidade com número fiscal espanhol.

	C/NIPC PORTUGUÊS	PAÍS	NÚMERO FISCAL
			ESTRANGEIRO (UE ou EEE)
Α	500.000.000		
В		724	X0000000X

QUADRO 8 - DESPESAS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO

As despesas de saúde e de educação devem ser indicadas de forma a serem identificadas as pessoas a que as mesmas respeitam, a qual deve ser feita tendo em conta o código que lhe corresponde no rosto da declaração, conforme a seguiur se exemplifica:

TITULARES (CODIGOS)	DESIGNAÇÃO
SP A	Sujeito Passivo A
SP B	Sujeito Passivo B
D1	Dependente 1
D2	Dependente 2
DD1	Dependente deficiente 1
DD2	Dependente deficiente 2
DG1	Dependente em Guarda Conjunta 1
DG2	Dependente em Guarda Conjunta 2
AF1	Afilhado Civil 1
AF2	Afilhado Civil 2
AS1	Ascendente que vive em comunhão de habitação 1
AS2	Ascendente que vive em comunhão de habitação 2
AC1	Ascendente e colateral até 3.º grau que vive em economia comum 1
AC2	Ascendente e colateral até 3.º grau que vive em economia comum 2
F	Falecido no ano do óbito, caso exista sociedade conjugal, identificado no quadro 7A do rosto da declaração

Campo 801 – Despesas de saúde, na parte que não foi objeto de comparticipação, efetuadas com a aquisição de bens e serviços isentos de IVA ou sujeitos à taxa reduzida de 6%, dos sujeitos passivos e seus dependentes, dos ascendentes e colaterais até ao 3.º grau, bem como os montantes dos juros contraídos para pagamento dessas despesas (alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art. 82.º do Código do IRS).

As despesas dos ascendentes e colaterais até ao 3.º grau só poderão ser declaradas se estes não auferirem rendimentos superiores ao valor anual da retribuição mínima e viverem em economia comum com os sujeitos passivos

Campo 802 – Despesas efetuadas com a aquisição de outros bens e serviços, com exceção dos referidos no campo 801, diretamente relacionados com despesas de saúde do sujeito passivo, do seu agregado familiar e dos seus ascendentes e colaterais até ao 3.º grau, desde que devidamente justificados através de receita médica (alinea d) do n.º 1 do art. 82.º do Código do IRS), não isentos ou sujeitos a taxa superior à reduzida.

Campo 803 - Despesas de educação e de formação profissional dos sujeitos passivos, seus dependentes

As despesas de formação só poderão ser declaradas se tiverem sido prestadas por entida oficialmente reconhecidas.

Campo 814 – Tendo preenchido os campos 731, 736 ou 741 do quadro 7 deve proceder à identificação matricial do imóvel localizado no território português a que respeitam as despesas declaradas, devendo

– Tendo indicado na primeira coluna o código 731, para além da identificação matricial e da indicação do código do titular do imóvel, deve assinalar se constitul a sua habitação própria e permanente (coluna – habitação permanente) ou, encontrando-se arrendada, se constitul a habitação permanente do arrendatário (coluna – arrendada), sendo este identificado através do respectivo NIF (coluna – arrendatário).

Se o imóvel possui a classificação A ou A+, conforme certificado energético atribuído nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de abril (n.º 6 do art. 85.º do Código do IRS – revogado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 dedezembro), tal classificação deve ser assinalada no campo respetivo (só para os anos de 2011 e anteriores)

Situando-se o imóvel destinado a habitação própria e permanente no território de outro Estado membro da União Europeia ou no Espaço Económico Europeu desde que, neste último caso, exista intercâmbio de informações, deve indicar o respetivo país utilizando os códigos constantes na tabela disponível na parte final das instruções do rosto da declaração modelo 3.

- Tendo indicado na primeira coluna o código 736 deve proceder à identificação matricial dos imóveis que foram objeto de ações de reabilitação urbana.
- Tendo indicado na primeira coluna o código 741 deve proceder à identificação matricial dos imóveis e o NIPC do locador.

Campo 815 – Se beneficiou de qualquer apoio financeiro (RAU, NRAU ou Decreto-Lei n.º 308/07, de setembro), no âmbito do incentivo ao arrendamento, deve indicar o valor recebido (apoio financeiro) durante o ano a que respeita a declaração (campo 01), bem como o valor ilíquido da renda paga ao senhorio (campo 02).

QUADRO 9 - CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS/CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO

SUPUNTADO

Este quadro destina-se a identificar a entidade para a qual o sujeito passivo/ agregado pretende consignal 0,5% do IRS liquidado, tal como se encontra previsto na Lei n.º 16/2001, de 22 de junho.

O beneficio da dedução à coleta do IRS de 15% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, instituído pelo art. 66.º-B do EBF, pode também ser atribuído à mesma entidade escolhida pelo sujeito passivo para receber a consignação de quota do IRS, desde que esta entidade tenha requerido o beneficio da consignação do IRS, caso em que o consignate perde o direito à dedução do IVA suportado à coleta do IRS, uma vez que esse valor será entregue à entidade indicada.

Assim, o sujeito passivo poderá optar por consignar

- 0,5% do IRS liquidado e a dedução de 15% do IVA suportado ou apenas 0,5% do IRS liquidado.

Deve ser identificada a natureza da entidade que tenha requerido o beneficio referente à consignação do IRS e obtido deferimento, assinalando-se com "X" o respetivo quadrado:

- comunidade religijosa radicada no país, ou

instituição particular de solidariedade social ou a pessoa coletiva de utilidade pública de beneficência ou de assistência humanitária.

Campo 901 - Deve ser indicado o NIPC da entidade a favor da qual os sujeitos passivos pretendem

- 0,5% do IRS liquidado, caso em que deve ser assinalado com "X" o quadrado "IRS" ou
- 0,5% do IRS liquidado e a dedução à coleta correspondente a 15% do IVA suportado, caso em que devem ser assinalados os quadrados "IRS" e "IVA".

QUADRO 10 - ACRÉSCIMOS POR INCUMPRIMENTO DE REQUISITOS

Os valores a inscrever neste quadro serão apurados pelos sujeitos passivos em conformidade com as normas legais que determinem os acréscimos, quer à coleta quer ao rendimento.

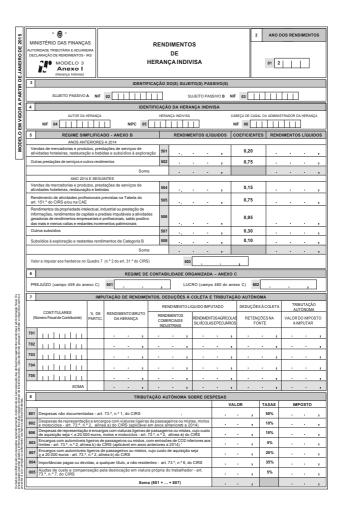
Os acréscimos à coleta só poderão respeitar a deduções indevidamente efetuadas com referência ao ano de 1999 ou anos seguintes

Se respeitarem a anos anteriores, os acréscimos operam como acréscimo ao rendimento

Em cada um dos campos 1001 a 1009 serão indicados os montantes que, de acordo com as disposições legais neles referenciadas, deverão ser acrescidos à coleta ou ao rendimento do ano a que respeita a declaração, conforme acima se refere, tendo em atenção que, nas situações previstas nos campos 1001 a 1007, os valores indevidamente deduzidos são majorados em 10% por cada ano ou fração decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução. No campo 1009 o valor a inscrever será acrescido dos juros compensatórios correspondentes.

Se a declaração respeitar aos anos de 2011, no que respeita ao campo 1002 (Planos individuais de poupança-reforma (PPR), poupança-educação (PPE) ou poupança-reforma/educação (PPRIE), e se aos participantes for atribuído qualquer rendimento ou for concedido o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido, pelo menos, cinco anos a contar da respetiva entrega e ocorra qualquer uma das situações previstas na lei, fica sem efeito a fruição do beneficio, ou seja, deve ser reposta a dedução efectuada conforme previsto no n.º 2 do art. 21 º do EBF e acrescido à coleta 1% das importâncias pagas a título de capital, nos termos do n.º 4 do art. 21 do EBF.

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração



INSTRUCÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXOI

Destina-se a declarar o lucro ou prejuízo (rendimento da categoria B) apurado pelo cabeça-de-casal ou administrador de herança indivisa, que deva ser imputado aos respectivos contitulares, na proporção das suas quotas na herança (art.s 3.º e 19.º do Código do IRS).

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO I

O cabeça de casal ou administrador de herança indivisa que produza rendimentos da categoria B. Esta enexo é de apresentação obrigatória sempre que a declaração modelo 3 integre um anexo B ou C respeitante a herança indivisa.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO I

A declaração que integra o anexo I deve ser enviada pela internet no prazo estabelecido na subalínea ii da alínea b) do $n.^\circ$ 1 do art. $60.^\circ$ do Código do IRS.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 4 - IDENTIFICAÇÃO DA HERANÇA

A identificação da herança indivisa (campo 05) deve efetuar-se através da indicação do número de identificação equiparado a pessoa coletiva (NIPC).

Se na data em que for apresentada a declaração correspondente ao ano em que ocorreu o óbito não tiver sido ainda atribuido o número de identificação da herança indivisa, poderá ser indicado (campo 04) o número de identificação fiscal do autor da herança.

QUADRO 5 - APURAMENTO DO RENDIMENTO LÍQUIDO - REGIME SIMPLIFICADO

Sempre que a determinação dos rendimentos empresariais e profissionais (categoria B do IRS), respeitantes a herança indivisa, se deva realizar com base na aplicação das regras do regime simplificado o apuramento do rendimento líquido a imputar será de efetuar neste quadro multiplicando os rendimentos ilíquidos pelos coeficientes nele indicados.

No entanto, se a declaração respeitar aos anos de 2007 a 2012 o coeficiente a aplicar aos rendimentos indicados no campo 502 é de 0,70. Para os anos de 2007 a 2009 deve ter-se, ainda, em conta que valor resultante desta multiplicação não pode ser inferior a "metade do valor anual da retribuição mínima mensal", tal como se indica:

2007 - 403,00 x 14 = 5 642,00 : 2 = 2 821,00 2008 - 426,00 x 14 = 5 964,00 : 2 = 2 982,00 2009 - 450,00 x 14 = 6 300,00 : 2 = 3 150,00

Sempre que a declaração respeitar a anos anteriores a 2014 apenas deverão ser preenchidos os campos 501 e 502, tal como se indica:

Campo 501 – Deve incluir o total dos rendimentos ilíquidos declarados nos campos 401, 402, 409, 411 e 423 do quadro 4 do Anexo B;

Campo 502 – Deve incluir o total dos rendimentos declarados nos campos 403, 404, 405, 410, 421 e 422 do quadro 4 do Anexo B.

Sempre que a declaração respeitar aos anos de 2014 e seguintes apenas deverão ser preenchidos os campos 504 a 508, tal como se indica:

Campo 504 – Deve incluir o total dos rendimentos ilíquidos declarados nos campos 401, 402, 409 e 423 do quadro 4 do anexo B:

Campo 505 - Deve indicar o total dos rendimentos ilíquidos declarados nos campos 405, 440 e 444;

Campo 506 – Deve indicar o total dos rendimentos ilíquidos declarados nos campos 404,421, 422, 441, 442, 445, 446 e 447:

Campo 507 - Deve indicar a totalidade dos rendimentos ilíquidos declarados nos campos 425 e 426;

Campo 508 – Deve indicar a totalidade dos rendimentos ilíquidos declarados nos campos 424, 443, 411 e 448

Campo 503 - Da aplicação dos coeficientes resultam os rendimentos líquidos, cujo total será imputado aos respectivos contitulares no quadro 7. Nas declarações dos anos de 2009 e anteriores, se da aplicação destes coeficientes resultar um rendimento líquido inferior ao montante igual a metade do valor anual da retribuição mínima mensal, será este o valor que deve ser imputado aos respetivos herdeiros.

QUADRO 6 - REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA - ANEXO C

No campo 601 ou 602 deve ser indicado o valor correspondente ao prejuízo ou lucro inscritos, respetivamente, nos campos 459 ou 460 do anexo C.

QUADRO 7 - IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS E DEDUÇÕES À COLETA

Destina-se à identificação dos contitulares dos rendimentos (NIF), à indicação dos rendimentos líquidos e das deduções à coleta a imputar a cada um dos herdeiros, bem como do valor do imposto a imputar resultante da aplicação das taxas de tributação autionoma indicadas no quadro 8.

Campos 701 a 710 - São indicados os contitulares da herança indivisa, bem como os rendimentos, de acordo com a sua natureza, e as deduções à coleta imputados a cada um, de acordo com a sua quota-parte na herança.

Na terceira coluna (rendimento bruto da herança) deve indicar-se por cada um dos contitulares da herança indivisa o valor do rendimento bruto da categoria B que proporcionalmente corresponde aos

No ano em que ocorreu o óbito, deve também ser identificado o cónjuge falecido, tendo em vista a indicação dos rendimentos, por ele auferidos, no período compreendido entre 1 de Janeiro e a data do óbito. Na imputação dos rendimentos líquidos apurados de acordo com o regime simplificado (Anexo B), será de considerar que os rendimentos respeitantes aos herdeiros são os obtidos depois da data do óbito. Se os rendimentos figuidos forem apurados no Anexo C, a parte correspondente aos herdeiros determina-se em função do número de dias que decorreu desde a data do óbito até 31 de dezembro.

Cada um dos contitulares da herança indivisa deverá declarar, no Anexo D, os re que lhes foram imputados, conforme consta neste anexo, bem como o valor do aplicação das taxas de tributação autónoma sobre despesas (quadro 8 – Anexo D).

No ano em que ocorreu o óbito, o cônjuge sobrevivo deverá declarar no Anexo D os rendimentos e deduções que lhe foram imputados conjuntamente com os respeitantes ao cônjuge falecido.

QUADRO 8 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS

Devem ser indicados os valores das despesas suportadas pela herança indivisa que possua ou deva possuir contabilidade organizada, cuja natureza a seguir se discrimina, sujeitas a tributação autônoma âs taxas que se encontram indicadas em cada um dos campos que integram este quadro.

801 – Despesas não documentadas, suportadas no âmbito do exercício de atividades rias e profissionais (art. 73.º, n.º 1, do Código do IRS);

Campo 802 – Encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motociclos (art. 73.º, n.º 2, alínea a), do Código do IRS) – aplicável em anos anteriores a 2014:

Campo 806 – Encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e encargos com ligeiras de passageiros ou mistas cujo custo de aquisição seja inferior a € 20 000, motos e motoci 73,9, n° 2, a linea a), do Código do IRS);

Campo 803 – Encargos dedutiveis relativos a automóveis ligeiros de passageiros ou mistos cujos níveis homologados de emissão de CO2 sejam inferiores a 120 g/km, no caso de serem movidos a gasolina, e inferiores a 90g/km, no caso de serem movidos a gasoloe, desde que, em ambos os casos, tenha sido

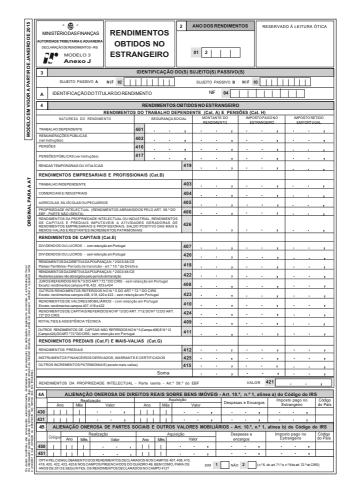
emitido certificado de conformidade (art. 73.º, n.º 2, alínea b), do Código do IRS) aplicável em anos

Campo 807 – Encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujo custo de aquisição seja igual ou superior a € 20 000 (art. 73.º, n.º 2, alínea b), do Código do IRS);

Campo 804 - Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas Campo 804 — Despesas correspondentes à impuriancias раздаз ош цезгово, а долодого поло, а раздаз singulares ou coletivas residentes fora do território português e al submetidas a um regime claramente mais favorável, tal como definido para efeitos de IRC (art. 73.º, n.º 6, do Código do IRS);

Campo 805 – Encargos dedutíveis relativos a despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não faturadas a clientes, escrituradas a qualquer título, exceto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respetivo beneficiário, bem como os encargos da mesma natureza, que não sejam dedutíveis nos termos da alínea f) do n.º 1 do art.45.º do CIRC, suportados por sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no exercício a que os mesmos respeitam (art. 73.º, n.º 7, do Código do IRS).

Sendo aplicável o regime simplificado na determinação do rendimento líquido, não haverá lugar a tributação autónoma sobre as despesas referidas nos campos 802, 803 e 805.



5 CON	ITASD	E DE	PÓS	IT	os	OU	DI	T	ΤL	JL	25	A	BE	R	TA	SI	ΕN	A III	NS	T	Τl	JIÇ	ÇÃ	OF	IN	IAI	NC	EI	IRA	N	ÃC) R	ES	SID	Εħ	ITE	E	M.	TE	R	RI	TĆ	R	10	PC)R	ΤL	JG	UÉ	s	
												IB	AN																														E	ВIС							_
ш	$\perp \perp$	Ш	\perp	L	\perp	L	\perp	\perp	1			L	L	1			L	1	_	L	L	1		_	L	L	1			L	L	L	1	┚			L	1		L	L	1			L	L	1	╝		L	<u>_</u>
		Ш	\perp	L	\perp	L	L	\perp	1			L	L	1	\perp		L	1		L	L	1	\perp		L	L	1	\perp		L	L	L	\perp	┚			L	\perp			L	\perp			L	L	1			L	1
	1.1	П	Т	ī	ī	ī	ī	ī	ī	ī		Π	Π	ī	ī		ī	ī	ī	ı	ī	ī	ī	ī	Ī	ī	ī	ī	ī	Ī	Ι	ī	ī	ī			Π	ī	ī	П	ī	ī	ī	ī	Ī	ī	ī	1		ī	T
	11		Ť	Ť	Ť	Ť	Ť	Ť	Ť	=	=	_	ï	Ť	Ť	=	i	Ť	ī	_	Ť	Ť	Ť	=	_	Ť	Ť	Ť	=	_	i	Ť	Ť	Ť	_	_	ï	Ť	1	_	i	ī		Ε	Ξ	÷	Ť	_	=	i	Ť
\vdash			_	_	_	_	_	_	_	_	=	_	<u>_</u>	_	_	_		1	_	_	_	1	_	_	_	_	_		-	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	-	_	_	_	_	_	_	_	_	-	_	1
			-		+		+	+		-	_		·	1	(0:	5 1	NU	JM	E	KC	1	DE	E IE	E	NI	IFI	IC.	ΑÇ	AC	_		-		_		-			-	_	_	_									_
		Ш	<u> </u>	_	_	_	_	_	_		_	L	L	1	_		L	1	_	_	L	1			_	_	_	_		_	L	_	1	_		_		L	1	_	_	_									_
6							D	ISC	CR	IM	IN	A	Ã	o	DC	วร	3 F	RΕ	NE	DII	ИE	N	тс	s	OI	вт	ID	10:	SN	10	E	ST	R.A	N	GE	IR	0														
	IDENT	IFIC	AÇÃ	01	001	PA	ÍS	_	_	_	_		Г	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	Т	_	_	_	_	_	1	MF	0	ST	0	PA	GC	N	Ю	E	ST	R	AN	IG	EII	RC	_	_	_	_	_	_
NÚMERO DO		Т	NSTAL	AC	ÃOF	DXA	T				_							TA DIN						t		N	101	PA	is c)A	FOI	NTE	_		Г									NT							\neg
CAMPO DO QUADRO 4		\vdash	SIM	Ť	NĀ		۱°	ÓDI	GC	DO	P	AÍS				`	.141	Jul.	*11	.14				H	-				VAL			-	-	-	0	DI	RE 30	DC	/A	DA AÍS	T	OU	PA	NÇ	A۸	/AL	200 .OF	13/ ?	18/	CE	_
	601			1			T	ı	1			Ι	r											Ť											Г			1		I	Ť			_							
	602	-		+		_	t	H			_	1	H	-		_	_	_	_	_	_	-	_	t	_	-	_	_	÷	_	_		÷	_	H	=	-	_	_	ī	t	_	÷	-	_	_	-	_	_	,	
\mathbf{H}		-		+	_	_	+	_	_	_	_	<u>.</u>	H	-	_			•			_	,	_	+	_	-	_	_	•	_	_	_	,	_	H	-	_	_	_	<u> </u>	+	_	•	_	_	_	_			,	_
لسا	603			4			1	L	1	_	_	<u>J</u>	L									,	_	1					٠				,		L	_	L		_	J	1									,	
لبيا	604			1			1	L	ı	j			L									,	_										,		L		L	1		J	1									,	_
Lit	605			T			Τ	Ī	ī	1		Ī	Г									,		Τ									,		Γ		ı	1		Ī	T									,	
	606	_		1			t	<u> </u>	1			ī	H	ĺ				_						t									_		İ			1		Ī	t			_						,	-
		-		+		_	+	_		_	=	1	H									,	_	$^{+}$		-		_	•		_	_	,	_	H	=	_	_	=	1	+	_		_						,	-
بسير	607	_		4			+	Ļ	1	_	_	<u>.</u>	L									,	_	+									,		L	_	_		_	<u>.</u>	+									,	_
لبنا	608			1			1	L	1		_	_	L									,	,	1	_								,		L		L	1		J	1									,	
	609						ı	L	Ĺ	1																											L	1			ı										
	610			T			T	ī	1	1		Ī	Г									Ī		Ť											Г			1		Ī	Ť			_						Ī	\neg
		-		+		-	+	-	_	_	=	1	H		_	-	-	_	-	-	-	,	_	+	_	-	-	-	÷	-	-	-	,	-	H	=	_	_	=	-	+	-	-	-	-	_	-	-	-	,	-
بسبا	611	-		+	_	_	+	Ļ	_	_	_	Ļ	H	-	_	_	_	_	_	_	_	,	_	+	_	_	_	_	-	_	_	_	,	_	H	_	_	_	_	Ļ	+	_	-	_	_	_	_	_	_	,	_
ш	612			1			1	L	1			<u>J</u>	L	_								,	_	1	_	_							,		L		L	1		<u>J</u>	1					_				,	
لبنا	613			1			ı	L	ı			J										,											,				L	1		J	ı									,	
Liil	614			T			Т	Π	1	-		ī	Г									Ī		T									,		Г			1		ī	T			_						Ξ,	
	615			†	_	_	t	ī				ī	H	Ť	_	_	_	Ť	_	_	_		_	t	_		_	_	Ť	_	_	_	,	_	H			_		ī	t	_	÷	_	_	_		_	_	,	_
-		-	_	+	_	-	+	는	_	_	-	<u>, </u>	H	-	-	-	-	-	-	-	-	,	_	+	_	-	-	-	÷	-	-	-	,	-	H	-	_	_	-	-	+	-	-	_	-	-	-	-	-	,	_
بسيا	616	-		4	_	_	+	Ļ	_	_		<u></u>	L	-	_	_	_		_	_	_	,	_	+	_	_	_	_		_	_	_	,	_	L	_	L			<u>.</u>	+	_		_	_	_	_	_	_	,	_
	617	1		1			L	L	L		_	<u>J</u>	L									,	_	1									,		L		L	1	_	<u>J</u>	l									,	
11 1 1 1	618						ı		i	ı																											ı	ı			ı									,	
	619			†			Ť	ī	1	_		ī	Г									Ť		Ť									Ė		T		1	1		ī	Ť			_							
		-		+		-	t	_				1	H			-	-	_	-	-	-	,		$^{+}$		-	-	-	÷	-	-		,	-	H	_		-		1	+	-	Ť	-	-		-	-	-	,	
HH	620	_		+		_	+	<u> </u>	_	_		1	H		_	_	_	•	_	_	_	,	_	+		-	_	_	•	_	_	_	,	_	H	_	_	1	-	<u>, </u>	+	_		_	_		_	_	_	,	_
لسا	621			1			1	L	1	_	_	J	L									,	_	1									,		L		L	1	_	J	1									,	
لبيا	622			_			1	L	Ţ	۷	_	_	L					_				,	_	1	_	_							,		L	_	L	_	_	J	1					_	_			_,	
	623			T		_	Γ	Ĺ	Ī	j	Ī	Ī	Γ		Π	_	_	-	_	_	Ī	Ξ,	_	Γ	Ξ.		Ī	_	-	Ī	_	_		_	Γ	Ξ	Ĺ	Ī	Ξ	Ī	Γ	Π		_	Ī	Ξ.		_	_	Ξ.	П
		-	T	יי	AL			_	_	_	_	_	Г									_		Ť									_		Г	_	_		_	_	Ť			_						,	_
SE MENCIONO	NI NO -	LIADT		_	_	- 1.1-	or				_		_		^r-	-	10.0							1						nı-	inc		,		_		_		_		1		-	-	_	-	-	_	_	,	-
ll .																			ruE	- 8	= 0 1	o i	WES	HMC)SI	rUF												_	_	,											
	PELO SIS	TEM	A DE S	EG	URA	NÇ	A SI	DCI	ALI	DO	PA	IS E	E (OR	IGE	М	_	1	Ĺ		J						F	POF	R 01	UTI	RAS	SEN	4TIE	DAD	DES	1	2	L]											
7				į		Ī		RE	NE	OIM	1E	NT	0	SI	DE	A	NO	os	A	N'	ſΕ	RI	OF	RE!	SI	NC	LI	UÍI	DO	S	NC	Q	UA	\D	RC	4	į	Ī	į	Ī	į	Ī	į	Ī	į	į	į	į	į	į	
Campo Q6		Ren	dime	nto	,		_	N.º			_	Ca				T							ner			Ī	Ī	_	.º a		_	_		npo		-				R	en	din	ne	nto				1	ı.º	an	os
							ſ	_		٦	ı		ĺ	ı		ıl											ı	Γ	_		٦	ı	1		ı	П								Т				I			╗
H			- Ini	- 11	TIF	,	I L	20	n :		I,	177	n 1		EO	1			-	0.		^ '	0.5	-		,		-	70	•	-1	-		7/1	un.		0.			01	ıė	_		=				11			_
8	NIDO	· DA	IDI			(C)	aÇ.	NU	U						DQ		ᄪ	٧E	U	U			DE				ME	N	10	5						DE			U	-			EN	IC A	0	DE	sc)B	DE.	TΑ	XA
801	reiPC	, UA	_mill	- 14	ı	,	_	-	+	_		*IF		ان	Ju	•	t	_	_	_		-14	J18		*11		,	_	+	_			-11	·ys		JE		,	_	+	-	-11	۸	<u>~</u> *	-01			·DI	·E	,	
802						-	_	+	+		-	_		-	_		+				÷		_	÷		_	Ĺ	_	+		_	_	_	_	i	_		<u> </u>		+		_		_		-	Ė			,	_
	_	_	_		_	_		L	_			_									Ė			=			,	_	_		_	_	_	_	=	_		,		_		_		÷			_			,	_
D.A	ATA									0	D	EC	L	A.F	RAI	NT	ΓE	, R	E	PF	E	SE	N1	ΓΑ	NT	ſΕ	LE	G	AL	0	U	GE	ST	OI	2 [EI	ΙE	G	00	CIC	os										
				Α	ssin	atu	ıra																																												
			_																				_								_	_		_	_	_		_		_				_	_	_	_	_	_	_	_

MI	R ∰ R INISTÉRIODAS FINANÇAS	RENDIMENTOS	2	ANO	DOSRE	NDIMEN	ITOS	RES	ERVAD	O À LEI	TURA (ÓTICA
DEC	RIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA CLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS MODELO 3 Anexo J	OBTIDOS NO ESTRANGEIRO		01	2]					
3		IDENTIFICAÇÃ	.O DO(S)	SUJEI	TO(S) P.	ASSIVO	(S)				_	
Щ.	SUJEITO PASSIVO A	NIF 02		SUJ	EITO PAS	SSIVO B	NIF	03	Щ		Ш	
A	IDENTIFICAÇÃO DO TITU	LARDORENDIMENTO			NF	04]	
4		RENDIMENT	OS OBTI	DOSNO	ESTRA	NGEIR)					
		RENDIMENTOS DO TRABALHO			(Cat. A)			at. H)	210	III D	nsto RE	TIDO
-	NATUREZA DO RENDIME		ASUCIAL		RENDIMEN			TRANGEI			IPORTU	
	BALHO DEPENDENTE IUNERAÇÕES PÚBLICAS	401 .	. ,			,			,			,
	instruções)	402	. ,						,			,
-		416 .	. ,			,	·		,			_,
1	SÕES PÚBLICAS (verinstruções)	41/	,			,			,			,
⊩	DAS TEMPORÁRIAS OU VITALÍCIAS		41	э.		,			,	<u> </u>		
I —		S E PROFISSIONAIS (Cat.B)	1.							_		
I —	BALHO INDEPENDENTE		40		•	,			,		•	,
-	ERCIAIS E INDUSTRIAIS		40	-		,	-	-	,			
	ICOLAS, SILVÍCOLAS OU PECUÁRIO PRIEDADE INTELECTUAL (RENDI	IS MENTOS ABRANGIDOS PELO ART. 58.º	DO			,			,			,
EBF -	- PARTE NÃO ISENTA)		40	6 .		,			,	-		,
RENE	CAPITAIS E PREDIAIS IMPUTA DIMENTOS EMPRESARIAIS E PRO OS-VALIAS E RESTANTES INCREM	ELECTUAL OU INDUSTRIAL, RENDIMEN IVEIS A ATIVIDADES GERADORAS FISSIONAIS, SALDO POSITIVO DAS M ENTOS PATRIMONIAIS	DE NS E	6 .					,	١.		
_	IDIMENTOS DE CAPITAIS (
DIVID	DENDOS OU LUCROS - com retençã	io em Portugal	40	7 .		,			,		-	,
II.	DENDOS OU LUCROS - sem retençã		42	. 0		,			,	Г. —		
REND Paise	DIMENTOS DA DIRETIVA DA POUPAN es/Territórios - Período de transicão -	ÇAN.º2003/48/CE art.º10.º da Diretiva	41	8 .		,			,		-	Ξ,
Resta	DIMENTOS DA DIRETIVA DA POUPAN antes países não abrangidos pelo período	detransição	42	2 .		,						٠,
JURC Excet	DS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72 to: rendimentos campos 418, 422, 423	t.º DO CIRS - sem retenção em Portugal e 424	40	8 .		٠.			Ţ,	-		٠,
OUTF	ROS RENDIMENTOS REFERIDOS N to: rendimentos campos 408, 418, 420	IO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS e 422 - sem retenção em Portugal	42	3 .								
RENE	DIMENTOS DE VALORES MOBILIÁR		41	0		,			,	Ė		,
RENE		OS NO Nº 13 DO ART. 71 E DO Nº 12 DO A	100		·			<u> </u>	,	÷	÷	
	O CIRS ALTIES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA		40	_		,	-	÷	,	i i	<u> </u>	,
OUTR	ROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS NÃ	iO REFERIDOS NO N.º 5 (Campo 408) E N.º 1	100	•	•	,	Ė	-	,	i i	·	,
	po424)DOART.*72.*DOCIRS- sem reb NDIMENTOS PREDIAIS (Cat.		2	Ť			i i	•	,	i i	·	-,
	DIMENTOS PREDIAIS	, (2310)	41	2 .	-	,			,			,
INST	RUMENTOS FINANCEIROS DERIVA	DOS, WARRANTS E CERTIFICADOS	42			,			,			,
OUTR	ROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS	B (exceto mais-valias)	41	5 .		,			,			,
<u> </u>		Soma				,			,			,
RENI	DIMENTOS DA PROPRIEDADE	INTELECTUAL - Parte isenta - A	rt.º 58.º di	EBF			VAL	OR 42	21			,
4A	ALIENAÇÃO ONE	ROSA DE DIREITOS REAIS S	OBRE B	ENS IM	ÓVEIS -	Art. 10	.°, n.° 1	, alinea	a) do	Código	do IRS	8
	Realização Ano Mês	Valor Ano Mês	Aquisição	Valor			as e Enc		Impo	sto pago strangeiro	no	Códi do Pa
430		. ,			,			,		÷	-,	
431	_ لىلىسا	· , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	<u> </u>		,	·		, [,	
4B	ALIENAÇÃO ONEROSA Realizaci	DE PARTES SOCIAIS E OUTR	OS VALO	RES M	OBILIÁR		rt. 10.°, pesas e	n.º 1, a				
	Códigos Ano Mês	Valor Ano Mês	quisição	Valor			pesas e cargos			sto pago trangeiro		Códig do Pa
450					,			,	-		,	_
		· ,			,		÷	,	-	•	,	
418, 4	420, 422, 423, 425 E NOS CAMPOS PI	REENCHIDOS DO QUADRO 48, BEM CON MENTOS DECLARADOS NO CAMPO 412?			SIM 1	NĂC	2	(n.º6, do	art.71.ºe	n.º8doart.	72.ºdo CIF	RS)

5 CONTAS DE DEPÓSITOS OU DE TÍTULOS ABERTAS EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO RESIDENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS BIAN BIAN BIC																																				
3 30.											Ĩ														_	Í	_									
Ш	Ш		ıΤ	Γ	Ū	Ι	Ι			Ī	Ī	I	Ī	I	Ī	I	Ī	I	Ι	Γ	Γ		Ī	╝	Ξ						Ū	I	Ι	Ξ	Ш	
	$\perp \bar{\perp} \perp$	$\perp \perp$	LΪ	Ī	LΪ	Ī	Ī	Ū	Ū	LΪ	Ī	Ī	Ī	Ī	Ī	Ī	Ī	Ī	Ĺ	Ī	Ĺ	LĪ	Ī	Ū			Ĺ		Ĺ	Ĺ	LĪ	Ī	Ī	Ī	ΙĪ	
	111	1.1	П	Ι		Т	Τ			IJ	-1	ı	- 1	П	1	ī	1	Т	T	ı	ı		- 1	- 1			1		ı	1	П	ı	Τ	ı		Т
1111	111	11	1 1	ī		Ť	ī				1	ī			1	ī	1	i	ī	i	ı		_	=							1 1	ī	Ť	ı		÷
				_	ш	_	_	_	117	BC.	0 11	ÚM*	E .	200	Р	EID		NTIF	ICA	C.F.	_	ш	_	_			_	_	_	_	ш	_	_	1	ш	
		1.1		_		_	_	_	101	RUS	5 N	UM	E1	103	_	- 10	-	VIII-	ICA	ÇA	-		-	_	-	_	_	_	-	_	_	_	_	_	_	_
	Į.			_	Ц	_	_	_	_	ш	_	_		<u> </u>	_	_	_	_	_	_	_	Ц	_	_	_	_	_	_	=	_						
6					DIS	CRI	MIN	IAÇ	ÃC	DO	os	RE	NI	DIMI	ΕN	ITO	s	овт	ID	os I	NO	ES	TR	ΑN	GE	IR	0									
	IDENTIF	ICAÇÃ	ODO	PAÍ:	s					M	OΝ	ΙΤΔΙ	NΤ	TE D	0		L				I	ИΡО)S	ТО	PΑ	GC					NG					
NÚMERO DO CAMPO DO		INSTAL			cór	OIGO	nor	AÍS		F	REN	NDIN	ИE	NTC)		L	N	10 P	AÍSI	DAI	ON	ΓE			DIE	RET	D PA	AIS DA	DO PO	AGE	NTE NÇA	PAG N.º 2	ADC 003	R 48/C	Œ
CAMPO DO QUADRO 4		SIM	NĀ	0	-	,,,,,,	001	AIU									Γ			VA	LOF				CI	DIC							VAL	OR		
لبنا	601				L	1	L									,							,				L	L	J	L						,
Liil	602				ī	1	ī	П	П			Ξ.				,	Γ			_			Ξ.		П		Г	ī	ī	Т			_			,
	603		+		ī	-	1	П	Т		_	Ť	_		_		t			_			,		Т		_		Ť	t			_			
			+	_	H	_		H	Н	-	-	_	-	_	-	,	t	-	_	-	-	_	,	_	Н	-	_		+	+	÷	_	_	_	_	,
بسب	604	-	+	_	Ļ			4	L		_	-	_	_	_	,	╀		_	-		_	,	_	H	_	_	_	<u> </u>	╀		_	-	_	_	,
لسا	605		\perp		L	L	L	Ц								,	L						,		L		L	L	<u>_</u>	L						,
لبنا	606				L	L	L									,	L						,		L	_	L	L	_	1						,
Liit	607		T		Τ	Т	1	П				٠.					Γ						,		П		_	ī	ī	Г						
	608		\top		Ť	-	-	Ħ			_	_				_	t	÷		_			,		H		_		Ť	t	÷					_
\vdash		_	+	_	H	_	_	H	-	•	_	_	-		-	,	╁	-	_	_	-	_	,	_	H		_	_	+	₩	-		_	_		,
بسيا	609		+		Ļ	_	_	Ц	_		_					,	Ļ			_	_		,		L	_	_	_	<u>_</u>	╀						,
لتتا	610				L	_	L	Ш								,	L						,			_	_	L		L						,
الساا	611				١Ĺ	ī	ī	IJÌ								, -	ľ						,		l		Ĺ	L	j	ſ						,
	612		\top		ī	1	_	Ħ			_	_					Ť						Ť		Г		_	_	Ť	Ť						
HH			+	_	H	-	-	H	Н	<u>. </u>	-	_	-	_	_	,	t	÷	_	_	-	_	,	_	۲	_	-		+	t	÷	_	_	_	_	,
بسب	613	-	+	_	Ļ		_	H	H		_	-	_	_	_	,	1		_	-	_	_	,	_	H	_	_	L	<u> </u>	+		_	-	_	_	,
لسا	614		1		L	L	L	Ц								,	L						,		L		_	L	<u>_</u>	1	٠					,
لبنا	615		L		L	L	L		L							,	L				_		,		Ц		L	L	⅃	L						,
Titl	616				Ī	ī	ī	П			_	_					Γ			_			,		Γ		ī	ī	ī	Γ			_			
	617		\top		Ť	1	1	Ħ				Ť				_	t			_			_		Т		_		ī	t			_			_
			+		H	_	_	H	\vdash	•	_	_			-	,	╀	•		_	_		,		H		_	_	<u>+</u>	╀	•		_			,
بسب	618	-	+		Ļ	_		4	L		_		_		_	,	1						,		H	_	_	_	<u> </u>	1	٠					,
لسا	619				L	L	L	Ц								,	L						,				L	L	_	1						,
التنا	620				L	1	L	ال								,							,				L	L								,
Tiil	621		Τ		ī	1	1	П				-					Ť			-					П		1	ı	Ī	T			-			,
	622		\top		ī	_	-	Ħ			_	_				_	t	_		_			,		H		_		Ť	t	Ť					
			+		H	_	-	H	\vdash	•		-	_		_	,	H	-		_	_		,		۲	-	_		+	+	-		_			,
ш	623	l	1		L	_	_	Ц	_							,	1						,		L	_	_	L		1	٠					,
		TO	DTAL													,	L						,		L					L						,
SEMENCIONO	DU, NO QU	ADRO 4, RI	ENDIME	NTC	OS NO	CAM	IPO 4	116 (F	PEN	SÕES	S), II	NDIG	UE	SEC	os	MESI	иO	SFOR	RAM	ATR	IIBU	DOS														
F	PELO SIST	EMA DE SI	EGURA	NÇA	soc	IALD	O P/	AÍS D	E O	RIGE	м	1		1					Pi	ORO	UTI	RASE	NT	IDAI	DES		2]							
7					R	ND	IME	NT	os	DE.	AN	os	A	NTE	R	IOR	ES	SINC	LU	ÍDO	osı	100	วบ	AD	RC	4		Ī		Ī						
Campo Q6																																				
ш																																				
8		IDE	NTIF	CA	CÃ	200	SE	NTI	DΔI	nes	:DI	VE	D	OR 4	2	DE	Q F	ND	ME	NTO	254	201	1 N	IF/N	IIP	î P	ΩP	TI	GI	ıÊs				-1.		=
	NIPC I	DA ENTIC		- N	ynt	T				DES		\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	-			IDIM			-162	1				NÇ.					1			ÇĀC	DE	SOB	RET	AXA
801	1 1	1 /	1	1	- 1	T				_									,	╛	Г			,				,	1							,
802		1 1	i	i	- 1																								٦							,
=	TA		_	÷	-	÷	0')EC	1.6	DA	MT	E P		DDF	-	ENIT	^	NTE	LE	201	10	II C	EC	TO	D P	E P	IE'	· Ó	CIC	20						
DA	ATA		Assin	atur			UL	EU	LA	KMI	411	L, K		- KE	.01	_rel	A	412		JAL		0 0	Ľð	101	K L			901	O1C	,3						
					_	_	Ξ	_	Ξ	_	Ξ		Ξ	_	Ξ		Ξ		_		_		=		Ξ	_	=	_	=	_		=		_		

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO J

Destina-se a declarar os rendimentos obtidos fora do território português, por residentes, e a identificar contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português.

Os sujeitos passivos devem conservar os documentos originais comprovativos dos rendimentos e do correspondente imposto pago no estrangeiro, emitidos pela autoridade fiscad dos) Estado(s) de onde são provenientes os rendimentos, bem como, se for caso disso, o(s) comprovativo(s) da natureza pública daqueles, para que possam ser disponibilizados à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) sempre que esta os collecte.

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO J

Os sujeitos passivos residentes, quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar, no ano a que respeita a declaração, tenham obtido rendimentos fora do território português ou sejam titulares de contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO J

Nos prazos e locais previstos para apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Este anexo é individual e em cada um apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos fora do território português, sendo os obtidos no território português declarados nos anexos respetívos.

Quadro 3A – IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO

Campo 04 – Destina-se a identificar o titular dos rendimentos obtidos fora do território português ou das contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português.

QUADRO 4 - RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

Em cada um dos campos deste quadro deverá ser inscrito o rendimento (bruto) **iliquido de quaisquer deduções**, segundo a sua natureza, bem como o imposto efetivamente suportado correspondente a esses rendimentos.

RENDIMENTOS	CAMPOS
Trabalho dependente (categoria A)	401 e 402
Pensões e rendas temporárias e vitalícias (categoria H)	416, 417 e 419
Rendimentos empresariais e profissionais (categoria B)	403, 404, 405, 406 e 426
Rendimentos de capitais (categoria E)	407, 408, 409, 410, 411, 418, 420, 422, 423 e
	424
Rendimentos prediais (categoria F)	412
Mais-valias e outros incrementos patrimoniais	415, e 425 e Quadros 4A e 4B

Campo 401 – Trabalho dependente

Na primeira coluna (Segurança Social) devem ser indicadas as contribuições obrigatórias para regimes de segurança social que incidiram sobre as respectivas remunerações do trabalho dependente, quando devidamente comprovadas.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) deverão ser inscritos os rendimentos brutos do trabalho dependente (ilíquidos de imposto pago e outras deduções), co**m exceção** dos provenientes do exercicio de funções públicas, uma vez que estes deverão ser indicados no campo 402.

Na terceira coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Na quarta coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português, incluindo a sobretaxa e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto de

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

Campo 402- Remunerações públicas

Na primeira coluna (Segurança Social) devem ser indicadas as contribuições obrigatórias para regimes da segurança social que incidiram sobre as respetivas remunerações, quando devidamente comprovadas.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) deverão ser inscritos os rendimentos brutos do trabalho dependente (liquidos de imposto pago e outras deduções), provenientes do exercício de funções públicas. As remunerações públicas pagas pelo Estado Portugués devem ser declaradas no anexo.

Na terceira coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Campos 403, 404 e 405 – Trabalho independente; rendimentos comerciais e industriais; agrícolas, silvícolas ou pecuários

Devem ser indicados em cada campo (primeira coluna – Montante do Rendimento) os rendimentos conforme a sua natureza, ilíquidos do imposto pago.

Na segunda coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Na terceira coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal, deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

Campo 406 – Propriedade Intelectual (rendimentos abrangidos pelo art. 58º do EBF – parte não isenta)

Deve ser indicada neste campo a **parte não isenta** dos rendimentos provenientes da propriedade intelectual (50%), que beneficiam da isenção prevista no art. 58.º do EBF.

A parte isenta deve ser indicada no campo 421.

Os restantes rendimentos da propriedade intelectual e da propriedade industrial auferidos pelo titular

Na segunda coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Campo 407 - Dividendos ou lucros - com retenção em Portugal

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos (ilíquidos) de participações sociais (lucros ou dividendos), devidos por entidades não residentes e pagos por entidades residentes que foram sujeitos a retenção de IRS, nos termos do n.º 2 do art. 71.º do Código do IRS.

Não devem ser incluídos, neste campo, os dividendos sujeitos a retenção nos termos do n.º 13 do art. 71.º do Código do IRS, os quais devem ser declarados no campo 424.

Os rendimentos desta natureza que não foram sujeitos a retenção em Portugal são de incluir no campo 420.

Quando for exercida a opção pelo englobamento (assinalando o campo 1 no fim do quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no art. 2° da Diretiva n.º 90/435/CEE, de 23 de julho, serão declarados por 50% do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS.

do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS. A opção pelo englobamento assinalada no campo 1, abrange não só os rendimentos constantes deste campo, como também os que constarem nos campos 408, 410, 414, 418, 420, 422 e 423.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante do imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos, e o valor que foi retido em território português.

No quadro 8 devem ser identificadas as entidades retentoras e indicado o imposto retido em Portugal.

Campo 408 – Juros referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS - sem retenção em Portugal, Exceto: rendimentos dos campos 418, 422, 423 e 424

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os juros a que se refere n.º 5 do art. 72.º, ou seja, aqueles que como tal são definidos no art. 5.º e mencionados no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS e que não foram sujeitos a retenção em Portugal de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo art., com exceção dos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE, que devem ser declarados num dos campos 418 do u422.

Os juros referidos no n.º 1 do art. 71.º são os decorrentes de depósitos à ordem ou a prazo, incluindo os dos certificados de depósito e de títulos de divida, nominativos ou ao portador, bem como os rendimentos de operações de reporte, contas de títulos com garantia de preço ou de outras operações similares ou afins.

Não devem ser incluídos os juros referidos no $\rm n.^o$ 12 do art. 72.º do Código do IRS, os quais devem ser declarados no campo 424.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

A tributação autónoma ou opção pelo englobamento destes rendimentos deve ser indicada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento assinalada no campo 1, abrange não só os rendimentos constantes deste campo como também os que constarem nos campos 407, 410, 414, 418, 420, 422 e 423. Com referência aos anos de 2006 e anteriores, sendo nestes anos o englobamento destes rendimentos obrigatório, será o mesmo assumido automaticamente na liquidação do imposto.

Campo 409 – Royalties e Assistência Técnica

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicadas as retribuições de qualquer natureza atribuidas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor, de uma marca de fabrico ou de um processo secreto e de uma patente, quando não auferidas pelo titular originário, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 410 – Rendimentos de valores mobiliários com retenção em Portugal Exceto: Rendimentos campos 407, 418 e 422

Neste campo devem ser declarados os rendimentos de valores mobiliários que foram sujeitos a retenção no termos do n.º 2 do art. 71.º do Código do IRS, com exceção dos lucros ou dividendos (campo 407) e do rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE (campos 418 e 422). Não devem se incluídos os rendimentos de capitais a que se refere o n.º 13 do art. 71.º do Código do IRS, os quais dever ser declarados no campo 424.

A primeira coluna (Montante do Rendimento) destina-se a indicar os rendimentos de valores mobiliários devidos por entidades que não tenham aqui domicilio a que possa imputar-se o pagamento, pagos ou colocados á disposição dos respetivos titulares, residentes em território português, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros, de acordo com o disposto no n.º 2 do art 71.º do Código do IRS.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos e o valor que foi retido em território português.

No quadro 8 devem ser identificadas as entidades retentoras e indicado o imposto retido em Portugal

A opção pela tributação autónoma ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 constantes na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento assinalada no campo 1, abrange não só os rendimentos constantes deste campo, como também os que constarem nos campos 407, 408, 414, 418, 420, 422 e 423.

Neste campo devem ser declarados os rendimentos de capitais não referidos no n.º 5 (campo 408) e no n.º 12 (campo 424) do art. 72.º do Código do IRS, ou seja os que não estão previstos no n.º 1 do art. 71.º do mesmo código, com exceção dos declarados no campo 409.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos de outras aplicações de capitais.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 411 - Outros rendimentos de capitais não referidos no n.º 5 e n.º 12 do art. 72.º do Código do IRS – sem retenção em Portugal

Neste campo devem ser declarados os rendimentos de capitais não referidos no n.º 5 (campo 408) e no n.º 12 (campo 424) do art. 72.º do Código do IRS, ou seja os que não estão previstos no nº 1 do artº 71º do mesmo código, com exceção dos declarados no campo 409.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos de outras aplicações de

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos

Campo 412 - Pendimentos Prediais

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) deve ser indicado o rendimento líquido das despesas suportadas com a conservação e manutenção dos mesmos, mas ilíquido de imposto pago no estrangeiro.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Se a declaração respeitar aos anos de 2013 e seguintes o titular dos rendimentos pode optar pelo englobamento ou pela tributação autónoma a qual pode ser formalizada no fim do Quadro 4B assinalando os campos 1 ou 2, respetivamente. A opção pelo englobamento assinalada no campo 1, determina a tributação por englobamento dos rendimentos de capitais e mais-valias de valores mobiliários declarados neste e

Campo 415 - Outros incrementos patrimoniais (exceto mais-valias)

Neste campo devem ser declarados os incrementos patrimoniais, com exceção das mais-valias declaradas nos quadros 4A e 4B.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os valores respeitantes aos acréscimos patrimoniais, nomeadamente as indemnizações e as importâncias recebidas pela assunção de obrigações de não concorrência.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 416 – Pensões

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser inscritos os valores brutos de pensões (iliquidos de imposto suportado no estrangeiro ou outras deduções) que **não** sejam pagos em consequência do exercício de um emprego ou cargo público anterior (campo 417).

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 417 – Pensões públicas

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos brutos (ilíquidos de imposto suportado no estrangeiro ou outras deduções) pagos em consequência do exercício de um emprego ou cargo público anterior.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 418 – Rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE Países/Territórios – Período de transição – art. 10.º da Diretiva

Neste campo devem ser declarados os rendimentos abrangidos pelo período de transição previsto no art.10.º da Diretiva da Poupança que foram sujeitos a retenção nos termos dos arts. 11.º e 17.º da Diretiva nº 2003/48/CE, de 3 de junho. Os rendimentos não abrangidos pelo período de transição devem ser declarados no campo 422.

Os rendimentos e as respetivas retenções devem ser discriminados no quadro 6

Os países ou territórios abrangidos pelo período de transição que efetuam retenção na fonte nos termos da Diretiva da Poupanca são os seguintes:

- Estados membros: Áustria, Bélgica (até 31 de dezembro de 2009) e Luxemburgo
 Países terceiros: Andorra, Liechtenstein, Mónaco, São Marino e Suíca:
- Países terceiros: Andorra, Liechtenstein, Monaco, Sao Manno e Suiça; - Territórios dependentes ou associados: Antilhas Holandesas (até 31 de dezembro de 2010), Curaçao (a partir de 1 de janeiro de 2011), Guernsey (até 30 de junho de 2011), Ilhas Turcas e Caicos (até 31 de dezembro de 2011), Ilhas Turcas e Caicos (até 31 de dezembro de 2011), Ilhas Virgens Británicas (até 31 de dezembro de 2011), Jersey e Saint Maarten (a partir de 1 de janeiro de 2011).

Os rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança são os seguintes:

- Juros pagos ou creditados em conta referentes a créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, nomeadamente os rendimentos da divida pública e de obrigações de empréstimos, incluindo prémios atinentes a esses títulos:
- Juros vencidos ou capitalizados realizados na altura da cessão, do reembolso ou do resgate dos créditos referidos no ponto anterior;
 Rendimentos provenientes de pagamentos de juros, quer estes sejam efetuados diretamente, quer
- Rendimentos provenientes de pagamentos de juros, quer estes sejam efetuados diretamente, quer por intermédio de uma entidade referida no n.º 2 do art. 4.º da Diretiva da Poupança (2003/48/CE), distribuídos por:
 - Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) autorizados nos termos da Diretiva 85/611/CEE;
 - ii) Entidades que beneficiem da possibilidade prevista no n.º 3 do art. 4.º da Diretiva da Poupança;
- Organismos de investimento coletivo estabelecidos fora do território referido no art.
 7.º da Diretiva da Poupança.
- Rendimentos da cessão, do reembolso ou do resgate de partes ou unidades de participação nos organismos e entidades atrás mencionadas, caso tenham investido, direta ou indiretamente, por intermédio de outros organismos de investimento coletivo ou autoridades mais de 40% do seu ativo em créditos referidos no ponto inicial.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos sujeitos a retenção na fonte no país do agente pagador nos termos da Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE, discriminando-se os valores das respetivas retenções no quadro 6.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos e o valor que, eventualmente, tenha sido retido em território português.

No quadro 8 deve proceder-se à identificação das entidades retentoras de IRS e à indicação do valor do imposto retido em Portugal.

Campo 419 - Rendas temporárias ou vitalícias

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos auferidos a título de rendas temporárias ou vitalícias, conforme estão previstas na alínea d) do n.º 1 do art. 11.º do Código do IRS.

Campo 420 - Dividendos ou lucros sem retenção em Portugal

Neste campo devem ser declarados os lucros e os dividendos que não foram sujeitos a retenção na fonte em Portugal, nos mesmos termos e condições referidas nas instruções do campo 407.

Neste campo não devem ser incluídos os rendimentos de capitais a que se refere o n.º 12 do art. 72.º do Código do IRS, os quais devem ser declarados no campo 424.

Quando for exercida a opção pelo englobamento (assinalando o campo 1 no fim do quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no ant. 2º da Direitiva n.º 90/435/CEE, de 23 de Julho, serão declarados por 50% do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º 40 do Código do IRS.

A opção pelo englobamento assinalada no campo 1, abrange não só os rendimentos constantes deste campo, como também os que constarem nos campos 407, 408, 410, 414, 418, 422 e 423.

Campo 421 - Rendimentos da Propriedade Intelectual Isentos Parcialmente - Art. 58.º do EBF

Destina-se este espaço à indicação da parte isenta dos rendimentos da propriedar parte sujeita a imposto ser mencionada no campo 406.

Campo 422 – Rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE Restantes Países não abrangidos pelo período de transição – art. 10.º da Diretiva

Neste campo devem ser declarados, os rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança nº 2003/48/CE, de 3 de junho, com exceção dos que devem ser declarados no campo 418 por serem devidos ou pagos por entidades localizadas em país ou território abrangido pelo período de transição.

Os rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança são os seguintes:

- Juros pagos ou creditados em conta referentes a créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, nomeadamente os rendimentos da divida pública e de obrigações de empréstimos, incluindo prémios atinentes a esses títulos;
 Juros vencidos ou capitalizados realizados na altura da cessão, do reembolso ou do resgate dos
- Juros venciosos ou capitalizados realizados na altura da cessao, do reemboiso ou do resgate dos créditos referidos no ponto anterior;
 Rendimentos provenientes de pagamentos de juros, quer estes sejam efetuados diretamente, quer por intermédio de uma entidade referida no n.º 2 do art. 4.º da Diretiva da Poupança (2003/48/CE), distribuidos por:
 - Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) autorizados nos termos da Diretiva 85/611/CEE;
 - Entidades que beneficiem da possibilidade prevista no n.º 3 do art. 4.º da Diretiva da v) Poupança
- roupança:
 vi) Organismos de investimento coletivo estabelecidos fora do território referido no art.
 7º da Diretiva da Poupança.
 Rendimentos da cessão, do reembalos ou do resgate de partes ou unidades de participação nos
 organismos e entidades atrás mencionadas, caso tenham investido, direta ou indiretamente, por
 intermédio de outros organismos de investimento coletivo ou autoridades mais de 40% do seu ativo em
 créditos referidos no ponto inicial.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos e na terceira o imposto que eventualmente tenha sido retido em Portugal. No quadro 8 deve proceder-se à identificação das entidades retentoras de IRS e à indicação do valor do imposto retido em Portugal.

Campo 423 – Outros rendimentos referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, sem retenção em Portugal - exceto: Rendimentos campos 408, 418, 420, 422 e 424

Neste campo devem ser declarados os rendimentos referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS que não tenham sido sujeitos a retenção na fonte em Portugal, com exceção de juros (campo 408), dos lucros (campo 420) e dos rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança (campos 418 e 422) e dos referidos no n.º 12 do art. 72.º do Código do IRS (campo 424)

Campo 424 - Rendimentos de capitais referidos no n.º 12 do art. 72.º do Código do IRS

Neste campo devem ser declarados os rendimentos de capitais devidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português, que sejam domiciliadas em pais, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favoráves.

Campo 425 - Instrumentos financeiros derivados, warrants autónomos e certificados

Neste campo devem ser declarados os rendimentos líquidos provenientes de operações relativas a instrumentos financeiros derivados referidos nas alíneas e) a g) do n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS, com exceção dos ganhos decorrentes de operações swaps, previstos na alínea q) do n.º 2 do art. 5.º do Código do IRS, que serão de declarar no campo 411 ou campo 423 conforme tenham ou não sofrido retenção em Portugal.

Campo 426 – Rendimentos da propriedade intelectual ou industrial, rendimentos de capitais e prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, saldo positivo das mais e menos-valias e restantes incrementos patrimoniais

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados:

- Os valores respeitantes a rendimentos da cedência ou utilização temporária da propriedade intelectual ou industrial ou da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, quando auferidos pelo seu titular originário, que não cumpram os requisitos previstos no art. 58.º do EBF;
- Os rendimentos prediais e de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e
- Os valores respeitantes ao saído positivo das mais e menos valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresarias e profissionais, definidas nos termos do art. 46.º do Código do IRC, designadamente as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaiscure bens afetos ao ativo da empresa e, bem assim, do saído positivo das mais e menos valias que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais.

Na segunda coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Na terceira coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal, deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

QUADRO 4A - Alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis

Destina-se a declarar:

A alienação onerosa de direitos reais sobre bens imóveis (direito de propriedade e direitos re menores, como o de usufruto, de superficie, de uso e habitação);

Na coluna "Titular" deve ser identificado o títular ou titulares do direito, com a utilização dos códigos abaixo

A = Sujeito Passivo A (incluindo os casos de compropriedade dos dois cônjuges no ano do óbito de um deles)

B = Sujeito Passivo B

D2 = Dependente não deficiente

C = Se o bem alienado pertencer em comum aos sujeitos passivos A e B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3 B e/ou 3 C da declaração modelo 3 de IRS (rosto):

D1 = Dependente não deficiente DD1 = Dependente deficiente

F = Falecido (no ano do óbito, caso exista sociedade conjugal, havendo rendimentos auferidos em vida pelo falecido, deve o titular desses rendimentos ser identificado com a letra "F", cujo número fiscal deve constar no quadro 7A do rosto da declaração).

DD2 = Dependente deficiente

Na coluna "Realização" deve ter-se em conta que a data de realização é a do ato ou contrato de alienação, tendo a mesma natureza, para este efeito, o contrato promessa de compra e venda com tradição do imóvel.

Na coluna "Aquisição", deve ter-se em conta que a data de aquisição corresponde àquela em que foi realizado o ato ou contrato de aquisição. O valor de aquisição é determinado de harmonia com as regras previstas nos arts. 45° a 47.º do Código do IRS.

Na coluna "Despesas e encargos" são inscritos os encargos com a valorização dos bens **comprova** realizados nos últimos cinco anos e as despesas necessárias e efetivamente praticadas, ine aquisição e à alienação do bem transmitido (art. 51,* do Código do IRS).

Na coluna "Imposto pago no Estrangeiro" deve ser indicado o imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Na coluna "Código do País" deve indicar o código do país onde se situa o imóvel alienado, utilizando para esse efeito a tabela que consta na parte final das instrucões deste anexo.

A liquidação automática assegura a consideração de apenas 50% do saldo entre as mais-valias e as menos-valias realizadas respeitantes a transmissões efetuadas por residentes, nos termos do n.º 2 do art. 43.º do Código do IRS, bem como a aplicação do coeficiente de correção monetária ao valor de aquisição. Asám, todos os valores devem ser inscritos neste quadro pela totalidade, dentro das regras anteriormente referidas.

QUADRO 4B - Alienação onerosa de partes sociais e outros valores mob

estina-se a declarar a alienação onerosa de partes sociais (quotas e ações) e outros valores mobiliários, m exceção das partes sociais e outros valores mobiliários, cuja titularidade o alienante tenha adquirido até 31 de dezembro de 1988

Na coluna "Titular" deve ser identificado o titular ou titulares do direito, com a utilização dos códigos abaixo

- = Sujeito Passivo A (incluindo os casos de compropriedade dos dois cônjuges no ano do óbito de um deles)

 B = Sujeito Passivo B

 C = Se o bem alienado pertencer em comum aos sujeitos passivos A e B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3 B e/ou 3 C da declaração modelo 3 de IRS (rosto):

F = Falecido (no ano do óbito, caso exista sociedade conjugal, havendo rendimentos auferidos em vida pelo falecido, deve o titular desses rendimentos ser identificado com a letra "F", cujo número fiscal deve constar no quadro 7A do rosto da declaração).

Na coluna "Códigos" devem ser utilizados os códigos constantes da seguinte tabela:

Códigos	Valores Mobiliários
01	Ações
02	Quotas
03	Obrigações e outros títulos de dívida
04	Outros valores mobiliários

As restantes colunas devem ser preenchidas da seguinte forma:

- As operações de alienação podem ser declaradas agregando os valores mobiliários por ano de aquisição. Quando o número de campos se mostre insuficiente para se poder indicar cada uma das alienações deve ser entregue declaração global, caso em que se deve indicar como data de aquisição a mais antiga e como data de realização a mais moderna;

 O valor de realização é determinado de acordo com as regras estabelecidas no art. 44.º do

- O valor de realização é determinado de acordo com as regras estabelecidas no art. 44.º do Código do IRS;
 O valor de aquisição é determinado nos termos dos art.s 45.º e 48.º do Código do IRS;
 Na coluna "Despesas e encargos" apenas poderão ser inscritas as despesas necessárias e fetrivamente praticadas inerentes à alienação;
 Na "Imposto pago no Estrangeiro" deve ser indicado o montante do imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos;
 Na coluna "Código do País" deve indicar o código do país da fonte dos rendimentos, utilizando ra esse efeito a tabela que consta na parte final das instruções deste anexo.

A opção pelo englobamento ou pela tributação autónoma destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro, respetivamente. A opção pelo englobamento assinalada no campo 1, abrange não só os rendimentos constantes neste quadro, como também os que constarem nos campos 407, 408, 410, 418, 420, 422, 423 e 425, bem como, relativamente aos rendimentos dos anos de 2013 e seguintes, os declarados no campo 412.

OPCÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA OU ENGLOBAMENTO

O titular dos rendimentos indicados nos campos 407, 408, 410, 418, 420, 422, 423 e 425 do Quadro 4 e nos campos do Quadro 4B, bem como, no que respeita aos rendimentos prediais indicados no campo 412 auferidos nos anos de 2013 e seguintes, pode optar pelo seu englobamento, devendo assinalar para esse efeito o campo 1.

A opção pelo englobamento implica que sejam também englobados os rendimentos de capitais, as maisvalias respeitantes a valores mobiliários e os rendimentos prediais, declarados noutros anexos pelos membros do agregado, assim como os rendimentos liquidos das categorias A e B de atividades de elevado valor acrescentado (declarados nos anexos A, B, C ou neste anexo) e todos os rendimentos obtidos no estrangeiro auteridos por residentes não habituais, bem como de outros rendimentos em que sia legislação preveja o direito de opção de englobamento, tal como dispõe o n.º 5 do art. 22.º do Código do IRS.

QUADRO 5 - CONTAS DE DEPÓSITOS OU DE TÍTULOS ABERTAS EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO RESIDENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Destina-se a identificar as contas de depósito ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português, em nome do titular identificado no campo 04 do quadro 3A, conforme dispõe o n.º 6 do art. 63.ºA da Lei Geral Thúbutária.

As referidas contas deverão ser identificadas através dos seguintes elementos:

IBAN - International Bank Account Number (número internacional de conta bancária - máximo 34

BIC - Bank Identifier Code (código de identificação do banco – máximo 11 carateres).

Não podendo as contas ser identificadas pelo IBAN ou BIC deverá identificar o respetivo número. QUADRO 6 - DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

No preenchimento deste quadro, deve mencionar na primeira coluna o campo do quadro 4 onde os rendimentos foram declarados.

Na segunda coluna (Instalação Fixa) deve assinalar com a sigla X se possui ou não instalação fixa no país da fonte dos rendimentos declarados nos campos 403, 404 e 405.

Na terceira coluna, será de identificar o código do país da fonte dos rendimentos (consultar tabela no final destas instruções).

Na quarta coluna deve indicar o rendimento obtido no país identificado na coluna anterior.

Na quinta coluna deve indicar o imposto suportado no país da fonte

A coluna "No País do Agente Pagador/Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE" só deve ser utilizada nos casos em que foi efetuada retenção no país do agente pagador nos termos dos arts. 11.º e 17.º da Diretiva da Poupança (Diretiva n.º 2003/48/CE), cujos rendimentos e retenções foram mencionados no campo 418. Neste caso deve indicar o código do país que efetuou a respetiva retenção na fonte e o seu valor. Os países ou territórios que efetuam retenções nos termos da referida diretiva são os referidos nas instruções do campo 418.

Se mencionou rendimentos no campo 416 (Pensões) indique se tiveram origem no sistema da segurança social do país de origem, assinalando o quadro 1, ou se tiveram origem noutras entidades, caso em que deve assinalar o quadro 2. Tal indicação visa enquadrar o rendimento das pensões à luz das convenções celebradas entre Portugal e os outros países sobre dupla tributação internacional.

QUADRO 7 - RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUÍDOS NO QUADRO 4

Os sujeitos passivos que tenham auferido rendimentos das categorias A (trabalho dependente), F (prediais) ou H (pensões), relativos a anos anteriores declarados nos campos 401, 402, 412, 416 e 417, caso pretendam beneficiar do desagravamento de taxa previsto no art. 74º do Código do IRS, devem indicar o código do campo do quadro 6, o valor desses rendimentos e o número de anos a que respettam.

QUADRO 8 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES DEVEDORAS DE RENDIMENTOS COM NIF/NIPC PORTUGUÊS

Destina-se a identificar fiscalmente as entidades com NIF/NIPC português e a indicar os valores dos rendimentos pagos e, eventualmente, a retenção na fonte de IRS e da sobretaxa que foi efetuada.

Assinaturas

O anexo deve ser assinado pelo titular dos rendimentos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura constitui motivo de recusa da declaração

LISTA DE PA	AÍSES, TEF	RRITÓRIOS OU REGI	ÕES E RESP	ETIVOS CÓDIGO	s
PAÍS	CÓDIGO	PAÍS	CÓDIGO	PAÍS	CÓDIGO
Afeganistão	4	Granada	308	Nigéria	566
África do Sul	710	Grécia	300	Niuê	570
Alanda	248	Gronelândia	304	Noruega	578
Albânia	8	Guadalupe	312	Nova Caledónia	540
Alemanha	276	Guame	316	Nova Zelândia	554
Andorra	20	Guatemala	320	Omã	512
Angola	24	Guernesey	831	Países Baixos	528
Anguilla	660	Guiana	328	Palau	585
Antiga República Jugoslava da Macedónia	807	Guiana Francesa	254	Panamá	591
Antígua e Barbuda	28	Guiné	324	Papua-Nova Guiné	598
Arábia Saudita	682	Guiné Equatorial	226	Paquistão	586
Argélia	12	Guiné-Bissau	624	Paraguai	600
Argentina	32	Haiti	332	Peru	604
Arménia	51	Honduras	340	Polinésia Francesa	258

Aruba	533	Hong-Kong	344	Polónia	616
Austrália	36	Hungria	348	Porto Rico	630
Áustria	40	lémen	887	Quénia	404
Azerbaijão	31	Ilha de Man	833	Quirguistão	417
Baamas	44	Ilha do Natal	162	Quiribáti	296
Bangladesh	50	Ilha Norfolk	574	Reino Unido	826
Barbados	52	Ilhas Caimão	136	República Centro- Africana	140
Barém	48	Ilhas Cook	184	República Checa	203
Bélgica	56	Ilhas dos Cocos	166	República Democrática do Congo	180
Belize	84	Ilhas Falkland (Malvinas)	238	República Dominicana	214
Benim	204	Ilhas Marianas do Norte	580	Reunião	638
Bermudas	60	Ilhas Marshall	584	Roménia	642
Bielorrússia	112	Ilhas Pitcairn	612	Ruanda	646
Bolívia	68	Ilhas Salomão	90	Russia	643
Bonaire, Saint Eustatius e Saba	535	Ilhas Turcas e Caicos	796	Saint-Martin (Francesa)	663
Bósnia-Herzegovina	70	Ilhas Virgens Britânicas	92	Salvador	222
Botsuana	72	Ilhas Virgens dos Estados Unidos	850	Samoa	882
Brasil	76	Índia	356	Samoa Americana	16
Brunei	96	Indonésia	360	Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha	654
Bulgária	100	Irão	364	Santa Lúcia	662
Burquina Faso	854	Iraque	368	Santa Sé / Estado da Cidade do Vaticano	336
Burundi	108	Irlanda	372	São Bartolomeu	652
Butão	64	Islândia	352	São Cristóvão e Neves	659
Cabo Verde	132	Israel	376	São Marinho	674
Camarões	120	Itália	380	São Pedro e Miquelão	666
Camboja	116	Jamaica	388	São Tomé e Príncipe	678
Canadá	124	Japão	392	São Vicente e Granadinas	670
Catar	634	Jersey	832	Sara Ocidental	732
Cazaquistão	398	Jibuti	262	Seicheles	690
Chade	148	Jordânia	400	Senegal	686
Chile	152	Koweit	414	Serra Leoa	694
China	156	Laos	418	Sérvia	688
Chipre	196	Lesoto	426	Singapura	702
Colômbia	170	Letónia	428	Sint Maarten (Holandesa)	534
Comores	174	Líbano	422	Síria	760
Congo	178	Libéria	430	Somália	706
Coreia do Norte	408	Líbia	434	Sri Lanca	144
Coreia do Sul	410	Listenstaine	438	Suazilândia	748

Costa do Marfim	384	Lituânia	440	Sudão	729 728
Costa Rica	188	Luxemburgo	442		
Croácia	191	Macau	446	Suécia	752
Cuba	192	Madagáscar	450	Suíça	756
Curaçau	531	Maiote	175	Suriname	740
Dinamarca	208	Malásia	458	Svalbard e Jan Mayen	744
Dominica	212	Maláui	454	Tailândia	764
Egipto	818	Maldivas	462	Tajiquistão	762
Emirados Árabes Unidos	784	Mali	466	Tanzânia	834
Equador	218	Malta	470	Timor Leste	626
Eritreia	232	Marrocos	504	Togo	768
Eslováquia	703	Martinica	474	Tonga	776
Eslovénia	705	Maurícia	480	Toquelau	772
Espanha	724 Mauritânia 478 Trindade e Tobago		780		
Estado da Palestina	275	México	484	Tunísia	788
Estados Unidos da América	840	Mianmar/Birmânia	104	Turquemenistão	795
Estónia	233	Micronésia	583	Turquia	792
Etiópia	231	Moçambique	508	Tuvalu	798
Faroé	234	Moldávia	498	Ucrânia	804
Fiji	242	Mónaco	492	Uganda	800
Filipinas	608	Mongólia	496	Uruguai	858
Finlândia	246	Monserrate	500	Usbequistão	860
França	250	Montenegro	499	Vanuatu	548
Gabão	266	Namíbia	516	Venezuela	862
Gambia	270	Nauru	520	Vietname	704
Gana	288	Nepal	524	Wallis e Futuna	876
Geórgia	268	Nicarágua	558	Zâmbia	894
Gibraltar	292	Niger	562	Zimbabué	716

DE 2015	*							2	ANO I	OS REND	IMENTOS
JANEIRO	DECLARAÇÃO D	BUTARIA E ADUANEIRA E RENDIMENTOS - IRS MODELO 3 Anexo L	RESIDENTE NÃO HABITUAL								
MODELO EM VIGOR A PARTIR DE .	3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)										
PAR	Sujeito passivo A NIF 02 Sujeito passivo B NIF 03										
OR A	A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO NIF					04		TI		1	
M VIG	4 RENDIMENTOS OBTIDOS NO TERRITÓRIO NACIONAL										
9	4A CATEGORIA A - RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE (ANEXO A)										
ODE	NIF DA ENTIDADE PAGADORA RENDIMENTO (ANEXO A) ACTIVIDADE RENDIMENTO										
Σ		401	لتتلييا							-, -	
		402	لتتلييا	للا		للبلا					
		403				لبنا				_,_	
		404	التبلييا			Ш				,	
	4B	CATE	GORIA B - RENDI	MENTOS PR	OFISSIO	IAIS - REGIME	SIMF	PLIFICADO	(ANEXO	B)	
		NIF DA EN	ITIDADE PAGADORA	CAMPO DO QUA ANEXO	DRO 4 DO	CÓDIGO ACTIVIDADE		RENI	IMENTO		
		420	لتتلييا	Ш		لبيا				. 1	
		421	لتبلينا	ш		Ш					
		422		Ш		ш				,	
		423	لتتلييا	ـــــا		ш				,	
	4C	CATEGORIA E	B - RENDIMENTOS	PROFISSIO	NAIS - RI	GIME CONTAI	BILIDA	ADE ORGA	NIZADA (ANEXO C)	
	MIC DA ENTIDADE RAGADORA CÓDIGO RESULTADO										
		460		ACTIVIDADE		LUCRO		P	REJUÍZO		
		400					,			,	
		461 462 462					,		_		
took wa sent		463			-	•	,		_	-	
aresped a resped		400		سسر			,			,	
a admin so lotar	5 RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO (ANEXO J)										
metals mean	CAMPO I	DO QUADRO 6 DO	CÓDIGO CAT.	PAÍS	DENI	MENTO	co	M IMPOSTO PA	GO NO	SEM IMPOSTO	D PAGO
a riĝopi	501	ANEXO J A	TIVIDADE A ou B	1.1.1			_	ESTRANGEIF		NO ESTRANI	GEIRO
is legal aso aind	502					,	÷	-	,		Ħ
tribulçã en do, o	503					,			,		
do des a met dev	504					,			,		
rossecuç le da Irrito	6		0	PCÕES POR	REGIME	S DE TRIBUTA	CÃO				
o ee û pi bi afravî fârias.	6A		RENDIMENTOS	,			* '	CRESCENT	ADO		
esfrand prespet lei stribu											
datas recebelar alla processa da standa menta, balartaria da il prossaccipio cha afrata joba legairen la corredota antirista impoli fico. Precessado podeno percessa da ferrando que lesa das recepio atravia da interesta devenda, caso amba na oposacam cooder da sas correcção ou altamentorios termos da sia sirbatárias.	PI	RETENDE A TRIBUTAÇÃO	D AUTÓNOMA 1		OU OPT	PELO SEU ENGLO	DBAMEN	(TO 2	N.º 8 do	art. 72.º DO CIR	S
Acresios nação qui non os ter	6B	RENDIMENTO	IS OBTIDOS NO ES	STRANGEIR) - ELIMII	ACÃO DA DU	PLA T	RIBUTAÇÃ) INTER	NACIONAI	
sados a. rá inform diament	Relativamente a	aos rendimentos auferidos				,					
process accept ac accept accept accept accept accept accept accept accep	Categoria A Enduados no estarrageiro; Categoria El regularios a atividados de elevado valor acrescentado que possam ser tributados no estarageiro; Categoria El F, ou Ol que possam ser tributados no estarageiro; Categoria El F, duo Ol que possam ser tributados no estarageiro; Categoria H El Mostado no estarageiro ou dostidos no terrificação ou coloridos no estarageiro;										
dos silk, poderik correct,											
s dados recofri s interessados proceder à sua	Indique o método que pretende: MÉTODO DE ISENÇÃO 3 MÉTODO DE CRÉDITO DE IMPOSTO 4 A1.81º DO CIRS							ı			

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXOI

Destina-se a declarar os rendimentos auferidos por residentes não habituais em território português, em atividades de elevado valor acrescentado, com caráter científico, artístico ou técnico, tal como se encontram identificadas na tabela constante no fim destas instruções (categorias A e B), destinando-se ainda a evidenciar a opção pelo método pretendido para eliminar a dupla tributação internacional relativamente âqueles rendimentos, bem como aos rendimentos das categorias E, F, G e H obtidos no estrangeiro.

Considera-se que são residentes não habituais os sujeitos passivos que, tornando-se fiscalmente residentes, não tenham em qualquer dos cinco anos anteriores sido tributados como tal em sede de IRS (n,º 6 do art 16.º do Código do IRS).

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO L

O titular de rendimentos que se encontre registado como residente não habitual em território português para efeitos fiscais.

Este anexo é individual e, em cada um, apenas podem constar os elementos respeitantes a um titula

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO I

A declaração que integre o anexo L deve ser enviada pela internet nos prazos previstos para a entrega da declaração modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 4 - RENDIMENTOS OBTIDOS EM PORTUGAL

Os rendimentos de elevado valor acrescentado a identificar nos quadros seguintes devem constar também nos anexos respetivos (A, B ou C).

QUADRO 4A - CATEGORIA A - RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE

Devem ser indicados os rendimentos do trabalho que foram mencionados no anexo A, auferid residente não habitual, no âmbito das atividades de elevado valor acrescentado, tal como se indica

- Na primeira coluna devem ser identificadas as entidades que pagaram os rendimentos;
- Na segunda coluna devem ser indicados os códigos dos rendimentos utilizados no Anexo A para os declarar:
- Na terceira coluna devem ser indicados os códigos das atividades exercidas a que respeitam os rendimentos (ver tabela no fim destas instruções);
- Na quarta coluna devem ser indicados os rendimentos ilíquidos de quaisquer deduções auferidos no âmbito das atividades de elevado valor acrescentado.

QUADRO 4B - RENDIMENTOS PROFISSIONAIS - REGIME SIMPLIFICADO (ANEXO B)

O preenchimento deve efetuar-se da seguinte forma:

- Na primeira coluna devem ser identificadas as entidades que pagaram os rendimentos;
- Na segunda coluna deve indicar-se o número do campo do quadro 4A do anexo B onde foi indicado o indimento, correspondente à atividade de elevado valor acrescentado, auferido pelo residente não
- Na terceira coluna deve indicar-se o código da atividade de elevado valor acrescentado, de acordo com a tabela constante da parte final destas instruções, devendo utilizar-se o código 999 para os rendimentos que resultaram da propriedade intelectual, industrial ou *know-how*;
- Na quarta coluna deve indicar-se o valor do rendimento mencionado no quadro 4A do anexo B, que corresponde a atividade de elevado valor acrescentado.

QUADRO 4C - RENDIMENTOS PROFISSIONAIS - REGIME CONTABILIDADE ORGANIZADA (ANEXO C)

Devem ser indicados os resultados (lucro tributável ou prejuízo fiscal) dos rendimentos profissionais, cuja determinação se tenha efetuado com base na contabilidade, que correspondam a atividades de elevado valor acrescentado, abrangendo a propriedade intelectual, industrial ou *know-how*, tal como se encontram elencadas na tabela constante no fim destas instruções.

O preenchimento deve efetuar-se da seguinte forma

- Na primeira coluna devem ser identificadas as entidades que pagaram os rendimentos;
- Na segunda coluna, deve indicar-se o código da atividade de elevado valor acrescentado, de acordo com a tabela constante da parte final destas instruções, devendo utilizar-se o código 999 para os rendimentos que resultaram da propriedade intelectual, industrial ou know-how;
- Na terceira coluna, devem ser indicados os resultados positivos do exercício que respeitem a atividades de elevado valor acrescentado
- Na quarta coluna, devem ser indicados os resultados negativos do exercício que respeitem a atividades de elevado valor acrescentado.

QUADRO 5 - RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO (ANEXO J)

Devem ser indicados os rendimentos obtidos no estrangeiro que correspondam a atividades de elevado valor acrescentado que se enquadrem nas categorias A e B, devendo identificar-se separadamente os rendimentos que foram tributados no estrangeiro dos que não foram tributados. O preenchimento deve efetuar-se da sequinte foram efetuar-se da seguinte forma:

- Na primeira coluna, deve indicar-se o campo do quadro 6 do anexo J no qual foi mencionado o rendimento obtido no estrangeiro correspondente à atividade de elevado valor acrescentado;
- Na segunda coluna deve indicar-se o código da atividade de elevado valor acrescentado, de acordo com a tabela constante da parte final destas instruções, devendo utilizar-se o código 999 para os rendimentos que resultaram da propriedade intelectual, industrial ou know-how;
- Na terceira coluna deve indicar se os rendimentos atrás referidos se enquadram na categoria A ou na categoria B do IRS, utilizando para o efeito as letras A ou B, respetivamente;
- Na quarta coluna deve indicar-se o código do país (ver tabela constante no fim das instruções do anexo J) onde foi obtido o rendimento proveniente da atividade de elevado valor acrescentado;
- Na quinta coluna deve indicar-se o rendimento correspondente à atividade de elevado valor
- Na sexta coluna deve indicar-se o valor do imposto pago no estrangeiro relativo ao rendimento correspondente à atividade de elevado valor acrescentado;
- Na sétima coluna deve ser assinalado se os rendimentos obtidos no estrangeiro não suportaram qualquer imposto nesse país.

QUADRO 6 - OPCÕES POR REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

Destina-se a permitir o exercício das opções previstas no Código do IRS.

QUADRO 6A - RENDIMENTOS DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO

O titular dos rendimentos de elevado valor acrescentado pode optar pela tributação autónoma, assinalando o campo 1, ou pelo englobamento, assinalando o campo 2.

A opção pelo englobamento implica que sejam também englobados os rendimentos de capitais, as ma valias respeitantes a valores mobiliários, os rendimentos prediais, bem como outros rendimentos em c

demais legislação preveja o direlto de opção de englobamento, tal como dispõe o n.º 5 do art. 22.º do Código do IRS.

QUADRO 6B – RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO – ANEXO J - ELIMINAÇÃO DA DUPLA TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL

Este quadro destina-se a evidenciar a opcão pelo método pretendido para eliminar a dupla tributação

O titular dos rendimentos pode optar pelo método de isenção, se não tiver optado pelo englobamento no quadro 6A, nas seguintes situações:

- Para rendimentos da categoria A desde que sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação, ou sejam tributados no outro país, território ou região, nos casos em que não exista convenção para eliminar a dupla tributação e, país critérios previstos no n.º 1 do art. 18.º do Código do IRS, não sejam de considerar obtidos em território
- Para rendimentos da categoria B desde que auferidos em atividades de prestação de serviços de elevado valor acrescentado, com caráter científico, artístico ou técnico, ou provenientes da propriedade intelectual ou industrial, ou ainda da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico, em qualquer uma das seguintes condições:
 - a) Possam ser tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação;
 - b) Possam ser tributados no outro país, território ou região, em conformidade com o modelo de convenção fiscal sobre o rendimento e o património da OCDE, com exceção dos que constem da lista relativa a regimes tributação privilegiada, claramente mais favorável desde que os rendimentos, pelos critérios previstos no art. 18.º do Código do IRS, não sejam de considerar obtidos em território português;
- Para rendimentos das categorias E, F ou G desde que se verifique as condições previstas numa das alíneas anteriores:
- Para rendimentos da categoria H desde que, quando tenham origem em contribuições, não tenham gerado uma dedução para efeitos do n.º 2 do art. 25.º do Código do IRS, sempre que ocorra uma das seguintes condições:

 - a) Sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para delimitar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado; ou
 b) Pelos critérios previstos no n.º 1 do art_18.º do Código do IRS, não sejam de considerar obtidos em território portugués.

TABELA DE ATIVIDADE DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO

(Portaria n.º 12/2010, de 7 de Janeiro)					
	DESIGNAÇÃO DAS ACTIVIDADES				
101	Arquitetos				
102	Engenheiros				
103	Geólogos				
201	Artistas de teatro, bailado, cinema, rádio e televisão				
202	Cantores				
203	Escultores				
204	Músicos				
205	Pintores				
301	Auditores				
302	Consultores Fiscais				

402	Médicos analistas
403	Médicos cirurgiões
404	Médicos de bordo em navios
405	Médicos de clínica geral
406	Médicos dentistas
407	Médicos estomatologistas
408	Médicos fisiatras
409	Médicos gastroenterologistas
410	Médicos oftalmologistas
411	Médicos ortopedistas
412	Médicos otorrinolaringologistas
413	Médicos pediatras
414	Médicos radiologistas
415	Médicos de outras especialidades
501	Professores universitários
601	Psicólogos
701	Arqueólogos
702	Biólogos e especialistas em ciências da vida
703	Programadores informáticos
704	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas com as tecnologias da informação e
705	Atividades de programação informática
706	Atividades de consultoria informática
707	Gestão e exploração de equipamento informático
708	Atividades dos serviços de informação
709	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas; portais WEB
710	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
711	Outras atividades dos serviços de informação
712	Atividades de agências de notícias
713	Outras atividades dos serviços de informação
714	Atividades de investigação científica e de desenvolvimento
715	Investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais
716	Investigação e desenvolvimento em biotecnologia
717	Designers
801	Investidores, administradores e gestores de empresas promotoras de investimento produtivo, desde que afetor a projetos elegíveis e com contratos de concessão de beneficios fiscais celebrados ao abrigo do Código Fisca do Investimento. acrovado. deol. Dezertot-Lei n°. 2494/2009. de 23 de Setembro.
802	Quadros superiores de empresas

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Decreto-Lei n.º 182/2014

de 26 de dezembro

O regime jurídico da instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, prevê que as autorizações de instalação ou modificação caducam se não se verificar a entrada em funcionamento do estabelecimento ou do conjunto comercial no prazo de três ou quatro anos, respetivamente, podendo a título excecional a Comissão de Autorização Comercial (COMAC) autorizar a sua prorrogação pelo período máximo de um ou dois anos, consoante se trate de um estabelecimento ou de um conjunto comercial.

Assim, a validade máxima de uma autorização é de quatro anos para os estabelecimentos e de seis anos para os conjuntos comerciais, prazos que não se interrompem nem se suspendem.

A difícil conjuntura económica com que o País entretanto se confrontou tem dificultado a concretização dos projetos de investimentos planeados num contexto económico mais favorável e forçando o seu adiamento, deparando-se os promotores, no entanto, com o obstáculo da caducidade da autorização.

Assim, no sentido de potenciar investimentos e colmatar os constrangimentos com que os agentes económicos se deparam, procede-se à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, de modo a prolongar a validade das autorizações, continuando a permitir, a requerimento do interessado, uma prorrogação por um período de um ou dois anos, consoante se trate de um estabelecimento ou de um conjunto comercial.

Considerando que nos últimos anos várias autorizações caducaram por motivos decorrentes da conjuntura económica e no sentido de incentivar a concretização de investimentos que continuem a ser viáveis, prevê-se, a título extraordinário, a possibilidade de requerer novas autorizações, sendo nestes casos aplicada a taxa correspondente aos pedidos de prorrogação.

Prevê-se, por outro lado, um regime transitório que visa aplicar o novo prazo de caducidade estabelecido pelo presente diploma a todas as autorizações concedidas que se encontrem válidas.

Aproveita-se ainda a oportunidade para prever a possibilidade de participação dos membros nas reuniões da COMAC por recurso a videoconferência ou teleconferência e atualizar o diploma, no sentido de eliminar as referências às extintas direções regionais de economia e Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e a Associação Portuguesa de Centros Comerciais.

Foi promovida audição do Conselho Nacional do Consumo.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, que estabelece o

regime jurídico da instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, alargando os prazos de validade das novas autorizações e estabelecendo um regime excecional aplicável às autorizações já emitidas.

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro

Os artigos 12.°, 16.° e 23.° do Decreto-Lei n.° 21/2009, de 19 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 12.°

[...]

1 - [...]. 2 - [...]. 3 - [...].

4 - É admitida a participação dos membros nas reuniões da COMAC por recurso a videoconferência ou teleconferência.

Artigo 16.º

[...]

1 - A autorização concedida caduca se, no prazo de seis ou oito anos a contar da data da sua emissão, não se verificar a entrada em funcionamento, respetivamente, do estabelecimento de comércio ou do conjunto comercial a que a mesma respeita.

2 - [...]. 3 - [...]. 4 - [...].

Artigo 23.°

[...]

1 - [...]. 2 - [...]. 3 - [...]. 4 - [...].

- 6 A aplicação das coimas e sanções acessórias previstas no presente decreto-lei compete ao inspetor-geral da ASAE.
- 7 O produto das coimas aplicadas no âmbito da presente lei reverte:

a) 60 % para o Estado;

b) 40 % para a ASAE;

c) [Revogada].

8 - [Revogado].»

Artigo 3.º

Norma transitória

- 1 O disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo presente diploma, aplica-se às autorizações válidas à data da sua entrada em vigor, incluindo as que estejam válidas ao abrigo de uma prorrogação.
- 2 O presente diploma aplica-se aos processos de autorização já iniciados à data da sua entrada em vigor.
- 3 Sem prejuízo da possibilidade de requererem novas autorizações nos termos gerais, os titulares de autorizações

caducadas podem, a título excecional, requerer a emissão de nova autorização por um período correspondente ao prazo remanescente resultante da aplicação àquelas autorizações do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, com a redação dada pelo presente diploma.

- 4 Os titulares das autorizações referidas no n.º 3 devem apresentar o respetivo requerimento devidamente fundamentado à entidade coordenadora até 30 dias após a entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 5 A Comissão de Autorização Comercial decide os pedidos apresentados ao abrigo do disposto no n.º 3 no prazo de 30 dias, mediante parecer da entidade coordenadora, que deve ser emitido no prazo de 10 dias.
- 6 Os pedidos apresentados ao abrigo do disposto no n.º 3 não podem implicar o aumento da área de venda ou da área bruta locável, consoante se trate, respetivamente, de um estabelecimento comercial ou conjunto comercial, estando apenas sujeitos ao pagamento das taxas aplicáveis às prorrogações das autorizações, previstas na alínea *e*) do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro.

Artigo 4.º

Norma revogatória

São revogados o n.º 2 do artigo 6.º, a alínea *e*) do n.º 2 do artigo 11.º, a alínea *c*) do n.º 7 e o n.º 8 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de novembro de 2014. — Pedro Passos Coelho — Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque — Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz — António de Magalhães Pires de Lima — Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva.

Promulgado em 22 de dezembro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 23 de dezembro de 2014.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 277/2014

de 26 de dezembro

O Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, cria o fator de sustentabilidade como um elemento do cálculo das pensões de velhice do regime geral de segurança social, no sentido de adequar o sistema das pensões às modificações demográficas.

O Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, deu mais um passo nesse sentido ao estabelecer que a idade normal de acesso à pensão de velhice varia após 2015, em

função da evolução da esperança média de vida aos 65 anos verificada entre o segundo e o terceiro ano anteriores ao ano de início da pensão, por aplicação da fórmula prevista no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio.

Tendo sido publicitada pelo Instituto Nacional de Estatística o indicador da esperança média de vida aos 65 anos de idade relativo ao ano de 2014, está o Governo em condições de determinar os fatores de sustentabilidade a aplicar no cálculo das pensões de velhice e de invalidez, a atribuir ou a convolar, respetivamente, em 2015, e a idade normal de acesso à pensão de velhice a vigorar no ano de 2016.

Assim, considerando o indicador da esperança média de vida aos 65 anos, verificado em 2000 e em 2014, o fator de sustentabilidade aplicável às pensões de velhice iniciadas em 2015 e atribuídas antes da idade normal de acesso à pensão, é de 0.8698.

Por seu turno, tendo em conta o indicador da esperança média de vida aos 65 anos, verificado em 2006 e em 2014, o fator de sustentabilidade aplicável às pensões de invalidez relativa e às pensões de invalidez absoluta atribuídas por um período igual ou inferior a 20 anos, convoladas em pensão de velhice em 2015, é de 0,9383.

Por último, tendo em conta os efeitos da evolução da esperança média de vida aos 65 anos verificada entre 2013 e 2014 na aplicação da fórmula prevista no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2016 passa a ser 66 anos e 2 meses.

Assim.

Manda o Governo, pelo Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o seguinte:

Artigo 1.º

Idade normal de acesso à pensão de velhice em 2016

A idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da segurança social em 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, é 66 anos e 2 meses.

Artigo 2.º

Fator de sustentabilidade

- 1 O fator de sustentabilidade aplicável ao montante estatutário das pensões de velhice do regime geral de segurança social atribuídas em 2015, dos beneficiários que acedam à pensão antes dos 66 anos de idade é de 0,8698.
- 2 O fator de sustentabilidade aplicável ao montante regulamentar das pensões de invalidez relativa e de invalidez absoluta atribuídas por um período igual ou inferior a 20 anos, convoladas em pensão de velhice em 2015, é de 0.9383.

Artigo 3.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015

O Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*, em 16 de dezembro de 2014.



Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: http://dre.pt

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt Tel.: 21 781 0870 Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Unidade de Publicações, Serviço do Diário da República, Avenida Dr. António José de Almeida, 1000-042 Lisboa